

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM ENTRE MINHO E LIMA

RELATÓRIO AMBIENTAL



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Ficha Técnica

Estrutura de Coordenação:

André Silva	Geógrafo e Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território
Bruno Cunha	Engenheiro do Ambiente
Luís Marinheiro	Engenheiro do Ambiente e Mestre em Engenharia Biológica

Estrutura Técnica:

Carlos Delgado	Licenciado em História, pós-graduado em Arqueologia, Geógrafo e Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território
Eva Mendes	Geógrafa e Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território
Fernando Correia	Geógrafo e Mestre em Riscos e Ordenamento do Território
Hugo Teixeira	Geógrafo, Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território e Doutoramento em Investigação Clínica e em Serviços de Saúde
Inês Marafuz	Geógrafa e Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território
Rúben Duarte	Geógrafo e Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território
Tiago Silva	Biólogo

Consultoria Científica:

Alberto Gomes	Professor Associado no Departamento de Geografia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Especialista em Geografia Física nas áreas da Geomorfologia, Riscos Naturais e Sistemas de Informação Geográfica
---------------	---

Consultoria Técnica:

João Gama Amaral	Engenheiro Florestal, pós-graduado em Engenharia dos Recursos Florestais, na Bosque, Lda.
------------------	---

Elaborado por:

Bizfuture Services, Lda.
bizfuture@bizfuture.pt



Data de elaboração: março de 2025

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS	4
ÍNDICE DE QUADROS	5
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	5
1. INTRODUÇÃO	8
1.1. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	8
1.2. CONTEXTO ESTRATÉGICO	8
1.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	9
1.3.1. Breve Descrição metodológica da AAE	10
2. OBJETO DE AVALIAÇÃO	11
2.1. BREVE DESCRIÇÃO DO PRGP-EML E CONTEXTUALIZAÇÃO	11
2.2. ÁREA DE INTERVENÇÃO	13
1.1.1. Diversidade Paisagística	14
1.1.2. Dinâmica demográfica	17
1.1.3. Integridade Ecológica	20
1.1.4. Recursos hídricos	21
1.1.5. Ocupação do solo	22
1.1.6. Património arqueológico e construído	34
2.3. QUADRO PROBLEMA	35
3. ÂMBITO DA AAE	39
3.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	39
3.2. FATORES AMBIENTAIS	43
3.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	44
3.4. QUADRO DE AVALIAÇÃO: CRITÉRIOS E INDICADORES	45
4. QUADRO DE GOVERNANÇA	49
5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA	53
5.1. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS	53
5.1.1. BREVE DESCRIÇÃO	53
5.1.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	57
5.2. AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS CENÁRIOS POR FCD	57
5.2.1. FCD1: RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	57
5.2.2. FCD2: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	61
5.2.3. FCD3: RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	65
5.2.4. FCD4: GOVERNANÇA TERRITORIAL	68

6. SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	71
6.1. RESUMO DOS ASPETOS POSITIVOS E NEGATIVOS	72
7. PROGRAMA DE SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO.....	73
8. CONCLUSÕES.....	76
BIBLIOGRAFIA.....	77
PÁGINAS DA <i>INTERNET</i>	77
ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E PLANOS.....	78
GUIAS, DOCUMENTOS TÉCNICOS E ESTUDOS.....	78
LEGISLAÇÃO (POR ORDEM CRONOLÓGICA).....	79
ANEXOS.....	84

Índice de figuras

Figura 1 Enquadramento administrativo da Área de Intervenção do PRGP-EML.....	14
Figura 2 Hipsometria (metros) da Área de Intervenção do PRGP EML.....	15
Figura 3 Padrão da paisagem na área de intervenção do PRGP EML, em 2018: tipologias com base no cálculo de métricas da paisagem (COS2018, DGT).	17
Figura 4 Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.....	21
Figura 5 Hidrografia da Área de Intervenção do PRGP EML	22
Figura 6 Áreas Agrícolas (Nível 4 - COS2007, DGT) na área de intervenção do PRGP EML	25
Figura 7 Áreas Agrícolas (Nível 4 - COS2018, DGT) na área de intervenção do PRGP EML	25
Figura 8 Superfície agrícola utilizada por classe (ha), por concelho	28
Figura 9 Áreas florestais e matos (Nível 4 – COS2007, DGT), na área de intervenção do PRGP EML.....	30
Figura 10 Áreas florestais e matos (Nível 4 – COS2018, DGT), na área de intervenção do PRGP EML.....	30
Figura 11 Sistemas florestais e matos na área de intervenção do PRGP EML.....	31
Figura 12 Património arqueológico e construído	35
Figura 13 Forças motrizes dos padrões de mudança	38
Figura 14 Processo de definição dos fatores críticos para a decisão	39
Figura 15 Estrutura do Quadro de Avaliação em AAE (Adaptado de Partidário, 2012: 37).	46
Figura 16 Eixos estratégicos do desenvolvimento rural.....	53
Figura 17 Descrição das principais ações propostas e impactos esperados no cenário de transição positiva	56
Figura 18 Escala para a avaliação do impacto da proposta do PRGP-EML.....	57

Índice de quadros

Quadro 1 Produtos IGP, DOP, ETG e outros produtos de relevância existentes nos municípios abrangidos pelo PRGP EML.....	29
Quadro 2 Análise SWOT da área do PRGP EML (extraído do RFCD: PRGP-EML)	37
Quadro 3 Tendências gerais dos padrões de mudança	38
Quadro 4 Quadro de Referência Estratégico da AAE (extraído do RFCD: PRGP-EML)	42
Quadro 5 Relação entre o QRE e os objetivos estratégicos (extraído do RFCD: PRGP-EML).....	43
Quadro 6 Fatores ambientais a considerar na AAE do PRGP-EML (adaptado do RFCD: PRGP-EML).....	44
Quadro 7 Fatores Críticos para a Decisão e relação com os FA (extraído do RFCD: PRGP-EML).....	45
Quadro 8 Indicadores do Quadro de Avaliação (extraído do RFCD: PRGP-EML)	48
Quadro 9 Quadro de Governança e domínios de atuação (extraído do RFCD: PRGP-EML)	51
Quadro 10 Responsabilidades das entidades.....	52
Quadro 11 Descrição das melhorias e desafios antecipados no cenário de transição positiva	55
Quadro 12 FCD1: Síntese dos principais aspetos do cenário base do PRGP-EML.....	58
Quadro 13 FCD1: Avaliação dos cenários considerados.....	61
Quadro 14 FCD2: Síntese dos principais aspetos do cenário base do PRGP-EML.....	62
Quadro 15 FCD2: Avaliação dos cenários considerados	64
Quadro 16 FCD3: Síntese dos principais aspetos do cenário base do PRGP-EML.....	66
Quadro 17 FCD3: Avaliação dos cenários considerados	68
Quadro 18 Características da situação de referência (cenário base).....	69
Quadro 19 FCD4: Avaliação dos cenários considerados	70
Quadro 20 Sistematização da AAE da proposta do PRGP-EML	71
Quadro 21 Sistematização dos aspetos positivos e negativos da proposta do PRGP-EML.....	72
Quadro 22 Indicadores de monitorização ambiental para a área de intervenção do PRGP-EML	75

Lista de siglas e acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AEMGC	Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível
AFN	Autoridade Florestal Nacional
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CIP	Conjunto de Interesse Público
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGT	Direção-Geral do Território
DPH	Domínio Público Hídrico
DRAEDM	Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
EML	Entre Minho e Lima
ENAAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
EUBS	Estratégia da EU para a Biodiversidade
ETPS	Estratégia Temática de Proteção do Solo
ETUSRN	Estratégia da EU para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais
FA	Fundo Ambiental
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FFP	Fundo Florestal Permanente
FSE	Fundo Social Europeu
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICEEI	Identificação, controle e erradicação de espécies invasoras
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IEEP	Institute for European Environmental Policy
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IIP	Imóveis de Interesse Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
IM	Interesse Municipal
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
MIM	Monumentos de Interesse Municipal
MIP	Monumento de Interesse Público
MN	Monumentos Nacionais
P-3AC	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
PACS	Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural

PGF	Plano de Gestão Florestal
PIAAC	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
PNA	Plano Nacional da Água
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNEC	Plano Nacional de Energia e Clima
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POM	Planos Operacionais Municipais
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PRA-N	Programa Regional de Ação do Norte de Gestão Integrada
PRGP	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
PROF EDM	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho
PROT-N	Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte
PSA	Programa Sub-Regional de Ação
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QEPIC	Quadro Estratégico para a Política Climática
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REFLOA	Regime Florestal e Outras Áreas
REN	Reserva Ecológica Nacional
RGA	Recenseamento Geral Agrícola
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNC	Roteiro para a Neutralidade Carbónica
SE	Serviços de Ecossistemas
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SIP	Sítio de Interesse Público
SIR	Sistema de Informação de Regadio
SNAC	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SNIAMB	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
SNIC	Sistema Nacional de Informação Cadastral
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
UGF	Unidades de Gestão Florestal
UF	União de Freguesias
ZEC	Zonas Especiais de Conservação
ZIF	Zona de Intervenção Florestal
ZPE	Zonas de Proteção Especial

1. Introdução

1.1. Enquadramento e objetivos

A Diretiva 2001/42/CE, adotada em julho de 2001, estabelece o enquadramento para a avaliação dos efeitos ambientais de determinados planos e programas, sendo reconhecida como a Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Este instrumento tem como principal finalidade assegurar um elevado nível de proteção ambiental, integrando as questões ambientais no planeamento estratégico e contribuindo para um desenvolvimento territorial equilibrado e responsável.

Em Portugal, a transposição desta diretiva foi concretizada através do **Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de julho** – alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio –, que estabelece o **Regime Jurídico da AAE (RJAAE)**. Este regime determina a obrigatoriedade de avaliar os efeitos ambientais significativos de programas e planos com impacto potencial no ambiente. No caso do **Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Entre Minho e Lima (PRGP-EML)**, a AAE é particularmente relevante, uma vez que este programa prevê uma transformação estrutural da paisagem, com impactos significativos em setores-chave como a floresta, a agricultura, os recursos hídricos e os solos.

A realização do **Relatório Ambiental** para o PRGP-EML insere-se neste contexto, com os seguintes objetivos principais:

- **Identificar e avaliar os efeitos ambientais significativos** do programa.
- **Propor medidas para minimizar impactos negativos e maximizar benefícios** ambientais e socioeconómicos.
- **Garantir a participação pública** e promover decisões mais transparentes e informadas.
- **Contribuir para um modelo de gestão integrada da paisagem**, alinhado com os objetivos do **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)** e do **Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**.

1.2. Contexto estratégico

O PRGP-EML insere-se no âmbito das medidas do **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)**, criado para responder aos desafios ambientais e socioeconómicos dos territórios rurais em Portugal. Este programa assume um papel estratégico na adaptação às alterações climáticas, na promoção da resiliência territorial e na

revitalização económica das áreas rurais, assegurando a proteção e valorização dos recursos naturais e culturais.

Especificamente, o PRGP-EML visa:

- **Reduzir a vulnerabilidade do território aos incêndios rurais** através da implementação de mosaicos florestais e agrícolas e da adoção de práticas de gestão sustentável.
- **Valorizar os recursos naturais e os serviços ecossistémicos**, incluindo o sequestro de carbono, a conservação dos solos e a gestão hídrica.
- **Fomentar a multifuncionalidade da paisagem**, conciliando a conservação ambiental com atividades económicas locais, como a agricultura, a silvopastoris e o turismo sustentável.
- **Fortalecer a governança territorial**, promovendo uma abordagem participativa e colaborativa que envolva as comunidades locais e os agentes económicos.

1.3. Avaliação Ambiental estratégica

A **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** constitui uma ferramenta metodológica e estratégica essencial para suporte à tomada de decisão informada no âmbito do PRGP-EML. De acordo com **Partidário (2012)**, a AAE é um processo flexível e dinâmico que promove a integração das questões ambientais e da sustentabilidade no planeamento, avaliando opções estratégicas e orientando a implementação de soluções ajustadas aos desafios territoriais.

No âmbito específico do PRGP-EML, a AAE contribuirá para:

- Assegurar uma visão estratégica e integrada das principais problemáticas ambientais, no contexto da sustentabilidade do território florestal;
- Mapear, selecionar e discutir as opções de desenvolvimento que promovam decisões mais sustentáveis, minimizando a suscetibilidade do território aos incêndios rurais, através da análise de dimensões biofísicas, sociais, institucionais e económicas;
- Identificar as oportunidades e riscos estratégicos relativos aos cenários de transformação da paisagem;
- Garantir um processo transparente e participativo, envolvendo agentes e interessados relevantes em debates e encontros, promovendo decisões mais integradas e equilibradas que contemplem as diversas perspetivas e prioridades;

- Sugerir a adoção de programas de gestão estratégica e monitorização contínua para apoiar na implementação de decisões.

De uma perspetiva estratégica, a AAE tem como objetivo incentivar a análise integrada de oportunidades e riscos associados às diferentes opções, transformar constrangimentos em soluções estratégicas e consolidar uma cultura de planeamento, promovendo a cooperação e o diálogo intersetorial entre os agentes envolvidos.

1.3.1. Breve Descrição metodológica da AAE

A metodologia adotada para a AAE do PRGP-EML organiza-se em três fases interligadas, assegurando uma abordagem sistemática e participativa e que promove decisões informadas e sustentáveis no âmbito do PRGP-EML:

1. **Definição do Âmbito da AAE e Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (RFCD):** Esta etapa, já concluída, estabelece os temas prioritários a abordar no processo de avaliação.
2. **Análise Estratégica dos Efeitos Significativos e Alternativas:**
 - **Relatório Ambiental:** Documento que avalia os potenciais impactos ambientais significativos do programa e explora alternativas. É disponibilizado às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAe) e ao público para participação em consulta pública.
 - **Declaração Ambiental:** Documento obrigatório por lei, que apresenta as decisões tomadas e as respetivas justificações ambientais. É submetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), às ERAe, e a outras entidades consultadas, além de ser publicado online para garantir transparência e acesso público.
3. **Monitorização e Implementação da AAE:** Esta fase foca-se no acompanhamento contínuo da execução do programa, avaliando os impactos ambientais significativos. Caso sejam identificados efeitos negativos, são aplicadas medidas corretivas apropriadas.

De acordo com Partidário (2012), o pensamento estratégico da AAE caracteriza-se por uma abordagem que integra uma visão de longo prazo (orientada para os objetivos a atingir), flexibilidade para lidar com a complexidade dos sistemas (reconhecendo ligações, bloqueios e incertezas), capacidade de adaptação a contextos dinâmicos (ajustando percursos quando necessário) e um foco nos aspetos mais relevantes num contexto amplo (considerando tempo, espaço e perspetivas). Este modelo organiza-se em três fases interligadas e cíclicas:

1. **Contexto da AAE e Foco Estratégico:** Identificação das questões prioritárias e definição de objetivos estratégicos.
2. **Caminhos e Diretrizes para a Sustentabilidade:** Desenvolvimento de estratégias e alternativas orientadas para a sustentabilidade.
3. **Seguimento Contínuo:** Monitorização e adaptação permanente, assegurando a eficácia do processo ao longo do tempo.

Esta abordagem alinha-se com a metodologia adotada para a AAE do PRGP-EML, reforçando a importância de um processo sistemático, flexível e orientado para a sustentabilidade.

Para além disso, importa referir que a participação pública é um pilar essencial ao longo do processo de AAE, assegurando que as decisões tomadas refletem as necessidades, expectativas e o conhecimento popular. Com a fase de auscultação inicial, recolhem-se todos os contributos da comunidade que são posteriormente espelhados na definição das questões ambientais e de sustentabilidade. Pretende-se assim garantir que o PRGP esteja alinhado com as dinâmicas socioeconómicas locais e promova a resiliência ambiental e territorial.

Por outro lado, o envolvimento contínuo das comunidades locais já na fase de monitorização e de avaliação permite, de certa forma, aferir os impactos das medidas implementadas ou em implementação, e adaptar estratégias se se verificar necessário.

2. Objeto de avaliação

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Entre Minho e Lima é o objeto que será avaliado durante a AAE. Pode materializar-se, numa primeira fase, através da combinação dos objetivos estratégicos com as questões estratégicas, e com a identificação das prioridades de desenvolvimento.

2.1. Breve Descrição do PRGP-EML e contextualização

O PRGP-EML centra-se na requalificação e gestão integrada das paisagens desta região, reconhecida pela sua riqueza natural, mas também marcada por diversos desafios estruturais. Entre os problemas mais prementes destacam-se a suscetibilidade aos incêndios rurais, intensificada pela fragmentação fundiária e pelo abandono das terras agrícolas, que resulta numa gestão inadequada do território. Além disso, a região possui uma notável diversidade ecológica, com habitats e espécies autóctones de

elevado valor, mas que enfrentam ameaças crescentes devido à disseminação de espécies invasoras e à expansão de monoculturas. A par destas questões ambientais, existem impactos socioeconómicos significativas, como o despovoamento rural e a perda progressiva de atividades económicas tradicionais, que comprometem a vitalidade do território.

De acordo com o disposto no n.º 4 do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro, constituem objetivos estratégicos do PRGP:

- **OE 1.** Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta através da instalação de povoamentos organizados, biodiversos e resilientes, integrados com mosaicos de uso agrícola, áreas abertas e silvopastoris. Este modelo visa sustentar atividades económicas associadas, proporcionar uma ampla gama de serviços ambientais, reduzir de forma significativa o risco de incêndios e a severidade das áreas ardidas, e garantir a acumulação duradoura de carbono, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e económica;
- **OE2.** Fomentar as atividades agrícolas, agrossilvopastoris e o uso de pastagens naturais, com destaque para a agricultura sustentável, biológica e de conservação. Este esforço inclui o incentivo à produção e ao consumo local de pequena escala, reforçando a proximidade entre produtores e consumidores. Paralelamente, promove-se a criação de espaços de descontinuidade que dificultem a progressão de incêndios, enquanto se estimula o uso produtivo e regenerativo do capital natural, contribuindo para a sustentabilidade e resiliência dos territórios rurais;
- **OE3.** Promover a valorização integrada do capital natural e cultural, assegurando o aumento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos hídricos e do solo, e a justa remuneração dos serviços dos ecossistemas que permanecem subvalorizados no mercado. Inclui ainda a criação de valor através do aproveitamento sustentável dos recursos e património disponíveis, impulsionando atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas, numa abordagem que alia conservação e desenvolvimento económico sustentável;
- **OE4.** Promover uma nova economia para os territórios rurais, alicerçada na valorização dos ativos territoriais locais, garantindo melhores rendimentos e uma maior qualidade de vida para as populações. Este modelo respeita a aptidão dos solos, reforça a resiliência dos ecossistemas e potencia o valor do território por meio de uma gestão integrada e sustentável da paisagem.

Os impactos das alterações climáticas, manifestados pelo aumento das temperaturas médias, variabilidade hídrica e ocorrência de fenómenos extremos representa um desafio significativo, que a região enfrenta. Adicionalmente, os ciclos recorrentes de incêndios rurais, agravados pela continuidade do coberto vegetal e pela ausência de uma gestão integrada, representam uma ameaça constante. O abandono rural e a consequente desertificação dos solos reforçam as tendências de degradação. Assim o programa constitui-se como uma ferramenta essencial para:

- Implementar um modelo de gestão integrada do território que promova a resiliência e a adaptação às alterações climáticas.
- Fortalecer uma governança participativa, que envolva as comunidades locais, assim como os agentes económicos na transformação positiva e sustentável da paisagem.
- Inverter as tendências de degradação ambiental e socioeconómica que se têm vindo a agravar, assegurando uma gestão equilibrada e eficiente dos recursos naturais e culturais.

2.2. Área de intervenção

A área de intervenção do PRGP-EML insere-se na sub-região estatística NUT III - Alto Minho, pertencente à região Norte de Portugal (NUT II), abrangendo uma extensão de aproximadamente 42.321 hectares (423,2 km²). Este território é abrangido por 49 freguesias de seis concelhos: Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Assim, a área de intervenção é limitada a norte por Valença, a nordeste por Monção, a este por Espanha, a sudeste por Ponte da Barca, a sul por Vila Verde, Barcelos e Esposende, e a oeste pelo Oceano Atlântico.

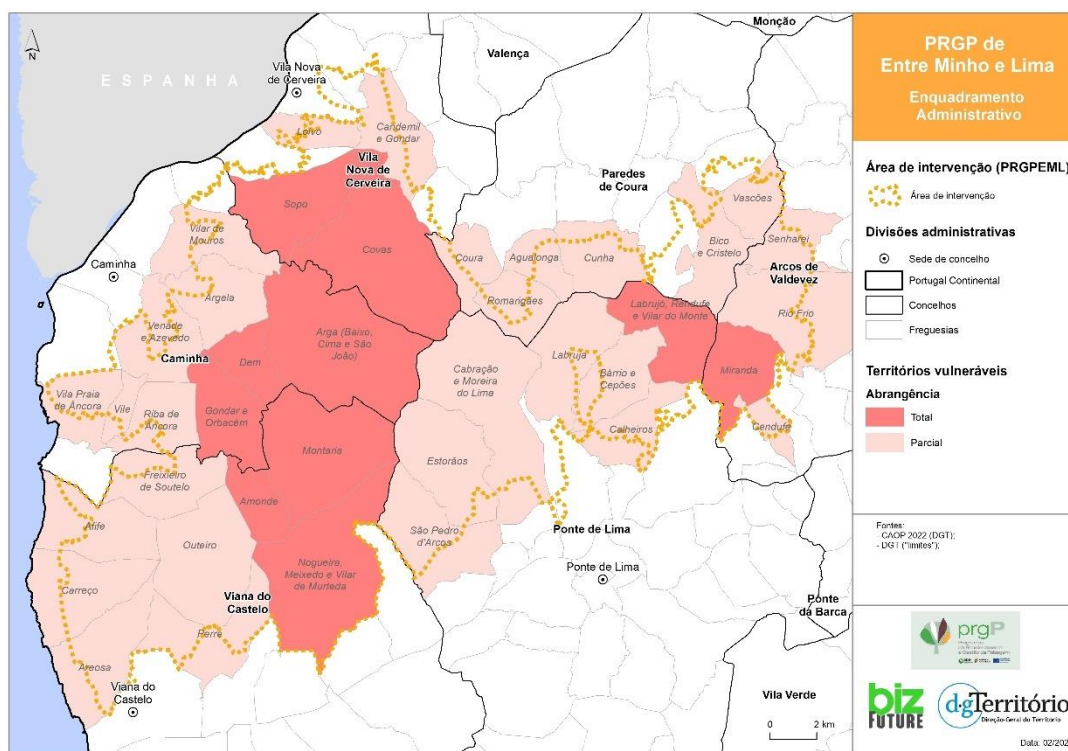


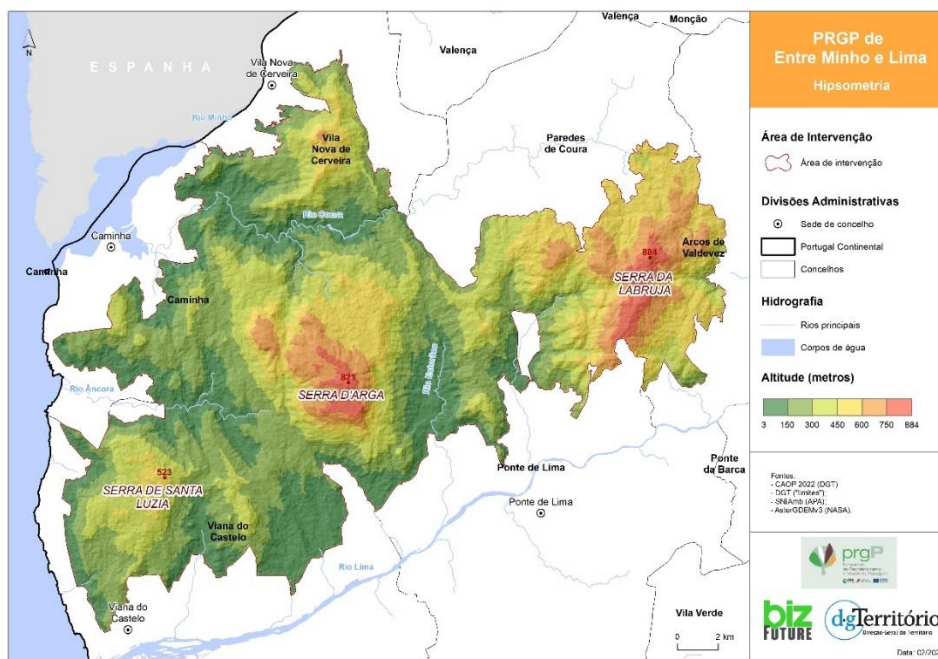
Figura 1 | Enquadramento administrativo da Área de Intervenção do PRGP-EML

O território caracteriza-se por uma marcada heterogeneidade paisagística e multifuncional, que abrange desde áreas costeiras até regiões montanhosas, criando um mosaico territorial diverso. Esta diversidade manifesta-se na riqueza de ecossistemas, na variedade de habitats e nas distintas formas de uso do solo, resultando da interação entre o relevo, a proximidade ao litoral e as características geomorfológicas das áreas interiores mais elevadas. Este equilíbrio dinâmico reflete a complexidade ambiental e o valor natural da região.

1.1.1. Diversidade Paisagística

O forte contraste existente entre as áreas montanhosas e os vales evidencia transições marcantes que enriquecem a diversidade do território. Este combina uma ampla variedade de paisagens, desde montanhas, como a Serra d'Arga, Serra de Santa Luzia, Serra da Labruja e o Alto de S. Paio, caracterizadas por vastos matos e florestas que abrigam ecossistemas ricos em biodiversidade e espécies autóctones, até aos vales férteis do rio Lima e do rio Minho. Estas montanhas, com geomorfologia singular, destacam-se pelo seu elevado valor para a conservação ambiental e para atividades sustentáveis de recreio e lazer. Os vales, por sua vez, são reconhecidos pela elevada aptidão agrícola, tradicionalmente associada a culturas de regadio e pastoreio, e pela sua função como corredores ecológicos. Complementando esta diversidade, as áreas

costeiras oferecem ecossistemas dunares e estuarinos únicos, que conjugam riqueza ecológica e o potencial económico, sendo especialmente valorizadas para o turismo ambiental e atividades ligadas à natureza (Figura 2).



Hipsometria

Serra de Santa Luzia
(523 m)

Serra d'Arga
(821 m)

Serra da Labruja
(884 m)

Alto de S. Paio ou Alto
da Pena
(634 m)

Figura 2 | Hipsometria (metros) da Área de Intervenção do PRGP EML

Esta região é caracterizada por uma marcante **heterogeneidade territorial**, “onde coexistem dinâmicas de urbanização com morfologias muito específicas. Verifica-se então que existem aqui as três dimensões que definem as paisagens multifuncionais – espaços de consumo, de produção e de proteção –, e que assumem diferentes relevâncias consoante as dinâmicas socioeconómicas que lhes estão subjacentes” (Delgado, 2013: 21-22). Quanto aos **padrões de povoamento** na área de intervenção, podemos distinguir três grandes tipologias – que, na essência, encontramos em quase toda a região do Alto Minho (cf. Almeida, 1987; Pedrosa e Pereira, 2012):

- ⇒ Litoral e sedes de município, em especial Viana do Castelo: povoamento mais denso e concentrado, resultante dos processos de urbanização mais antigos, a partir do crescimento em torno dos núcleos históricos, mas também, mais recentemente, ao longo da infraestrutura viária;
- ⇒ Ribeira-Lima: nas margens do setor final do vale do rio Lima, sobretudo a jusante de Ponte da Barca, onde o perfil transversal mais plano e aberto da planície aluvial, assim como a existência de alvéolos originados pela erosão, originaram terras aráveis mais férteis (“várzea”, “gândara”, “veiga”), mas

também facilitaram a expansão significativa do povoamento disperso, especialmente ao longo dos principais eixos rodoviários;

- ⇒ **Média montanha:** áreas de elevação montanhosa no setor médio da bacia do Lima, a meia encosta, até cerca de 800 metros de altitude (serras de Santa Luzia, Arga, Corno de Bico, Bulhosa, São Paio), cujo povoamento é tradicionalmente aglomerado em torno dos campos e lameiros, mas onde também ocorreu a expansão recente dos núcleos rurais preexistentes e a criação de novos núcleos disseminados pela paisagem rural.

Uma análise da paisagem demasiado subjetiva, assente no seu carácter qualitativo e descritivo, pode colocar sérios obstáculos à gestão sustentável dos recursos naturais, à localização das atividades e presença humanas, e à “capacidade de carga” dos territórios, enfim, a todos os processos de ordenamento do território, de planeamento e de tomada de decisão. Daí que tenha crescido a necessidade de complementar essa análise com métodos de quantificação da paisagem, procurando “medir” os seus padrões e processos no espaço (a diversas escalas) e no tempo¹. De modo a caracterizar o padrão atual da paisagem na área de intervenção do PRGP EML, foram calculadas as seguintes métricas² ao **nível da paisagem** (por quadrícula, e para todos os usos do solo de Nível 4 da COS2018), respeitantes aos seguintes domínios de análise:

- ⇒ **Área:** densidade de manchas (PD);
- ⇒ **Dimensão** média das manchas (MPS);
- ⇒ **Riqueza/Diversidade:** número de classes distintas de uso do solo (RICH);
- ⇒ **Forma/Complexidade:** dimensão fractal ponderada pela área das manchas (AWMPFD)³;
- ⇒ **Mistura/Imisção:** proporção de limites contrastantes entre as várias manchas (CE)⁴.

¹ O processo metodológico desta análise pode ser consultado com maior detalhe no Diagnóstico prospetivo.

² Cf. McGarigal e Marks (1994).

³ Com base na expressão:

$$\sum_{j=1}^n \left[\left(\frac{2 \ln p_{ij}}{\ln a_{ij}} \right) \cdot \left(\frac{a_{ij}}{\sum_{j=1}^n a_{ij}} \right) \right]$$

Em que:

a_{ij} – área de cada mancha, em m²

p_{ij} – perímetro de cada mancha, em m

⁴ Com base na expressão, adaptada de Silva *et al.*, 2012:

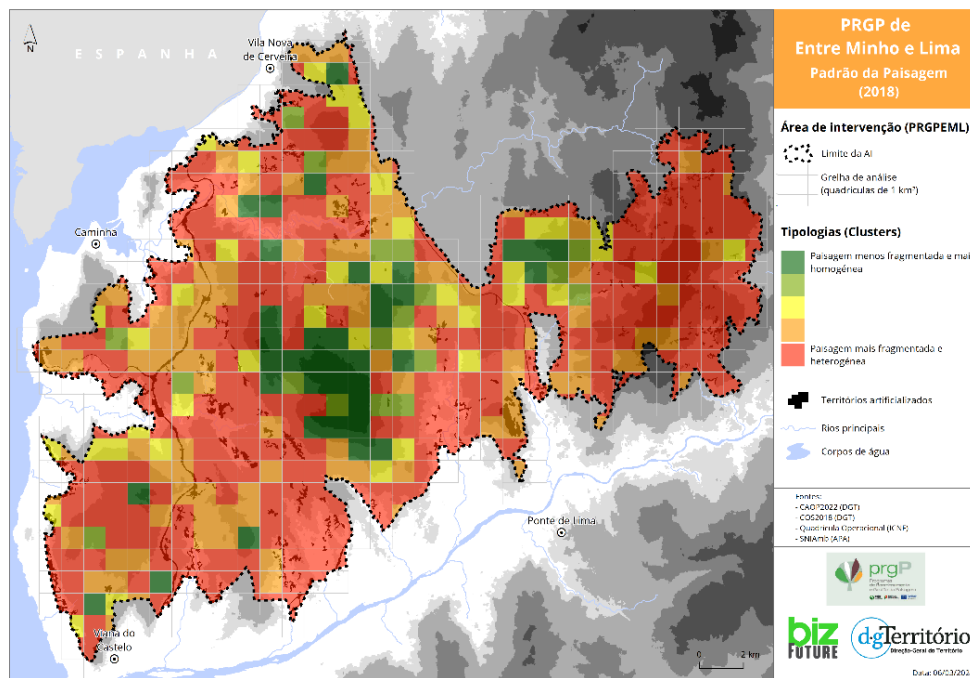
$$CE = \frac{e_{kj}}{e_{kj} + e_{kk}}$$

Em que:

e_{kj} – perímetro total das quadrículas de análise (usos focais k e contrastantes j);

e_{kk} – perímetro total das manchas de cada quadrícula (usos focais k).

Uma vez efetuados os cálculos, procedeu-se à criação de **tipologias de paisagem**, através da análise estatística de *clusters*. O resultado final, de 5 classes, varia das áreas menos fragmentadas e mais homogêneas (que correspondem aos grandes maciços florestais e áreas protegidas) até às áreas mais fragmentadas e heterogêneas (que correspondem às áreas mais urbanizadas) – **Figura 3**.



Padrão de paisagem

Muito fragmentado e heterogêneo

Figura 3 | Padrão da paisagem na área de intervenção do PRGP EML, em 2018: tipologias com base no cálculo de métricas da paisagem (COS2018, DGT).

1.1.2. Dinâmica demográfica

Um território marcado pelo êxodo rural, com uma perda populacional que correspondeu a 4,8% entre 2011 e 2021 (Censos 2011 e 2021, INE).

	2011	2021	Variação (%)
Portugal	10 562 178	10 343 066	-2,1
Norte	3 689 682	3 586 586	-2,8
Alto Minho	244 836	231 266	-5,5
Municípios abrangidos pelo PRGP EML	190 205	181 010	-4,8
Arcos de Valdevez	22 847	20 718	-9,3
Caminha	16 684	15 797	-5,3
Paredes de Coura	9 198	8 632	-6,2
Ponte de Lima	43 498	41 164	-5,4

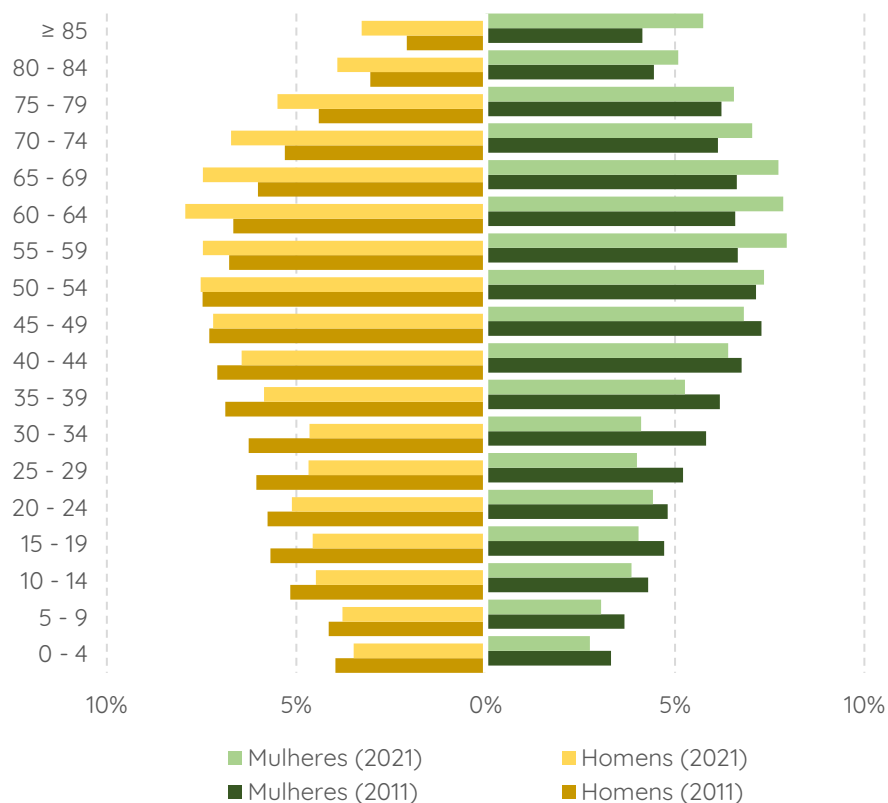
Viana do Castelo	88 725	85 778	-3,3
Vila Nova de Cerveira	9 253	8 921	-3,6

Fonte: Censos 2011 e 2021, INE

Tabela 1 | População residente (n.º) na área de intervenção do PRGP EML (municípios), no Alto Minho, na região norte e em Portugal, e respetiva variação (%)

Em relação à estrutura etária da população residente na área de intervenção do PRGP EML, denota-se uma progressiva tendência de envelhecimento populacional, bem como a diminuição das classes etárias mais jovens (**Gráfico 1**). Estas tendências vão ao encontro das taxas brutas de natalidade e de mortalidade registadas entre 2011 e 2021, que indicam uma diminuição da natalidade e um aumento da mortalidade.

Grupos etários



População residente
por grupos etários

Envelhecimento da
População

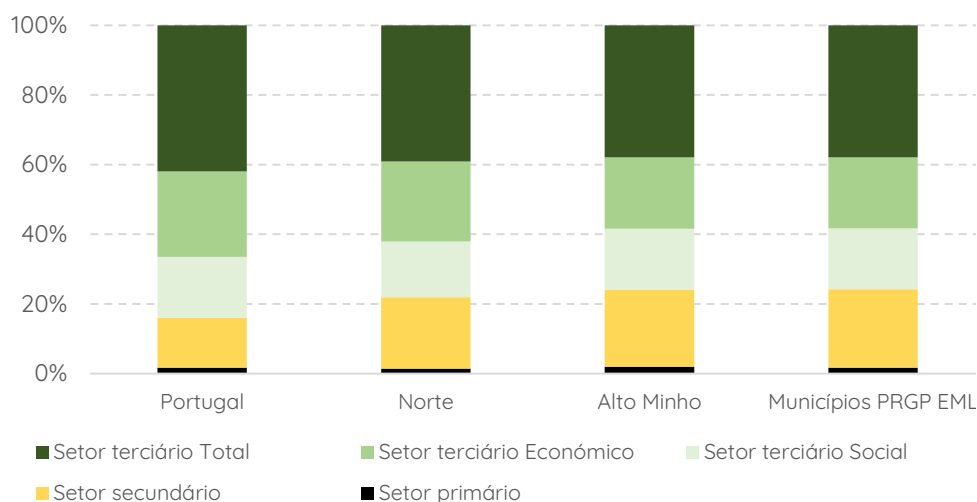
Menos jovens

Mais idosos

Fonte: Censos 2011 e 2021, INE

Gráfico 1 | População residente (%) por grupo etário na área de intervenção do PRGP EML (freguesias), em 2011 e 2021

Passando à análise da população empregada por setor de atividade, verifica-se uma maior percentagem empregue no setor terciário, seguido do secundário e, em valores residuais, do setor primário (**Gráfico 2**). Já a população desempregada diminui cerca de 50% face a 2011.



População empregada

Mais empregados no Setor Terciário (Vertente Económica)

Fonte: Censos 2021, INE

Gráfico 2 | População empregada (%) na área de intervenção do PRGP EML, em Alto Minho, na região norte e em Portugal, por setor de atividade económica, em 2021

Tendo agora em consideração as atividades económicas, verifica-se que, em 2021, na maioria dos municípios abrangidos pelo PRGP EML, as atividades relacionadas com a indústria são as que registaram um valor acrescentado bruto mais elevado, com a exceção de Caminha, concelho no qual foram as atividades relacionadas com os serviços que detiveram o maior valor. No que se refere à sua evolução, de 2011 para 2021, o valor acrescentado bruto aumentou em todos os municípios e atividades económicas, principalmente na indústria. Destaca-se o município de Viana do Castelo com o maior aumento na indústria (+167 092 milhares de €) e nos serviços (+136 271 milhares de €) - **Tabela 2**.

Atividade económica	Município	2011		2021		Variação 2011-2021
		Milhares de €	%	Milhares de €	%	Milhares de €
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Arcos de Valdevez	628	1,0	-	-	-
	Caminha	2 206	5,8	-	-	-
	Paredes de Coura	-	-	1 415	3,0	-
	Ponde de Lima	3 088	2,1	7 209	2,9	+4 121



Maior valor acrescentado bruto (Milhares de €)

Indústria em Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira

	Viana do Castelo	5 942	1,2	14 052	1,8	+8 110	<u>Serviços em Caminha</u>
	Vila Nova de Cerveira	576	0,8	-	-	-	
Indústria*	Arcos de Valdevez	35 029	57,8	81 293	66,9	+46 264	
	Caminha	11 857	31,3	18 607	32,3	+6 750	
	Paredes de Coura	6 209	37,4	32 108	67,5	+25 899	
	Ponde de Lima	79 011	53,9	131 590	52,3	+52 579	
	Viana do Castelo	302 254	62,5	469 346	59,0	+167 092	
	Vila Nova de Cerveira	55 875	73,1	100 150	79,3	+44 275	
Serviços	Arcos de Valdevez	24 975	41,2	40 265	33,1	+15 290	
	Caminha	23 851	62,9	38 990	67,7	+15 139	
	Paredes de Coura	10 386	62,6	14 012	29,5	+3 626	
	Ponde de Lima	64 445	44,0	112 968	44,9	+48 523	
	Viana do Castelo	175 182	36,2	311 453	39,2	+136 271	
	Vila Nova de Cerveira	19 970	26,1	26 069	20,7	+6 099	

* Indústrias extrativas, transformadoras, eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio, captação, tratamento e distribuição de água, construção.

- Dados confidenciais

Fonte: INE

Tabela 2 | Valor acrescentado bruto (milhares de € e %) das empresas não financeiras, por atividade económica, da área de intervenção do PRGP EML em 2011 e 2021, e respetiva variação (milhares de €)

1.1.3. Integridade Ecológica

A biodiversidade é uma das características mais marcantes deste território, que alberga espécies e habitats autóctones, muitos deles protegidos. A diversidade de habitats inclui ecossistemas florestais, zonas húmidas e sistemas agrícolas de elevado valor ecológico, conferindo à região um património natural inestimável. Áreas como a Paisagem Protegida Regional do Corno de Bico e a Serra de Arga, classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000, desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade, funcionando como refúgios para espécies endémicas e autóctones (**Figura 4**). A flora local destaca-se pelo carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), enquanto a fauna inclui espécies emblemáticas como a lontra-europeia (*Lutra lutra*) e a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), que sublinham a importância

ecológica deste território. Contudo, a integridade ecológica enfrenta desafios significativos, nomeadamente a expansão de espécies invasoras, como acácias e eucaliptos, que alteram a composição dos habitats naturais. Adicionalmente, os incêndios rurais exercem uma pressão severa sobre os ecossistemas, comprometendo a sua funcionalidade e resiliência.

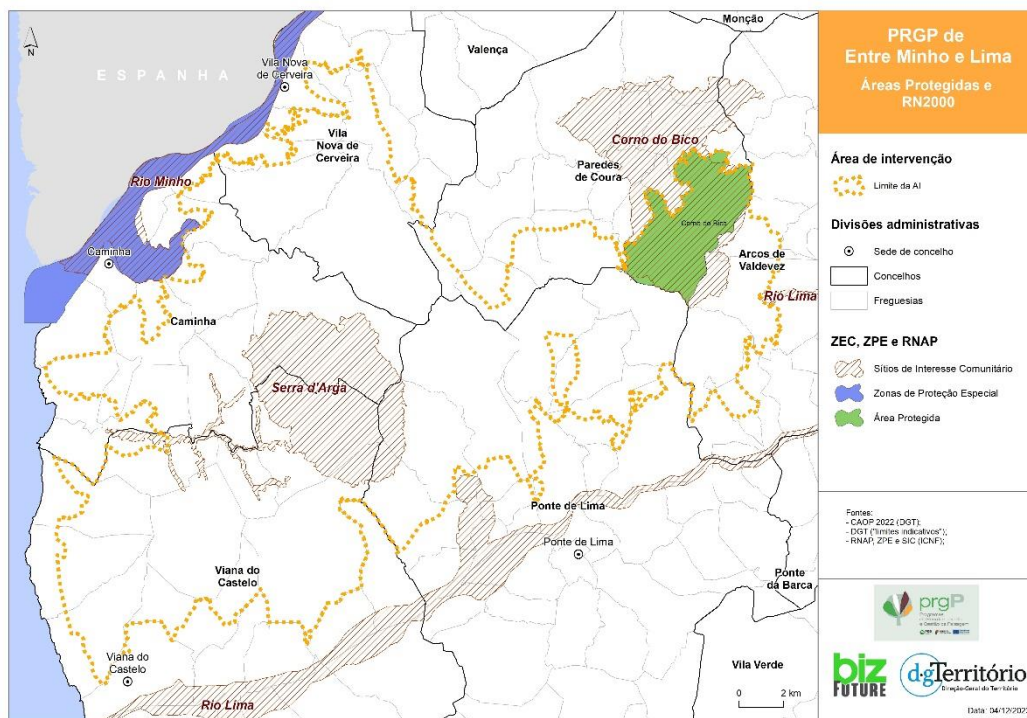


Figura 4 | Áreas Protegidas e Rede Natura 2000

1.1.4. Recursos hídricos

Os recursos hídricos desempenham um papel central no território, com as bacias dos rios Minho e Lima a estruturarem a paisagem (**Figura 5**). O rio Lima destaca-se pela sua relevância para as atividades agrossilvopastoris, enquanto a sua bacia hidrográfica é essencial para a regulação hídrica e a preservação de habitats ripícolas ricos em biodiversidade. O rio Minho, além de marcar a fronteira natural com Espanha, sustenta zonas húmidas de elevada importância ecológica e cultural, sendo um recurso estratégico para a irrigação e o turismo. Complementando estas bacias, as ribeiras e cursos de água secundários asseguram a drenagem natural, o abastecimento de água às comunidades rurais e o suporte à biodiversidade fluvial e marinha. Estas redes hidrográficas, fundamentais para a agricultura de pequena escala e o turismo

sustentável, preservam habitats críticos e reforçam a necessidade de uma gestão integrada que promova a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, na área de intervenção verifica-se, em muitos locais, a propagação de espécies invasoras em áreas tipicamente revestidas por estas galerias ripícolas, o que têm contribuído para a desestruturação dos ecossistemas naturais.

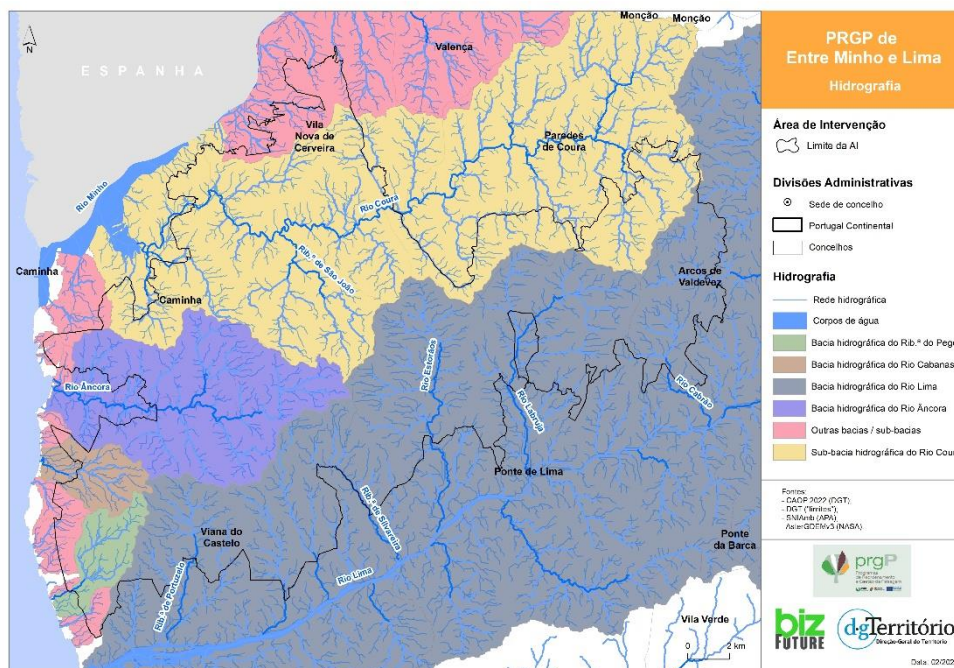


Figura 5 | Hidrografia da Área de Intervenção do PRGP EML



Hidrografia

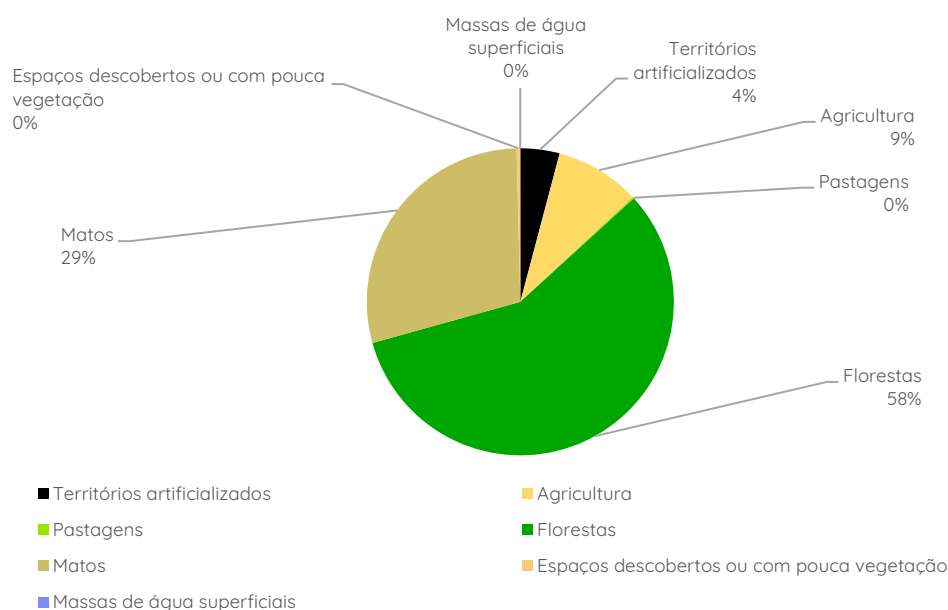
Principais Bacias
hidrográficas

Rio Minho e Rio Lima

1.1.5. Ocupação do solo

Quanto à ocupação do solo na área de intervenção do PRGP EML, foi efetuada uma análise com base na Carta de Ocupação do Solo (COS) de 2007 e 2018. Desta, verificou-se uma forte componente florestal, com mais de metade da área (57,4%) ocupada por usos florestais, e c. 29% ocupada por matos. Os usos agrícolas ocupam somente 9% da área, e os usos artificiais apenas representam 4% da área total. Os restantes usos (pastagens, espaços descobertos ou com pouca vegetação e massas de água superficiais), embora possam ser importantes a uma escala local, são quase insignificantes num contexto mais global, não chegando, no seu todo, a ocupar 1% do território – **Gráfico 3**. Assume-se como problemática deste território, o atual abandono de diversas áreas agrícolas e florestais. Esta condição, agravada pela fragmentação fundiária, constitui um desafio significativo à gestão eficiente do espaço rural e à revitalização económica e ambiental da região. Nesse contexto, e de forma a responder a estas adversidades, o PRGP-EML assume-se como uma ferramenta estratégica, promotora de resiliência territorial, orientada para a recuperação ambiental, o

fortalecimento da economia local e a multifuncionalidade da paisagem, assegurando a valorização e a dinamização sustentável da área de intervenção.



Fonte: COS 2018, DGT

Gráfico 3 | Proporções dos usos do solo (nível 1) na área de intervenção do PRGP EML, em 2018

Em termos evolutivos, observa-se, a esta escala, uma tendência de alguma estabilidade ao longo dos 11 anos em análise (Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 e 2018). No entanto, destacam-se as seguintes variações (**Gráfico 4**):

- crescimento (+5,25%) dos territórios artificializados entre 2007 e 2010;
- decréscimo das áreas agrícolas (-11%) entre 2007 e 2010, com um ligeiro aumento (+4,5%) entre 2010 e 2018;
- forte diminuição das pastagens (-51%) entre 2007 e 2010, seguido de aumento (+10,6%) entre 2010 e 2015;
- aumento da área florestal, sobretudo entre 2007 e 2010 (+4,4%);
- diminuição constante da área de matos, em todos os períodos.

Analisando as tendências globais das mudanças de usos do solo nos 11 anos em análise, através da *taxa média de crescimento anual* (TMCA)⁵, destaca-se a das massas de água

⁵ Com base na expressão:

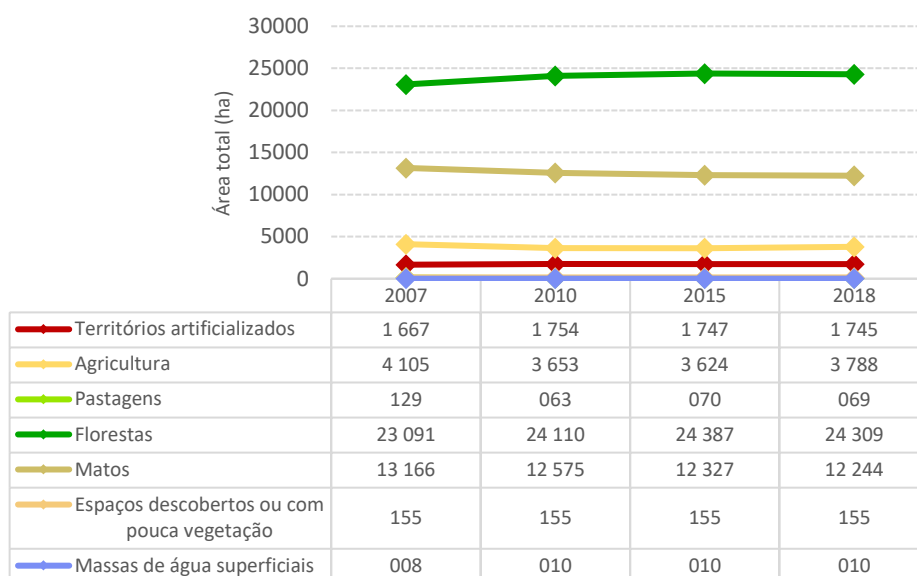
$$tcm_y = \sqrt[n]{\frac{y_t}{y_{t-n}}} - 1$$

Em que:

n – n.º de anos da série temporal (neste caso, 11 anos)

y_t – valor obtido para o ano t (ou seja, para o ano mais recente da série temporal, neste caso 2018)

superficiais (+2,96%/ano), seguida das florestas (+0,47%/ano) e dos territórios artificializados (+0,42%/ano). Das classes que registaram uma tendência negativa, destacam-se as pastagens (-5,5%/ano) – **Gráfico 4**.



Fonte: COS 2007 a 2018, DGT

Gráfico 4 | Evolução dos usos do solo (Nível 1) na área de intervenção do PRGP EML

Tendo em conta os problemas ambientais, sociais e económicos da área de intervenção, importa fazer uma caracterização agrícola e florestal, mais detalhada.

⇒ **Caracterização agrícola:**

O abandono da atividade agrícola tem implicações ao nível do agravamento dos incêndios rurais que, por sua vez, em tanto contribuem para a degradação do solo e acarretam consequências para os recursos hídricos e para a biodiversidade. O território em análise tem assistido a uma diminuição das áreas agrícolas que, de 2007 para 2018, representou 7,73% (**Figura 6 e 7**).

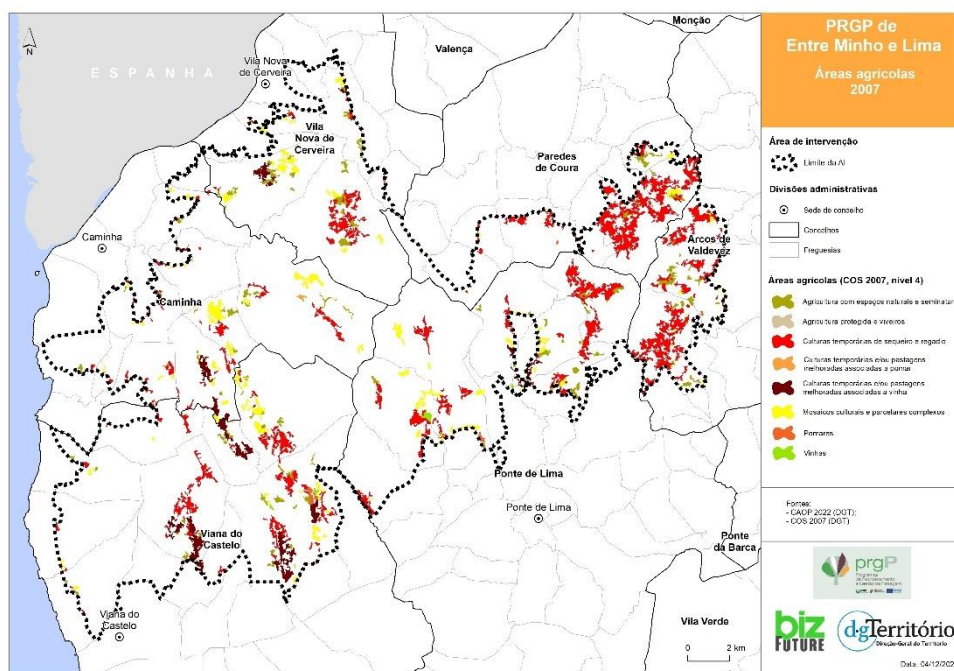


Figura 6 | Áreas Agrícolas (Nível 4 - COS2007, DGT) na área de intervenção do PRGP EML

Ocupação agrícola

Diminuição das áreas agrícolas entre 2007 e 2018 (-7,73%)

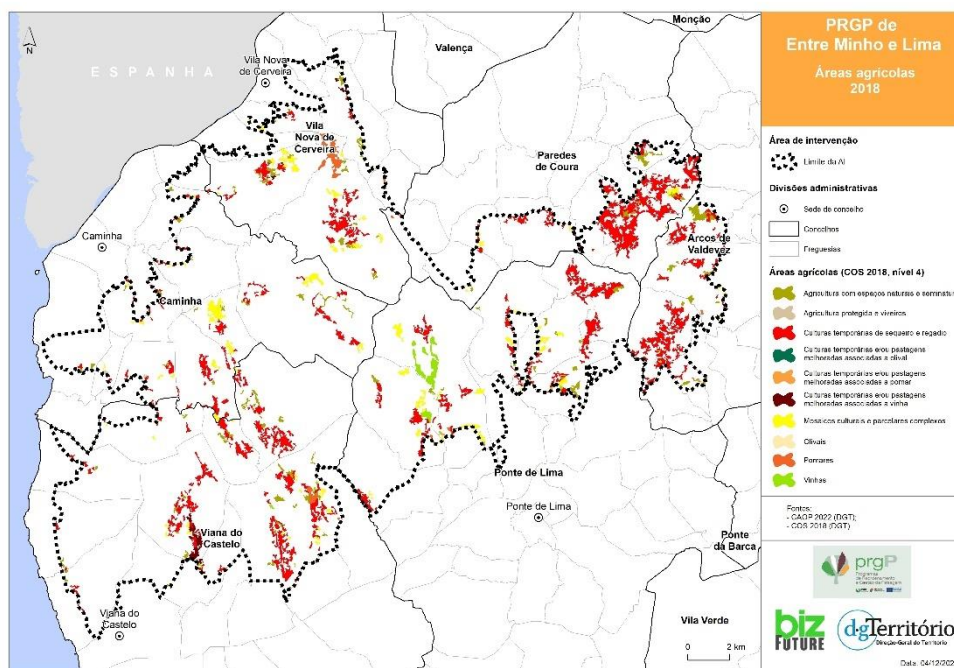


Figura 7 | Áreas Agrícolas (Nível 4 - COS2018, DGT) na área de intervenção do PRGP EML

Porém, embora essa perda tenha sido generalizada, assinala-se, em alguns casos, apenas uma conversão no tipo de cultura praticada, nomeadamente das culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha que passaram a culturas temporárias de sequeiro e regadio (**Tabela 3**). No geral, as primeiras experienciaram uma redução da sua área em cerca de 86%. Destaque ainda para a diminuição das

culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar (-71,5%) e dos mosaicos culturais e parcelares complexos (-27,4%). Em contrapartida, em 2018 a área de intervenção registou +229,3% de áreas agrícolas protegidas e viveiros, +227,9% de vinhas e +160% de pomares, relativamente a 2007. Em 2018 surgiram dois novos tipos de plantações, ainda que em proporções muito reduzidas: as culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olivais que representam 0,02% do total de culturas agrícolas da área em estudo, e os olivais (0,08%).

Culturas Agrícolas (Nível 4 da COS)	2007		2018		Taxa de variação (%)	
	ha	%	ha	%		
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	515,62	12,56	442,21	11,67	-14,24	 Variação entre 2007 e 2018 +229,3 % agricultura protegida e viveiros -85,61% Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha
Agricultura protegida e viveiros	+2,69	0,07	8,85	0,23	+229,30	
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2428,03	59,14	2557,19	67,51	+5,32	
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	0,00	0,00	0,74	0,02	+100	
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar	8,98	0,22	2,56	0,07	-71,53	
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	448,96	10,94	64,62	1,71	-85,61	
Mosaicos culturais e parcelares complexos	609,95	14,86	442,92	11,69	-27,38	
Olivais	0,00	0,00	3,15	0,08	+100	
Pomares	48,51	1,18	126,07	3,33	+159,91	
Vinhas	42,63	1,04	139,78	3,69	+227,86	
Total	4105,37	100,00	3788,11	100,00	-7,73	

Fonte COS 2007 – 2018, DGT

Tabela 3 | Proporções das áreas agrícolas (nível 4) na área de intervenção do PRGP EML

Quanto à estrutura das explorações agrícolas, a área de intervenção é marcada pela existência de veigas com solos férteis, dominando na paisagem os minifúndios.

Em 2019 foram recenseadas 44560 explorações agrícolas na região agrária do Entre Douro e Minho, menos 9,1% do que em 2009. Destas, cerca de 16% encontravam-se inseridas nos concelhos abrangidos pela área de intervenção, tendo-se registado um maior número de explorações em Ponte de Lima (2526) e, um menor, em Vila Nova de

Cerveira (239). Já a área de Superfície Agrícola Utilizada (SAU)⁶ registou um ligeiro crescimento na região agrária, que se traduziu em 0,7%. Porém, este incremento não foi experienciado em todos os concelhos, nomeadamente, em Caminha (-13,5%), Ponte de Lima (-11,9%) e Vila Nova de Cerveira (-10,6%). Desta forma, assistiu-se a um aumento da SAU média por exploração na região agrária, que foi transversal a todos os concelhos, exceto em Ponte de Lima, ainda que com reduzida expressão (-0,9%)⁷.

Âmbito geográfico	2019			Variação (%) 2009-2019		
	Explorações agrícolas (N.º)	SAU (ha)	SAU média por exploração (ha/exp)	Explorações agrícolas (N.º)	SAU (ha)	SAU média por exploração (ha/exp)
Região agrária: Entre Douro e Minho	44560	212639	4,8	-9,1	+0,7	+10,8
Caminha	338	2848	8,4	-15,5	-13,5	+2,4
Paredes de Coura	737	4218	5,7	-22,9	+6,8	+38,6
Ponte de Lima	2526	7792	3,1	-11,1	-11,9	-0,9
Viana do Castelo	1424	7614	5,3	-3,1	+7,6	+11,1
Vila Nova de Cerveira	239	1228	5,1	-15,5	-10,6	+5,9



SAU

Aumento da
SAU média por
exploração

Fonte: RGA 2019, INE

Tabela 4 | N.º de explorações agrícolas, SAU (ha) e SAU média em 2019, e variação em relação a 2009.

Como se pode verificar pela **Figura 8**, em 2019, mais de metade da área de SAU dos concelhos de Arcos de Valdevez, Viana do Castelo e Caminha apresentava uma dimensão igual ou superior a 50ha. Em Ponte de Lima predomina a classe de 1 a 5ha e em Paredes de Coura a área superior ou igual a 50ha e entre 1 e 5 ha. Já em Vila Nova de Cerveira, a classificação encontra-se mais repartida pelas várias classes de dimensão de SAU.

⁶ A SAU inclui as terras aráveis (limpas e sob coberto de matas e florestas), hortas familiares, culturas permanentes e pastagens permanentes (INE, 2019).

⁷ A análise por freguesia pode ser consultada no diagnóstico prospetivo.

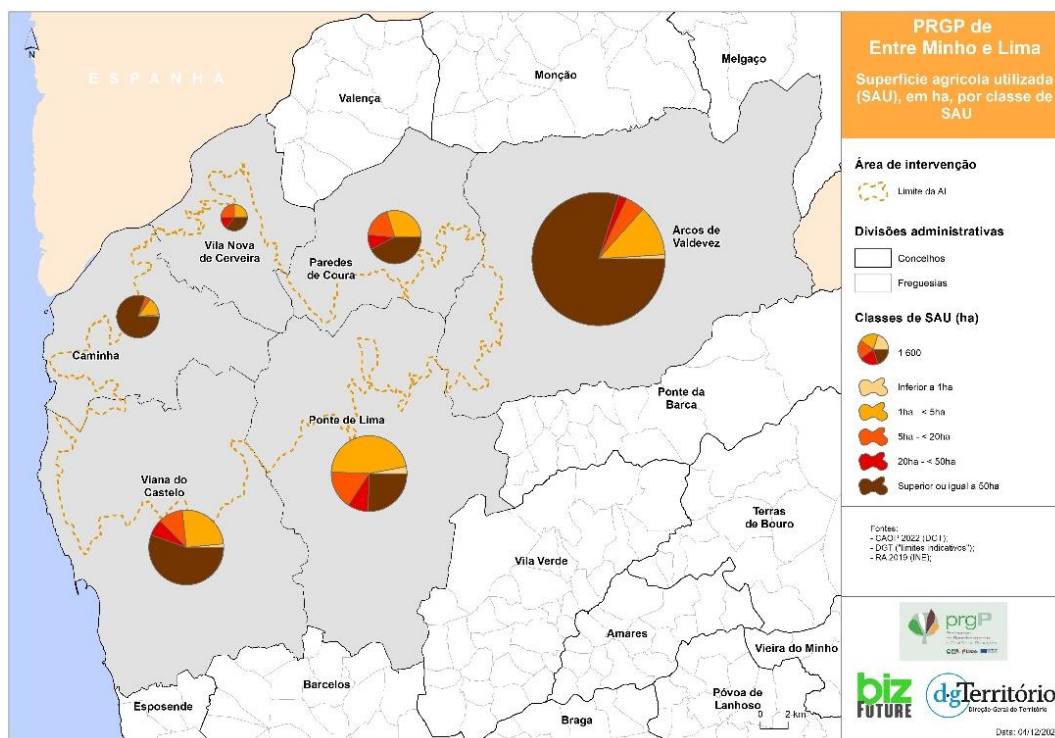


Figura 8 | Superfície agrícola utilizada por classe (ha), por concelho

Em 2019, as explorações agrícolas de todos os concelhos eram geridas maioritariamente por produtores singulares, embora se tenha registado, entre 2009 e 2019 um aumento do número de explorações geridas por sociedades, em detrimento do número de produtores singulares (RGA 2019, INE). Quanto à forma jurídica pela qual o produtor dispunha da terra nos concelhos da área de intervenção era, maioritariamente, por conta própria, pese embora o decréscimo que se assinalou entre 2009 e 2019.

Por fim, efetua-se uma breve análise ao efetivo animal na área de intervenção. Segundo o Recenseamento agrícola de 2019, neste ano registaram-se 47.375 efetivos animais⁸ nas explorações agrícolas dos concelhos. Porém, o total do efetivo animal diminuiu consideravelmente em todos os municípios entre 2009 e 2019.

É sobretudo neste domínio que se distinguem os produtos de Indicação Geográfica Protegida (IGP), de Denominação de Origem Protegida (DOP), e de Especialidade Tradicional Garantida (ETG) existentes nos municípios que integram o PRGP EML, e que alavancam, em certa parte, a economia destes locais (**Quadro 1**).

⁸ Animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração (INE, 2024).

Âmbito geográfico	Produto	Qualidade
Arcos de Valdevez	Carne Barrosã	DOP
	Carne Cachena	
	Charutos	Outros produtos de relevância
Paredes de Coura	Carne Barrosã	DOP
Ponte de Lima	Arroz de Sarrabulho à Moda de Ponte de Lima	ETG
	Carne Barrosã	DOP
Viana do Castelo	Cabrito das Terras Altas do Minho	IGP
	Azeite do Alentejo Interior	DOP

Fonte: Produtos Tradicionais Portugueses

Quadro 1 | Produtos IGP, DOP, ETG e outros produtos de relevância existentes nos municípios abrangidos pelo PRGP EML

Ainda sobre a temática, importa referir que as perturbações geradas pela intensidade agrícola, nomeadamente pela utilização de pesticidas, pela extensão da área ocupada, pelos ciclos de pousio ou pastoreio praticados, afetam a biodiversidade da área. Porém, a agricultura pode favorecer a sua conservação, se desenvolvida em mosaicos agrícolas e agroflorestais, que acabam por ser menos intensivos e adaptados às condições climáticas, geográficas e ambientais locais. Para além disso, o recurso a fertilizantes, pesticidas e mecanização deve ser baixo ou nulo; assim como a densidade de animais presentes; e os usos do solo devem ser rotativos. Assim, assegura-se a conservação da natureza e a gestão equilibrada dos ecossistemas, promovendo-se uma simbiose entre a agricultura e a natureza. As práticas agrícolas baseadas nestes pressupostos são consideradas de elevado valor natural (Frazão, 2017; Filipe, 2021).

⇒ **Caracterização florestal:**

Uma boa gestão da floresta tende a apresentar repercussões positivas num território, tornando-se, assim, imprescindível a análise e caracterização destas áreas no PRGP EML. Neste sentido, prossegue-se à análise da evolução temporal e espacial das áreas e sistemas florestais, bem como da certificação florestal dos concelhos que integram a presente área de intervenção.

Como já fora referido, as áreas florestais aumentaram de 2007 para 2018, o que se traduziu num aumento de diversas espécies florestais, nomeadamente: as florestas de castanheiro (espécie inexistente, de acordo com a COS de 2007), as florestas de eucalipto (+13%), as florestas de outros carvalhos (+38,19%) e de pinheiro bravo (+5,73%).

No sentido oposto, as florestas de espécies invasoras (-0,47%), as florestas de outras folhosas (-21,15%) e as florestas de outras resinosas (-47,74) sofreram uma diminuição face a 2007.

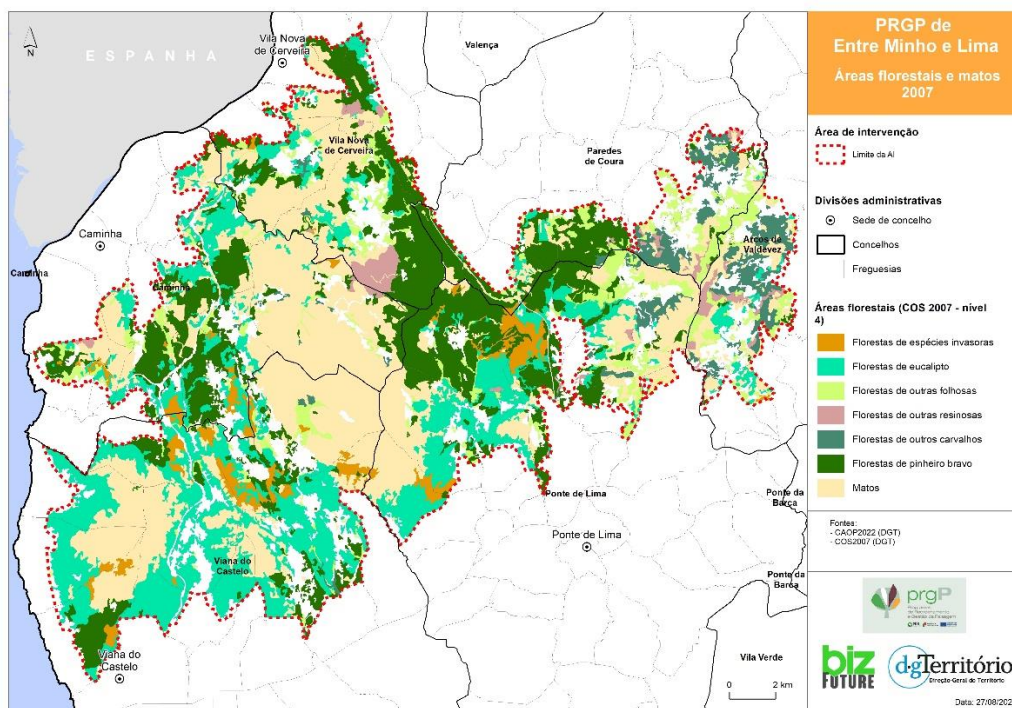


Figura 9 | Áreas florestais e matos (Nível 4 - COS2007, DGT), na área de intervenção do PRGP EML

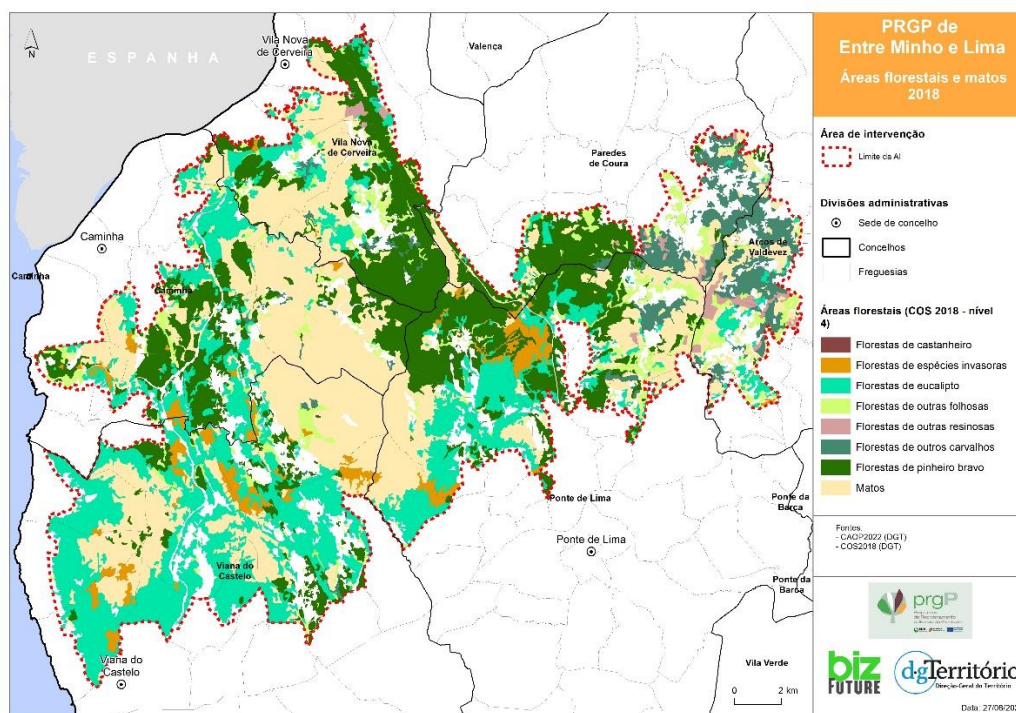


Figura 10 | Áreas florestais e matos (Nível 4 - COS2018, DGT), na área de intervenção do PRGP EML

Considerando o propósito do PRGP, apresentam-se, de seguida, as áreas florestais organizadas pelos seguintes sistemas florestais:

- Produção
- Conservação
- Proteção
- Mata de proteção

Conforme se pode observar pelo **Gráfico 5**, há um predomínio do sistema florestal de produção (46,1%) e também uma grande área coberta por sistemas florestais de proteção (34%). O sistema florestal de conservação apresenta uma expressão muito reduzida (4,1%).

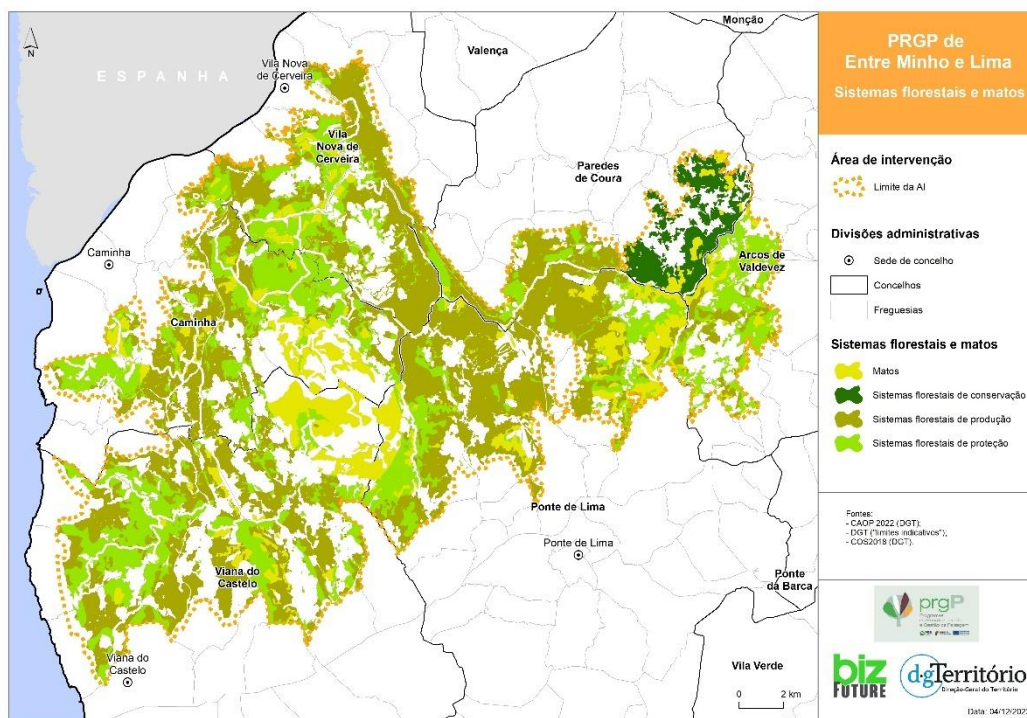


Figura 11 | Sistemas florestais e matos na área de intervenção do PRGP EML

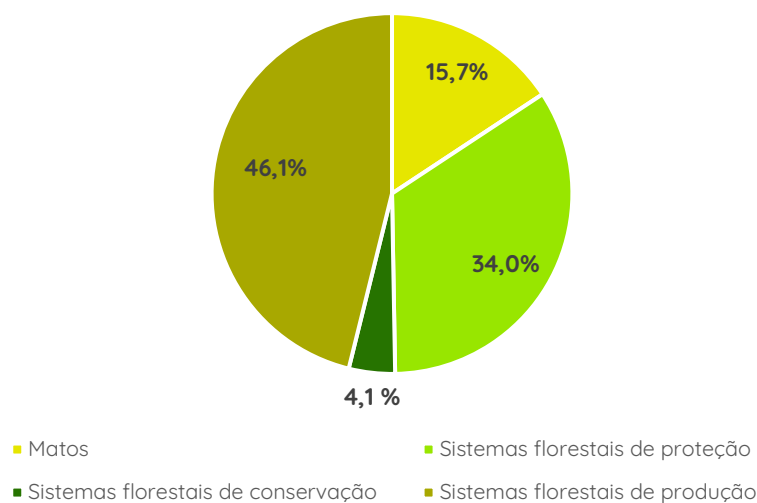


Gráfico 5 | Proporções dos sistemas florestais e matos (2018)

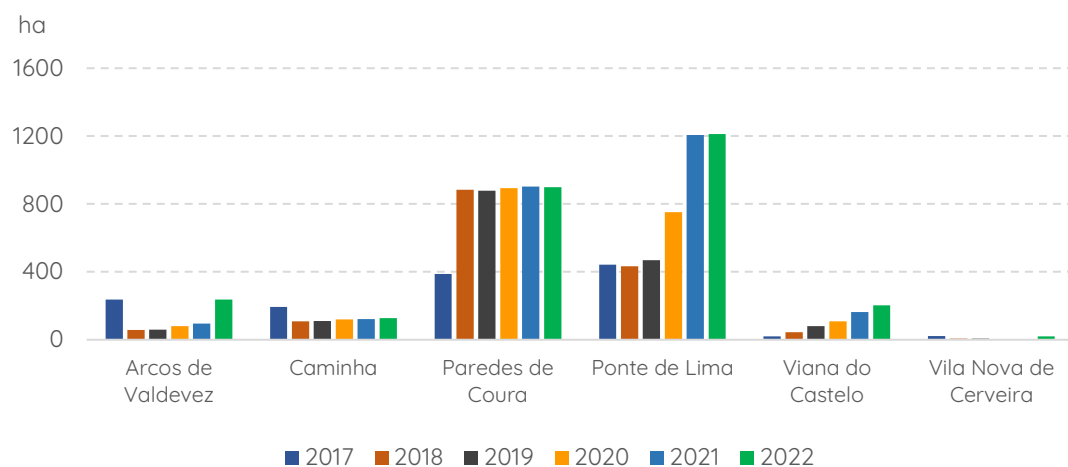
Quanto à certificação florestal, esta surge em 1990 com o intuito de fazer face a problemas como a desflorestação, a degradação ambiental e a exclusão social. Os grandes sistemas de certificação existentes são o FSC (*Forest Stewardship Council*) e o PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*), os quais promovem práticas florestais sustentáveis, garantindo que os proprietários florestais executem processos **ambientalmente adequados, viáveis economicamente e socialmente justos**.

Relativamente aos benefícios da certificação florestal, identificam-se critérios rigorosos no âmbito da biodiversidade (manutenção de serviços do ecossistema, fixação de carbono, filtração de partículas do ar, regulação dos fluxos de água e proteção dos solos contra a erosão) e no direito dos trabalhadores (criação de empregos com salários dignos, melhoria das condições de segurança no trabalho e envolvimento com as comunidades locais).

Em março de 2024, foi disponibilizado pelo FSC Portugal um *dashboard* que apresenta as áreas com certificação florestal em Portugal, por concelho, entre 2017 e 2022. Na análise destes dados, foram recolhidas algumas informações, que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Observando o **Gráfico 6** verificou-se que os concelhos de Paredes de Coura e de Ponte de Lima apresentaram uma área florestal certificada superior aos restantes concelhos da área de estudo. Desta análise conclui-se ainda que, após o ano de 2017, o concelho de Paredes de Coura duplicou o crescimento destas áreas e que Ponte de Lima vem

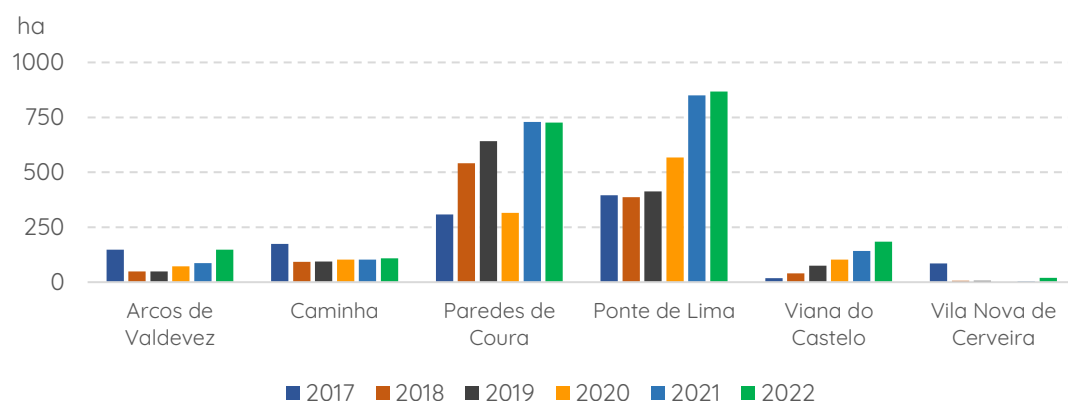
apresentando, também, um crescimento desde o ano de 2018, atingindo 1 200 ha em 2022.



Fonte: FSC Portugal

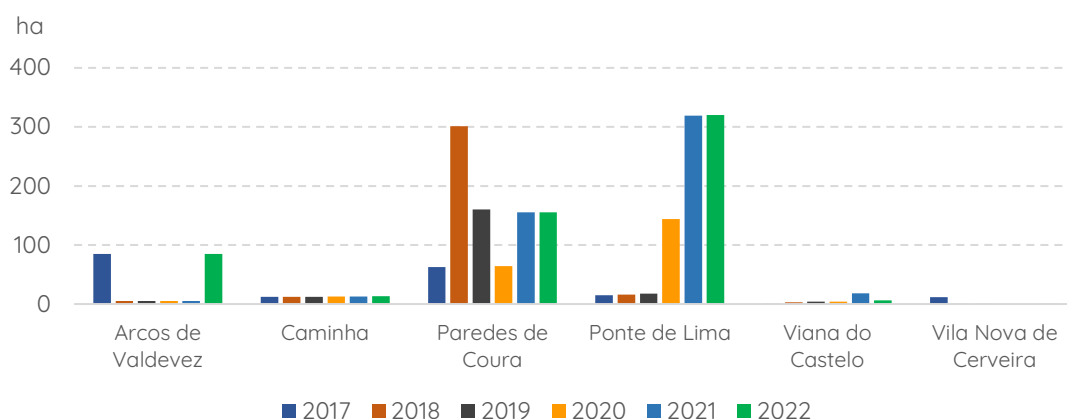
Gráfico 6 | Áreas com certificação florestal FSC nos concelhos do PRGP EML, 2017-2022

Relativamente às áreas de florestas de produção/plantação (**Gráfico 7**) e florestas de conservação/proteção (**Gráfico 8**), destacam-se, uma vez mais, os concelhos de Paredes de Coura e Ponte de Lima.



Fonte: FSC Portugal

Gráfico 7 | Áreas com certificação florestal FSC (Florestas de Produção/Plantação) nos concelhos do PRGP EML, 2017-2022



Fonte: FSC Portugal

Gráfico 8 | Áreas com certificação florestal FSC (Florestas de Conservação/Proteção) nos concelhos do PRGP EML, 2017-2022

1.1.6. Património arqueológico e construído

O património arqueológico e construído na área abrangida pelo PRGP EML é vasto, contabilizando-se 274 pontos de interesse classificados, que se encontram representados espacialmente na **Figura 12**. Estes dividem-se em:

- 1 Edifício de arquitetura civil privada;
- 14 Edifícios de arquitetura civil pública (apeadeiro, casas florestais, castelos, fontes, postos de vigia e relógio do sol);
- 1 Ponto de arquitetura das vias de comunicação (arcos);
- 25 Pontos de arquitetura industrial/ artesanal (antigo lagar, azenhas, levadas e moinhos);
- 135 Equipamentos de arquitetura religiosa (capelas, conventos, cruzeiros, igrejas, mosteiros e santuários);
- 98 Sítios arqueológicos (arte rupestre, estrutura, mamoa, megalitismo, minas e explorações mineiras, povoado fortificado, monumentos megalíticos, vestígios diversos, entre outros)

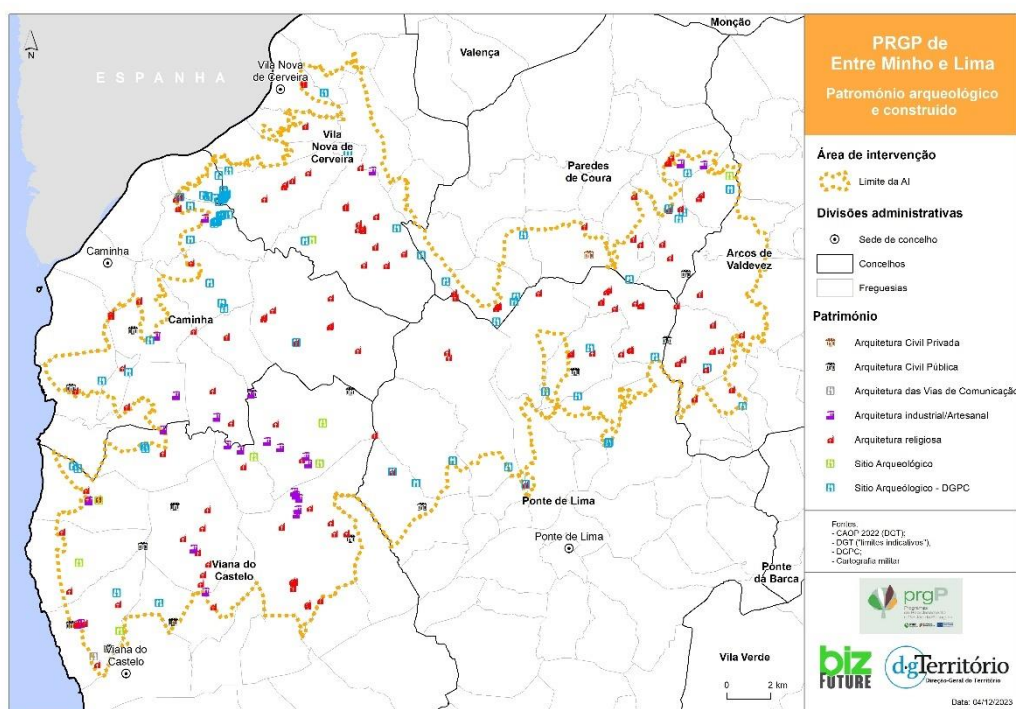


Figura 12 | Património arqueológico e construído

Em suma, a caracterização da área de intervenção evidencia um território com um elevado potencial ambiental, cultural e económico, mas também com vários desafios estruturais. É, assim, necessário adotar-se uma abordagem integrada, que considere a conservação dos valores existentes, a mitigação dos problemas identificados e a promoção de soluções sustentáveis para um desenvolvimento equilibrado deste território.

2.3. Quadro problema

Com base no quadro de problemas apresentado no **RFC**, o Quadro-Problema estrutura-se por meio de uma análise SWOT (**Quadro 2**), que analisa as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades. Neste âmbito, são igualmente sintetizados os principais fatores de mudança (forças motrizes) que influenciam o território. Este exercício constituiu, essencialmente, um primeiro diagnóstico que contribuiu para a identificação de oportunidades ambientais, e paralelamente auxiliou na definição da estratégia de desenvolvimento sustentável.

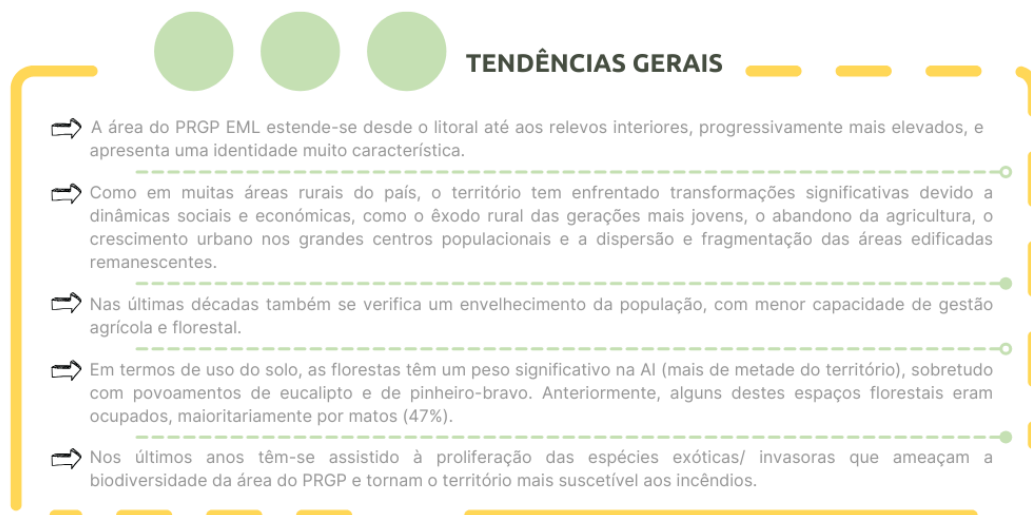
Forças (S)	Fraquezas (W)
▪ Na área de intervenção encontram-se duas Zonas Especiais de Conservação, que asseguram a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e fauna selvagens ameaçados; ▪ A área florestal representa aproximadamente 58% da AI. Destaque para a espécie do pinheiro-bravo que é muito importante económica e socialmente para a região, constituindo uma das matérias mais utilizadas na indústria transformadora, que emprega muitas pessoas nesta região; ▪ Existência de instrumentos estratégicos nacionais e planos orientados para a adaptação às alterações climáticas; ▪ Existência de um vasto património classificado cultural e arqueológico; ▪ As características identitárias da região, como a presença dos solares e a arquitetura das igrejas; ▪ Existência de uma grande diversidade de produtos locais de elevada qualidade; ▪ Forte presença de populações de lobos, que assumem um importante papel ecológico na AI, prestando vários serviços nos ecossistemas.	▪ Diminuição da população residente (despovoamento); ▪ Envelhecimento da população; ▪ Menor capacidade de gestão ativa e manutenção dos terrenos agrícolas; ▪ Fraca capacidade de atração e retenção de jovens; ▪ Abandono dos campos agrícolas, contribuindo para o aumento da suscetibilidade aos incêndios rurais e a outros riscos relacionados com as alterações climáticas; ▪ Estrutura fragmentada e dispersa das propriedades de minifúndio, pouco rentável e desfavorável do ponto de vista da gestão; ▪ Proliferação de espécies exóticas/invasoras; ▪ Grandes povoamentos de eucaliptal; ▪ Forte decréscimo da área de pastagens (-51%) entre 2007 e 2010; ▪ Diminuição das áreas agrícolas (-11%) entre 2007 e 2010; ▪ Padrão de povoamento disperso, ou linear ao longo das vias; ▪ Falta de articulação entre os atores locais, o que não favorece a gestão efetiva e integrada do território.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
▪ Valorização dos recursos endógenos, gerando novas economias multifuncionais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, e na valorização dos serviços dos ecossistemas; ▪ Fomento do ecoturismo pedagógico, benéfico para o ambiente e para a economia local;	▪ Continuação das tendências demográficas (perda populacional e envelhecimento); ▪ Abandono dos terrenos agrícolas; ▪ Aumento dos eventos climáticos extremos que podem comprometer a produtividade e a fitossanidade; ▪ Redução das disponibilidades hídricas;

- Gestão ativa e efetiva da paisagem, sobretudo da floresta, através da coordenação entre os atores locais intervenientes no território;
- Criação e manutenção das faixas de gestão combustível e de mosaicos estratégicos, que promovam, de forma estruturada, descontinuidades no território, contribuindo para a minimização da propagação dos fogos rurais;
- Promoção de mosaicos agro-silvo-pastoris;
- Conservação, recuperação e promoção da floresta autóctone;
- Controlar o crescimento disperso dos povoamentos florestais;
- Aproveitamento e promoção de regeneração natural de folhosas autóctones;
- Restabelecimento da conectividade ecológica e da biodiversidade associada, através da conservação e recuperação da vegetação ribeirinha autóctone;
- Aplicação de medidas de silvicultura preventiva (desbastes e desramações);
- Fomentar a dinâmica de empreendedorismo, cooperação e associativismo em espaço rural.
- Alterações climáticas previstas para a região: subida da temperatura média anual e diminuição da precipitação média acumulada nos meses de verão;
- Falta de limpeza e manutenção dos cursos de água;
- Recorrência de fogos rurais que afetam a segurança de pessoas e bens, e destroem a fauna e flora existentes;
- Intensificação dos processos erosivos e perda de solo;
- Propagação das espécies invasoras um pouco por toda a AI, constituindo uma ameaça à biodiversidade, aos ecossistemas, às áreas florestais e agrícolas e à saúde pública;
- Diminuição da área de pinheiro-bravo devido aos incêndios, especialmente crítica para a indústria transformadora da região;
- Ausência ou má gestão das monoculturas florestais;
- Dificuldades no acesso a apoios/subsídios para as atividades agrícolas e florestais, tendo em conta os elevados custos de manutenção e gestão dos terrenos, sobretudo os não produtivos;
- Ausência ou desadequação das políticas de gestão florestal e de prevenção de incêndios rurais;
- Elevado número de incêndios causados por incendiário e queimadas.

Quadro 2 | Análise SWOT da área do PRGP EML (extraído do RFCD: PRGP-EML)

Com base nesta análise, são apresentadas as forças motrizes, ou determinantes da mudança, que desempenham um papel crucial na identificação das dinâmicas territoriais no contexto do desenvolvimento estratégico e da aplicação de investimentos, garantindo a sustentabilidade do uso do território (Meneses *et al.*, 2017). Estas forças podem ser internas, como o conhecimento e as competências locais, ou externas, como

fatores económicos, demográficos e tecnológicos. De acordo com Partidário (2012: 35), as forças motrizes podem atuar tanto como promotoras quanto como inibidoras do progresso, dependendo do seu impacto no território e nas estratégias implementadas.



Quadro 3 | Tendências gerais dos padrões de mudança

Os padrões de mudança (**Figura 13**) resultam da interação complexa entre diferentes forças motrizes, em diferentes escalas, podendo distinguir-se as **tendências socioeconómicas e culturais, políticas e tecnológicas**.

Padrões de mudança



Figura 13 | Forças motrizes dos padrões de mudança

3. Âmbito da AAE

Conforme estabelecido na metodologia adotada para a elaboração da AAE, a definição do seu âmbito centra-se, de forma geral, na identificação dos **Fatores Críticos para a Decisão**. Estes fatores (**Figura 14**) resultam de uma análise integrada que inclui os Fatores Ambientais, o Quadro de Referência Estratégica (QRE), o modelo de paisagem e as Questões Estratégicas (ou objetivos estratégicos do PRGP), elementos que, em conjunto, sustentam o mapeamento dos elementos fundamentais para o processo de decisão.

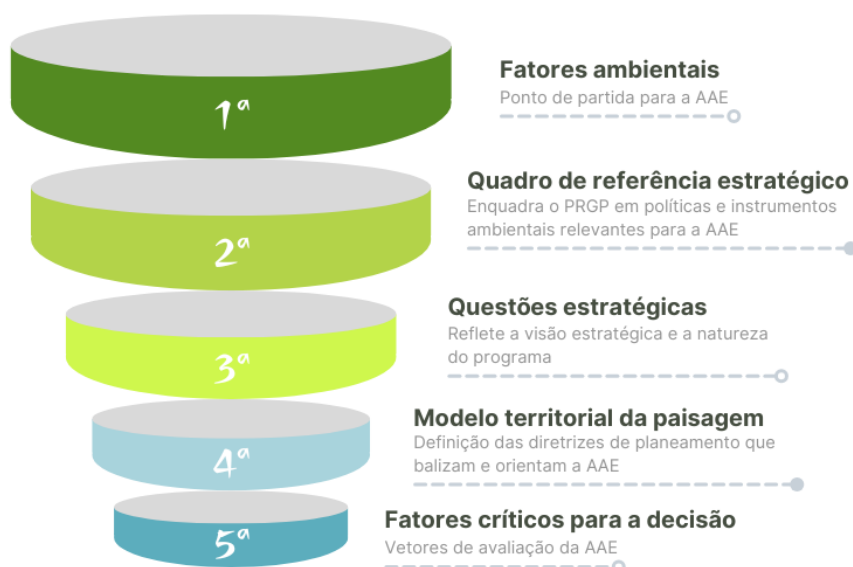


Figura 14 | Processo de definição dos fatores críticos para a decisão

A informação apresentada neste capítulo, essencial para o mapeamento e identificação mencionados, será integralmente extraída do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, previamente desenvolvido na Fase 2 do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Entre Minho e Lima.

3.1. Quadro de Referência Estratégico

O **QRE** da **AAE** do PRGP-EML articula-se com diversos planos, programas e estratégias de desenvolvimento territorial, abrangendo a escala internacional, nacional, regional, intermunicipal e municipal. As suas diretrizes e orientações, focadas na sustentabilidade ambiental, cruzam-se direta ou indiretamente, tornando-se essenciais para o presente exercício. No **Quadro 4** enumeram-se os documentos analisados, identificando-se o ano, a natureza, o âmbito e o(s) setor(es) que abrangem. A descrição das orientações e metas principais destes instrumentos bem como a articulação com o PRGP, encontra-se em anexo.

O PRGP EML apresenta um período de vigência de 10 anos, podendo ser sujeito a revisões de forma a garantir a sua atualização face às dinâmicas territoriais e ambientais. O PRGP deve, por isso, articular-se com os demais IGT, assegurando que as diretrizes dos mesmos, e sobretudo dos PDM, são devidamente integradas no documento. Os PDM que se encontram em revisão devem refletir as diretrizes e objetivos do PRGP, nomeadamente no que respeita à gestão da paisagem, à prevenção de incêndios, à valorização dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável.

Documento	Sigla / Acrónimo	Ano	Natureza	Âmbito	Sector(es)
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Agenda 2030	2015	Estratégica	Internacional	Transversal
Lei do Restauro da Natureza da União Europeia	NRL	2024	Estratégica	Internacional	Biodiversidade
Estratégia de Infraestruturas Verdes da União Europeia	EU GI Strategy	2013	Estratégica	Internacional	Biodiversidade; Adaptação às Alterações Climáticas
Revisão da EU relativa aos polinizadores – Novo pacto para os polinizadores	EUPI	2023	Estratégica	Internacional	Conservação da Natureza e biodiversidade
Carta Europeia de Turismo Sustentável	CETS	1995	Estratégica	Internacional	Turismo sustentável; conservação da natureza
Estratégia Temática de Proteção dos Solos	STS	2006	Estratégica	Internacional	Solos
Lei de Bases do Clima	LBC	2021	Estratégica	Nacional	Transversal
Roteiro de Adaptação às Alterações Climáticas	RAAC	2020	Estratégica	Nacional	Transversal
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	PNPOT	2019	Estratégica	Nacional	Transversal
Quadro Estratégico para a Política Climática	QEPIC	2015	Estratégica	Nacional	Transversal
Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030	PACS	2022	Estratégica	Nacional	Ambiente, Mobilidade e Transportes
Programa de Transformação da Paisagem	PTP	2020	Estratégica	Nacional	Floresta; Paisagem; Ordenamento do Território;
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF 2030	2015	Estratégica	Nacional	Floresta; Desenvolvimento; Rural; Ambiente
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC 2020	2015	Estratégica	Nacional	Transversal

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	P-3AC	2019	Estratégica	Nacional	Transversal
Plano Nacional de Energia e Clima	PNEC 2030	2020	Estratégica	Nacional	Transversal
Roteiro para a Neutralidade Carbónica	RNC 2050	2019	Estratégica	Nacional	Transversal
Plano Nacional da Água	PNA 2015	2016	Estratégica	Nacional	Ambiente
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030	ENCNB 2030	2018	Estratégica	Nacional	Conservação da Natureza e biodiversidade
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	PNGIFR	2020	Estratégica	Nacional	Floresta, Proteção Civil
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI	2006	Estratégica	Nacional	Floresta; Proteção Civil
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva	ENPCP 2030	2021	Estratégica	Nacional	Proteção Civil; Riscos
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD	2014	Estratégica	Nacional	Ambiente
Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN 2000	2008	Estratégica	Nacional	Conservação da Natureza e Biodiversidade
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020)	PDR 2020	2014	Estratégica	Nacional	Agricultura; Desenvolvimento Rural; Floresta; Ambiente
Plano de Ação para a Conservação do Lobo-Ibérico em Portugal	PACLobo	2017	Estratégica	Nacional	Conservação da Natureza e biodiversidade
Plano Nacional de Restauro da Natureza	PNRN	2024	Estratégica	Nacional	Conservação dos ecossistemas
Regime Jurídico aplicável ao controlo, à deteção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna		2019	Estratégica	Nacional	Conservação da Natureza e biodiversidade
Programa Nacional de Turismo Sustentável	PTS 20-23	2020	Estratégica	Nacional	Turismo sustentável
Programa Nacional de Regadios	PNRegadios	2018	Estratégica	Setorial	Agricultura; Desenvolvimento Rural

Programa Nacional de Turismo da Natureza	PNTN	2015	Estratégica	Setorial	Turismo; Conservação da Natureza e Biodiversidade
Plano de Gestão dos Riscos de Inundações Minho-Lima	PGRI	2022	Estratégica	Setorial	Transversal
Programa Regional de Ação do Norte de Gestão Integrada de Fogos Rurais	PRA-N	2023	Estratégica	Regional	Transversal
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho	PROF EDM	2019	Estratégica	Regional	Floresta, Ambiente
Programa Regional do Norte (2021-2027)	Norte 2030	2022	Estratégica	Regional	Transversal
Estratégia Alto Minho 2030	Alto Minho 2030	2021	Estratégica	Regional	Transversal
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	PROT Norte	2009	Estratégica	Regional	Transversal
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho	PIAAC Alto Minho	2019	Estratégica	Intermunicipal	Floresta, Ambiente, Clima
Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Minho e Lima	PGRH-RH1	2016	Regulamentar	Especial	Ambiente
Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PMDFCI	-	Regulamentar	Municipal	Floresta

Quadro 4 | Quadro de Referência Estratégico da AAE (extraído do RFCD: PRGP-EML)

O **Quadro 5** apresenta uma síntese que relaciona os objetivos gerais dos documentos identificados no QRE com os objetivos estratégicos previamente definidos para o PRGP. Este quadro resume a convergência entre as macropolíticas do QRE e as Questões Estratégicas subjacentes à elaboração do PRGP-EML.

Documento (sigla / acrónimo)	OE1	OE2	OE3	OE4
Agenda 2030	✓	✓	✓	✓
EUBS 2030	✓	✓	✓	
LBC	✓	✓	✓	✓
RNA2100	✓	✓	✓	✓
ETUSRN	✓		✓	✓
PNPOT	✓	✓	✓	✓
QEPIC	✓	✓		✓
PACS	✓			✓
PTP	✓	✓	✓	✓

ENF 2030	✓		✓	✓
ENAAC 2020	✓			
P-3AC	✓		✓	
PNEC 2030	✓	✓		
RNC 2050	✓			✓
PNA 2015			✓	
ENCNB 2030	✓		✓	✓
PNGIFR	✓	✓		
PNDFCI	✓	✓		
ENPCP	✓			
PANCD	✓		✓	✓
PSRN2000			✓	
PDR	✓	✓	✓	✓
PNRegadios	✓		✓	
PNTN			✓	✓
PRA-N	✓	✓		
PROF EDM	✓		✓	✓
PGRI	✓	✓	✓	✓
Alto Minho 2030	✓	✓	✓	✓
PROT Norte	✓		✓	
PIAAC Alto Minho	✓	✓	✓	✓
PGRH-RH1	✓	✓	✓	
PMDFCI	✓	✓	✓	✓

Quadro 5 | Relação entre o QRE e os objetivos estratégicos (extraído do RFCD: PRGP-EML)

3.2.Fatores Ambientais

Os Fatores Ambientais (FA) considerados na avaliação (Quadro 6) encontram-se definidos tendo por base as referências estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Em conformidade com a alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º, incluem-se os seguintes fatores: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural (incluindo património arquitetónico e arqueológico), paisagem e a inter-relação entre todos estes elementos.

Bens materiais	Avaliar a imagem global do ambiente físico urbano, considerando a caracterização dos núcleos de povoamento, a rede de equipamentos, as acessibilidades e as infraestruturas urbanas básicas.
-----------------------	--

Água, Atmosfera, Biodiversidade, fauna e flora	Avaliar o impacto da proposta de PRGP na preservação e valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como na conectividade ecológica do território; e a gestão racional dos mesmos.
Clima e energia	Avaliar a influência da proposta nas medidas de adaptação e mitigação às alterações climáticas e aos seus possíveis efeitos adversos. Estudar o impacto das medidas proposta nas principais fontes locais de emissões de gases de efeito estufa e nos reservatórios e sumidouros de carbono.
Economia	Avaliar o impacto da proposta do PRGP no incentivo ao empreendedorismo, à inovação e à competitividade; e aos benefícios dos serviços de ecossistemas.
Património cultural	Analisar a influência da proposta do PRGP para a valorização e gestão do património existente no território, e capacidade de atração turística.
População	Analisar a influência da estratégia delineada no PRGP, no potencial atrativo das áreas rurais, para travar o despovoamento e equilibrar a pirâmide etária; na promoção da coesão social.
Riscos	Analisar a influência da proposta na minimização da sua suscetibilidade e perigosidade, na redução da vulnerabilidade territorial (população, bens e ambiente), e no aumento da resiliência global.
Saúde humana	Apreciar o potencial da proposta para promover a qualidade de vida e avaliar os seus impactos diretos na saúde das populações.
Paisagem e Uso do Solo	Analisar a influência das opções tomadas e das estratégias definidas no PRGP, ao nível das dinâmicas de transformação do uso do solo / da paisagem, e da sua valorização, assim como o seu contributo no aumento da resiliência do território, sobretudo aos incêndios rurais.

Quadro 6 | Fatores ambientais a considerar na AAE do PRGP-EML (adaptado do RFCD: PRGP-EML)

3.3. Fatores Críticos para a Decisão

Os **FCD** destacam os aspetos essenciais para a AAE, representando os temas-chave integrados que influenciam o sucesso ambiental e a sustentabilidade na tomada de decisões estratégicas. Neste Relatório, o **Quadro 7** apresenta os **FCD** identificados e os **Fatores Ambientais** associados. Entre os fatores críticos analisados, a Resiliência ao Fogo, a Valorização do Território e os Serviços dos Ecossistemas mostram uma relação abrangente, envolvendo todos, ou quase todos, os **FA**.

FCD	Descrição Sumária	FA
Resiliência ao fogo e	Considerando a importância da floresta na sustentabilidade e biodiversidade do território, bem como o objetivo particular do PRGP no aumento da resiliência da paisagem ao fogo:	▪ Paisagem ▪ Uso do solo ▪ Biodiversidade, fauna e flora

Alterações Climáticas	Este fator avalia o contributo da proposta para a promoção da resiliência do território aos incêndios rurais, e a outros riscos a que a área de intervenção esteja suscetível, no quadro das alterações climáticas. A avaliação por meio de um modelo de regime de fogo atual e à proposta de desenho da paisagem, permitirá aferir a percentagem efetiva de redução da perigosidade na área de intervenção.	- Solo, água e atmosfera - População - Saúde humana - Riscos - Fatores climáticos - Economia - Património cultural - Bens materiais
Desenvolvimento socioeconómico e Valorização do território	Avalia o modelo territorial proposto pelo PRGP EML, para a promoção da multifuncionalidade do território, de forma a valorizar as potencialidades da região e, consequentemente, a criar emprego e a atrair a população para este território.	- Paisagem - Uso do solo - Biodiversidade - Solo, água e atmosfera - População - Saúde humana - Fatores climáticos - Economia - Bens materiais - Património cultural
Recursos Naturais e Serviços dos ecossistemas	Este fator avalia de que forma a proposta do PRGP EML contribui para a valorização dos recursos e valores disponíveis, promovendo a remuneração dos serviços de ecossistemas, bem como para a conservação e salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e dos próprios ecossistemas.	- Paisagem - Uso do solo - Biodiversidade, fauna e flora, - Solo, água e atmosfera - População, - Saúde humana, - Atividades económicas, - Bens materiais
Governança Territorial	Verifica o contributo da proposta na participação e relacionamento dos atores locais, públicos ou privados, e associativos, na gestão ativa do território. Também incide na articulação entre a proposta de Programa e os outros instrumentos de ordenamento do território.	- Paisagem - População - Atividades económicas - Património cultural - Bens materiais

Quadro 7 | Fatores Críticos para a Decisão e relação com os FA (extraído do RFCD: PRGP-EML)

3.4. Quadro de Avaliação: critérios e indicadores

O Quadro de Avaliação é estruturado a partir dos FCD, com critérios e indicadores de avaliação. As QAS relevantes, que fundamentaram os FCD, permitem definir critérios específicos e os respetivos indicadores de concretização ou avaliação, qualitativos ou quantitativos (**Figura 15**). Devem ser priorizados indicadores estratégicos e fundamentais, úteis para integrar futuros programas de monitorização, orientados por princípios descritos em (GT CCAS, s/d):

- **Pertinência:** devem estar alinhados com os objetivos que se pretendem medir;
- **Credibilidade:** cujos cálculos e métrica estabelecidos sejam precisos;
- **Facilidade:** que sejam fáceis de calcular e de interpretar;
- **Clareza:** claros, simples e objetivo, não permitindo interpretações díspares;

- **Comparabilidade:** permitam a apreciação dos resultados obtidos, no tempo (evolução de um ano para o outro) e no espaço (comparação de um território com o outro).

Porém, os indicadores selecionados para o Quadro de Avaliação, que se encontram sintetizados no **Quadro 7**, servem apenas para esta fase de avaliação.

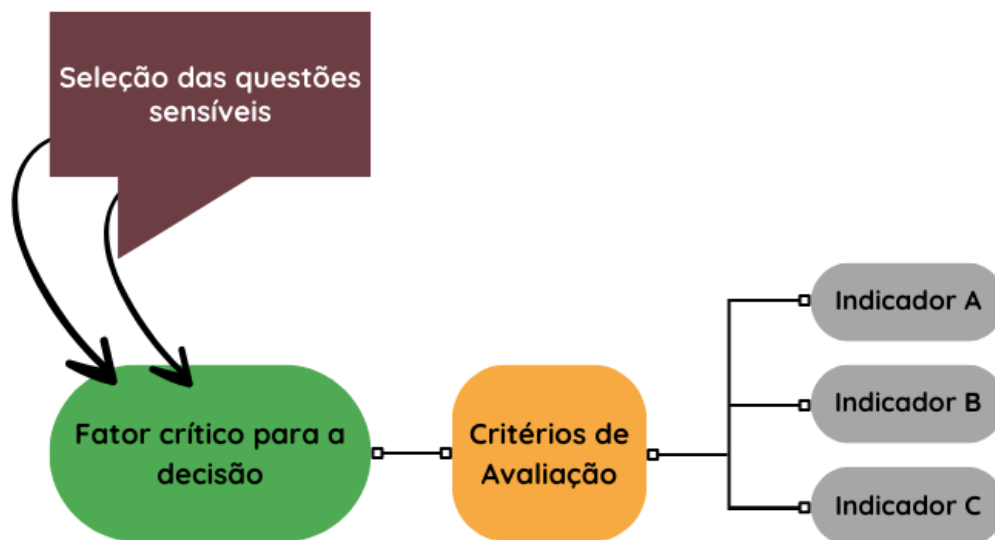


Figura 15 | Estrutura do Quadro de Avaliação em AAE (Adaptado de Partidário, 2012: 37).

EIXO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES	UNIDADES
RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Incêndios rurais	Ocorrência de incêndios	Variação do n.º de ocorrências, por classe de área ardida	Ha/%
		Área Ardida	Área ardida em povoamentos florestais e área de matos	Ha/ %
		Grandes incêndios	Área afetada por incêndios superiores a 100ha	%
		Perigosidade	Área florestal classificada com perigosidade Alta e Muito Alta	Ha/ %
			Tipologia de povoamentos florestais (PF) ardidos face à área total de floresta	Ha/ %
			Povoamentos florestais autóctones decorrentes de ações de restauro ecológico	Ha/ %
			Área ardida em áreas protegidas e de interesse de conservação	Ha/ %
			Sistemas de vigilância e alerta de incêndio implementados e/ou melhorados	N.º
	Uso e ocupação do solo	Floresta reconvertida	Área florestal reconvertida, por tipo de uso do solo	Ha
		Áreas de valorização	Área valorizada, por tipo de uso do solo	Ha
	Gestão dos Espaços rurais	Emparcelamento	Áreas emparceladas	Ha
		Cadastro Rústico	Área de cadastro rústico atualizado	Ha/ %
		Infraestruturas públicas	Infraestruturas rurais instaladas, por tipo de cultura/atividade	N.º
			Área associada ao tipo de cultura(s)/atividade(s)	Há/ %
		Adaptação	Área com elevado risco de erosão dos solos	Ha/ %

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Alterações climáticas - outros riscos naturais		Medidas dos Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas implementadas na área do programa	N.º
			Ações e programas implementados no cumprimento dos Planos Distritais e Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios / PSA e programas municipais de execução	N.º
			Projetos aprovados que contemplam medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	N.º
		Mitigação	Emissões de GEE do setor do uso do solo, alterações de uso do solo e florestas	tCO2eq
			Eficiência energética das atividades do setor florestal	consumo de energia/VAB
			Peso da biomassa florestal na produção de energia a partir de fontes renováveis	%
			Incorporação de fontes de energia renováveis no consumo energético das atividades do setor florestal	%
			Investimento previsto em tecnologias que contribua para uma maior eficiência energética e descarbonização do setor florestal	€
	Dinâmica populacional	População residente	Varição da população residente por freguesia (à data dos dois últimos recenseamentos)	N.º / %
		Envelhecimento	Índice de envelhecimento	N.º
		Diversificação	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE	N.º
		VAB	VAB por atividade económica	€
		Taxa de emprego	Taxa de emprego por setor de atividade económica	%
		Poder de compra	Varição do poder de compra	%
		Explorações agrícolas	Total de explorações agrícolas instaladas	N.º / ha
		Produção biológica	Explorações agrícolas instaladas com práticas de produção biológica ou outras práticas sustentáveis	N.º / ha
		Pecuária autóctone	Evolução do efetivo pecuário, por espécie e por freguesia	N.º
		Ocupação do solo	Área ocupada por agricultura, florestas e pastagens naturais	Ha/ %
	Atividades económicas no espaço rural	Mitigação	Incorporação de fontes de energia renováveis nos consumos energéticos associados à atividade agrícola	%
			Balço de emissões de GEE (tCO2eq) inerente à atividade agrícola e pecuária na área abrangida pelo programa	tCO2eq
			Superfície agrícola que beneficia de apoios para aplicação de práticas agrícolas com potencial de descarbonização, além da agricultura biológica	%
			Investimento previsto em tecnologias que contribuam para uma maior eficiência energética e descarbonização do setor da agricultura.	€
		Eventos turísticos	Eventos associados, como ecoturismo, feiras, festivais, entre outros	N.º
		Estabelecimentos de alojamento turístico	Tipologia e capacidade/ taxa de ocupação dos alojamentos locais	N.º / %
		Infraestruturas de recreio e lazer em espaço rural	Infraestruturas como parques de merenda, equipamentos desportivos, entre outros, por freguesia	N.º
	Turismo			

	Emprego e empreendedorismo	Criação de emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário (setor primário e secundário)	N.º
		Apoios financiados	Volume dos apoios financiados ao empreendedorismo rural, por tipologia	€
		Formação Profissional	Cursos de atividades profissionais ligados à agricultura, floresta e indústria	N.º
RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Valores Naturais	Áreas protegidas	Áreas com valor natural e paisagístico	Ha/ %
	Serviços de Ecossistemas	Povoamentos florestais	Área de povoamentos florestais por tipologia	Ha/ %
		Sequestro do carbono	Capacidade de sequestro de CO ₂ por espécie florestal ou com a proposta de alteração por outro coberto vegetal	CO ₂ /ha.ano)
		Projetos de recuperação	Área abrangida por projetos de recuperação/reconversão de áreas degradadas	Ha
			Projetos florestais com incentivo ao desenvolvimento e implementação de mudança de ocupação do solo e de práticas de gestão florestal	N.º
		Conservação	Ações de conservação e valorização dos sistemas ecológicos	N.º
			Variação da % de área valorizada para o total dos corredores ecológicos	%
		Biodiversidade	Área abrangida por ZEC e para conservação do lobo ibérico	Ha/ %
		Reintrodução de galerias ripícolas	Área de galerias ripícolas reabilitadas/criadas	Ha
		Reintrodução de árvores autóctones	Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones	Ha
	Recursos florestais	Regime Florestal	Áreas afetadas a Regime Florestal	Ha
		ZIF	Áreas classificadas como Zonas de Intervenção Florestal	Ha
		PGF	Áreas sujeitas a Plano de Gestão Florestal e/ou áreas com Plano de Utilização de Baldios (PUB).	Ha
		Espécies exóticas/ invasoras	Medidas de controlo das espécies invasoras e avaliação da evolução das áreas	N.º / %
		Espécies Florestais Autóctones	Medidas de proteção destas espécies e avaliação da evolução das áreas	N.º / %
GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Agentes locais/ Stakeholders envolvidos	Atores e organizações envolvidas	N.º
		Gestão conjunta em regime florestal	Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta	%
		Participações em encontros e em consulta pública	N.º de participações registadas em folhas de presença dos encontros e nos processos de consulta pública	N.º
		Redes de cooperação	Redes de cooperação estabelecidas	N.º
		Ações de divulgação	Ações de divulgação de informação, consulta e participação pública	N.º
			Ações de capacitação e de sensibilização para a população em geral	N.º
		Compatibilização do PRGP com os IGT	Participantes, por ação	N.º
			Avaliação qualitativa da articulação/ compatibilização do PRGP com IGT aplicáveis	%

Quadro 8 | Indicadores do Quadro de Avaliação (extraído do RFCD: PRGP-EML)

Ainda neste âmbito, prevê-se a estruturação de relatórios de avaliação de execução e eficácia das medidas e ações propostas e implementadas, com periodicidade a definir consoante a adequação, antecipando dados para a elaboração do Relatório de Monitorização anual afeto ao Programa.

4. Quadro de Governança

O **Quadro de Governança** visa identificar a rede de instituições, organizações, governamentais ou não, e outros atores (stakeholders), incluindo os cidadãos, considerados fundamentais para a participação na AAE. Esses atores devem desempenhar um papel ativo e consciente na concretização dos objetivos ambientais e de sustentabilidade. Os princípios da responsabilidade, transparência, integridade e liderança (Partidário, 2010: 38) asseguram a eficácia e eficiência da AAE. Este quadro é crucial para definir prioridades, assegurar os objetivos e validar o processo de avaliação e as estratégias futuras.

Neste relatório, foi elaborada uma matriz institucional (**Quadro 9**), que relaciona as entidades envolvidas com as respetivas áreas de atuação. Esta matriz permite avaliar a capacidade institucional para participar na AAE, definir direitos e responsabilidades partilhadas e compreender as interações entre as entidades ao longo do processo.

ENTIDADES	DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO											
	Ordenamento do Território	Ambiente	Conservação da Natureza, Biodiversidade e Florestas	Baldios	Património Cultural	Economia	Turismo	Agricultura e Desenvolvimento Rural	Infraestruturas, Transportes, Acessibilidades e Energia	Desenvolvimento Local	Apicultura	Emergência e Proteção Civil / Incêndios rurais
Direção-Geral do Território (DGT)	✓											
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)			✓									
BALADI – Federação Nacional dos Baldios				✓								
Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)						✓						
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)		✓										

Património Cultural, I.P.					✓								
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)													✓
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)													✓
Forestis – Associação Florestal de Portugal			✓										
Resipinus – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina			✓										
Associação de Produtores Florestais (APFC)			✓										
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)								✓					
Centro Pinus – Associação para a Valorização da Floresta de Pinho			✓										
Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte (DRCNFN)			✓										
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓				
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)								✓					
Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho (ARAAM)								✓					
Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo (CDOS)													✓
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho)	✓												
Associação de Municípios de Vale do Minho (AM)	✓												
Associação de Municípios da Serra D'Arga (AMSA)	✓												
Associação de Desenvolvimento Local do Minho e Lima (ADLML)											✓		
Associação dos Apicultores de Entre-Minho e Lima (APIML)												✓	
Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (ADRMINHO)											✓		
Associação para a Cooperação Entre Baldios de Viana do Castelo (ACEB)				✓									
Assembleia de Compartes do Baldio da Freguesia de Areosa				✓									

Câmaras Municipais da área de intervenção	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Juntas de Freguesia	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓

Quadro 9 | Quadro de Governança e domínios de atuação (extraído do RFCD: PRGP-EML)

Para além da identificação dos atores intervenientes, importa perceber quais as suas responsabilidades no que respeita às questões ambientais e de sustentabilidade. Como se pode verificar pelo quadro, há uma forte relação de colaboração entre as entidades, que partilham responsabilidades de ação de cariz ambiental e de sustentabilidade, essencial para uma implementação eficaz do PRGP no território.

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
DGT, CCDRN, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	- Definir regras e orientações para a ocupação sustentável do solo e para o uso equilibrado dos recursos naturais
DGT, ICNF, AGIF e Câmaras Municipais	- Monitorizar as áreas ardidas por ocupação do solo, as áreas ocupadas por SRUP, assegurar a concretização das medidas propostas no PRGP no âmbito do aumento da resiliência aos fogos rurais.
DGT, ICNF, APA, DRAPN, DGPC, Câmaras Municipais	- Monitorizar a evolução das áreas que conduzem para a multifuncionalidade da paisagem – floresta revitalizada, mosaicos agro-silvo-pastoris, galerias ripícolas e património natural e cultural.
ICNF, APA DRCNFN, AGIF	- Promover medidas de proteção de ecossistemas e recuperação de habitats e conservação de espécies ameaçadas.
DGT, DGADR, DRAPN, ICNF, APA, AGIF, CCDRN, Câmaras Municipais	- Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção.
DGT, ANEPC, ICNF, Câmaras Municipais e Entidades gestoras e proprietários ou produtores florestais	- Assegurar as constituição e implementação das AIGA (Áreas Integradas de Gestão Agrupada).
APA, AGIF	- Monitorizar as emissões de GEE pelos incêndios rurais de grande dimensão.
ICNF, APA	- Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água. ▪ Vigilância e monitorização de pragas agrícolas e florestais, como as espécies exóticas, nomeadamente a nível da sua distribuição geográfica.

	▪ identificação da vegetação ripícola e da sua composição e identificação das espécies invasoras. ▪ Prever ações de sensibilização, formação e partilha de informação relativa à conservação dos valores naturais existentes, com proprietários, produtores agrícolas, operadores económicos, população em geral e visitantes)
APA, Câmaras Municipais	- Promover ações de manutenção das galerias ripícolas criadas e reabilitadas.
Câmaras Municipais, ICNF, APA, Associações de produtores, agricultores e produtores florestais	- Assegurar a transformação, reconversão e valorização de espécies, melhor adaptadas às alterações climáticas e aos eventos meteorológicos extremos.
DGT, CCDRN, APA, DRAPN, Câmaras Municipais	- Garantir a articulação/ compatibilização da proposta de PRGP com os IGT aplicáveis na área de intervenção. - Assegurar a transposição das diretrizes e das medidas estabelecidas no PRGP EML, nos PDM e demais instrumentos aplicáveis. - Garantir a valorização das áreas que integram as SRUP.
Forestis, APFC, Centro Pinus, DRAPN, DGADR, associações agrícolas e florestais	- Promover e incentivar práticas agrícolas e florestais sustentáveis, bem como o uso racional dos solos.
ANEPC, CDOS, AGIF, ICNF e Câmara Municipais	- Dar resposta aos incêndios rurais e implementar medidas de prevenção aos incêndios, de ordenamento e gestão florestal, bem como criar faixas de gestão de combustível.
DGT, DGADR, CCDRN, DRAPN, AGIF, ICNF, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	- Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa. - Incentivar a produção e dinamização dos produtos endógenos e tradicionais. - Promover ações de formação em áreas específicas que vão ao encontro das ações a implementar no âmbito do PRGP EML, como por exemplo, no que diz respeito às medidas agro-silvo-pastoris, à gestão do fogo, , entre outros). - Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC.
Participação da comunidade e Gestão dos Baldios	- Gerir os baldios com base no princípio de sustentabilidade e envolver as comunidades na tomada de decisões.

Quadro 10 | Responsabilidades das entidades

5. Avaliação estratégica do programa

5.1. Análise de cenários alternativos

A avaliação estratégica dos cenários alternativos no contexto do PRGP-EML segue a metodologia de análise comparativa das alternativas delineadas para a gestão integrada da paisagem, em conformidade com os princípios da sustentabilidade territorial e ambiental. Os cenários foram definidos de forma a explorar diferentes trajetórias de evolução da área de intervenção, considerando as especificidades identificadas no diagnóstico prospetivo. A avaliação centra-se na análise da capacidade de cada cenário contribuir para a resiliência dos territórios rurais, a valorização do capital natural e a redução da vulnerabilidade a incêndios rurais.

5.1.1. Breve descrição

Os cenários são apresentados e estruturados de modo a evidenciar, numa fase inicial, as ações estratégicas descritas no diagnóstico, mais relevantes para a escala local. Com base nessas ações, são definidas orientações-chave claras e objetivas, que traçam a trajetória de evolução de temas fundamentais para o desenvolvimento rural. Estas orientações são sustentadas nos eixos estratégicos ilustrados na **Figura 16**, os quais fornecem um quadro abrangente para a análise e implementação das iniciativas propostas, articulando prioridades e promovendo a integração de abordagens inovadoras e sustentáveis.



Figura 16 | Eixos estratégicos do desenvolvimento rural

Sendo assim, foram considerados **três cenários principais**:

- **Cenário Atual:** Representa a continuidade das práticas atuais sem a implementação do PRGP-EML, mantendo assim o quadro de vulnerabilidades identificado no diagnóstico;
- **Cenário de Transição Positiva:** Enfatiza a intervenção no território, no sentido de aumentar a resiliência e a resistência do mesmo aos incêndios rurais
- **Cenário ideal:** transformação da paisagem atendendo às variáveis do território, conduzindo à diminuição dos riscos de forma substancial. Porém, reconhece-se que com este cenário, o custo e o período de transformação da paisagem podem extravasar a realidade económica do território, correndo-se o risco da criação de um cenário utópico para a paisagem.

O Cenário considerado no PRGP EML foi o **Cenário de Transição Positiva (Quadro 11)**, tendo por base a análise que foi efetuada no Diagnóstico prospetivo e também à auscultação aos atores locais. Aposta-se assim na valorização das áreas florestais de conservação e proteção, as galerias ripícolas, as áreas agrícolas e as pastagens existentes; na reconversão de áreas florestais e na implementação de FGC que criem descontinuidades na paisagem, tornando-a mais resiliente e resistente aos incêndios; e na gestão ativa de povoamentos florestais de produção, através da implementação de medidas de silvicultura e na criação de mosaicos agrossilvopastoris.

Eixo	Melhorias	Desafios
Economia local e população	▪ A dinamização económica regista um incremento moderado, impulsionado pelo envolvimento crescente do setor privado, com destaque para as áreas agrícola e florestal. ▪ Os incentivos económicos começam a atrair investidores locais, contribuindo para uma ligeira melhoria na geração de emprego em atividades ligadas à gestão florestal e agrícola. ▪ Identifica-se potencial para diversificação económica através do desenvolvimento de atividades complementares, como o turismo de natureza e a valorização de produtos regionais de elevado valor acrescentado.	▪ A ausência de integração territorial restringe o impacto das iniciativas económicas, que permanecem fragmentadas e concentradas noutras áreas específicas. ▪ As melhorias registadas no setor económico ainda se revelam insuficientes para mitigar o despovoamento rural ou atrair significativamente a população jovem. ▪ A falta de coordenação entre estruturas administrativas e produtivas limita a articulação intersectorial, indispensável para fortalecer e consolidar os avanços obtidos.
Floresta e biodiversidade	▪ Implementação seletiva de ações de reconversão para espécies florestais autóctones, como o sobreiro e o carvalho, em áreas estratégicas, promovendo a recuperação da biodiversidade local. ▪ Redução da proliferação de espécies invasoras em áreas prioritárias, mediante intervenções e a pontuais de controlo. ▪ Expansão inicial da certificação florestal sustentável, limitada a algumas zonas geridas por iniciativas privadas, contribuindo para uma gestão mais responsável dos recursos florestais.	▪ A reconversão para espécies autóctones permanece limitada e carece de planeamento estratégico, reduzindo os benefícios potenciais para a biodiversidade e a resiliência ao fogo. ▪ Continuam a predominar em vastas áreas da região de intervenção, as monoculturas de espécies pirófitas, como eucaliptos e pinheiros. ▪ A promoção da biodiversidade restringe-se a iniciativas pontuais, sem uma abordagem integrada que assegure a conservação ecológica numa escala territorial mais ampla.

Uso e ocupação do solo	- Adoção de incentivos económicos para impulsionar e estimular a atividade de produção agrícola e florestal em áreas com maior aptidão, conforme identificado no diagnóstico. - Fomento de projetos individuais de valorização de sistemas produtivos, com destaque para o apoio à mecanização agrícola e à adoção de práticas de gestão florestal sustentável. - Promoção de ações para a criação e/ou recuperação de mosaicos de uso do solo, assegurando um aumento da diversificação e resiliência paisagística.	- As estruturas fundiárias permanecem fragmentadas, refletindo uma baixa adesão de pequenos proprietários às iniciativas de gestão conjunta. - A valorização do uso do solo revela-se insuficiente para combater o abandono de terras, que continua elevado em determinadas áreas, comprometendo o potencial produtivo e ambiental. - A ausência de coordenação entre os setores público e privado resulta em intervenções isoladas e desarticuladas, comprometendo a eficácia e a eficiência das ações.
Risco de incêndio rural	- Execução de intervenções pontuais para a manutenção de faixas de gestão de combustíveis, com enfoque nas zonas de maior vulnerabilidade identificadas no diagnóstico. - Definição de mosaicos de paisagem estratégicos para a gestão de combustíveis em áreas críticas, contribuindo para a mitigação parcial do risco de incêndios de grande dimensão. - Implementação de práticas preventivas, como o incentivo ao pastoreio extensivo em áreas de mato, promovendo a redução da carga de biomassa combustível.	- As intervenções permanecem pontuais e insuficientes, deixando extensas áreas sem gestão eficaz de combustíveis, aumentando a suscetibilidade e vulnerabilidade ao fogo. - A ausência de uma gestão integrada da paisagem, aliada à falta de coordenação entre proprietários, impede a implementação de um sistema abrangente e eficiente para redução de riscos. - As infraestruturas destinadas à prevenção e combate a incêndios continuam deficitárias em várias áreas territoriais, limitando significativamente a eficácia das ações realizadas.

Quadro 11 | Descrição das melhorias e desafios antecipados no cenário de transição positiva

Com a implementação das propostas delineadas no PRGP-EML e a projeção do cenário de transição positiva, registam-se avanços significativos na gestão do território. Apesar disso, a ausência de uma integração efetiva e de um planeamento estratégico abrangente compromete a eficácia das medidas adotadas, especialmente na resolução de problemas estruturais persistentes, como o despovoamento, o abandono de terras, a fragmentação fundiária e a gestão ineficaz dos recursos naturais. Estes desafios não apenas limitam a sustentabilidade do território, mas também afetam o aproveitamento pleno do seu potencial produtivo e ecológico. Assim, a transição para um modelo de governança colaborativa, conforme previsto no cenário ideal, revela-se essencial para consolidar e melhorar os progressos alcançados, fortalecer a articulação entre agentes e promover uma abordagem sustentável, equilibrando interesses socioeconómicos e ambientais.

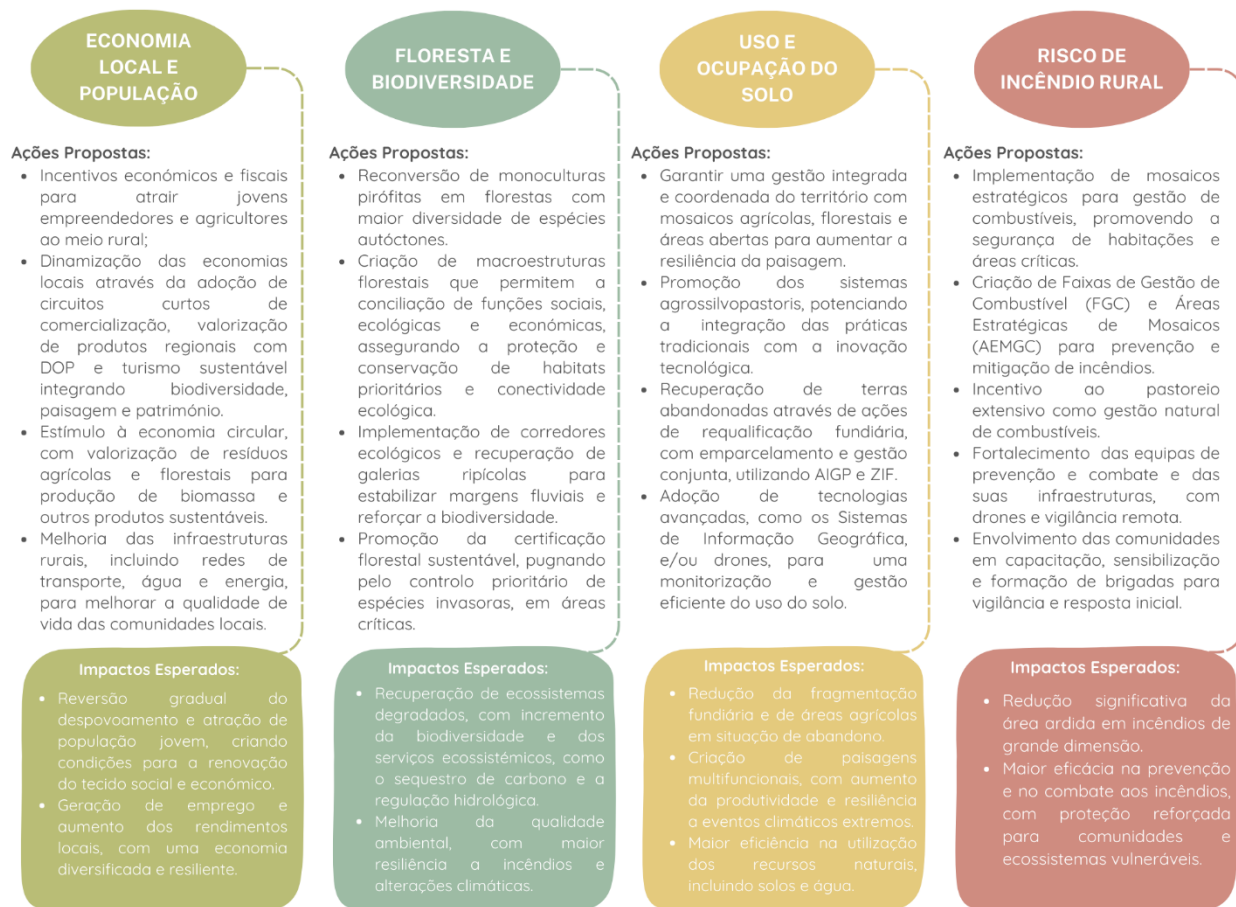
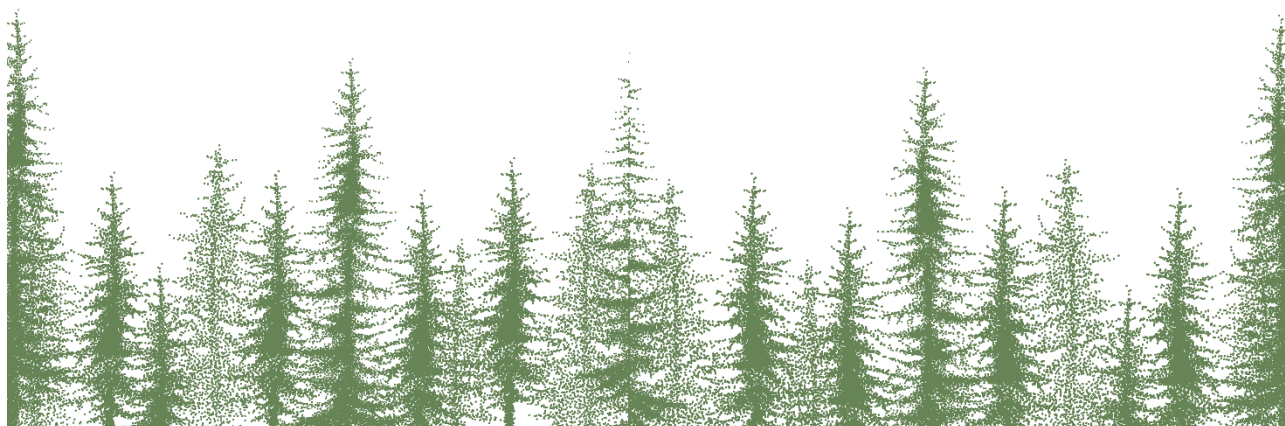


Figura 17 | Descrição das principais ações propostas e impactos esperados no cenário de transição positiva

O **Cenário de transição positiva** constitui a opção estratégica mais robusta e sustentável, promovendo uma transformação abrangente e equilibrada da paisagem da área de intervenção. Este cenário assegura não apenas a valorização ambiental e económica do território, mas também a **construção de comunidades resilientes** e bem integradas na gestão do território, posicionando-se como a solução ideal para enfrentar os desafios identificados no diagnóstico.



5.1.2. Metodologia de avaliação

A avaliação dos cenários seguiu uma abordagem metodológica estruturada para analisar a capacidade de resposta, em matéria de sustentabilidade ambiental, aos principais desafios elencados pelo **PRGP-EML**, com base em **FCD previamente identificados**. Estes fatores orientam a avaliação no sentido de alcançar uma gestão integrada e sustentável da paisagem.

A classificação atribuída a cada cenário, por cada critério de avaliação, é quantificada com base numa escala de impacto ajustada à realidade do PRGP-EML:



Figura 18 | Escala para a avaliação do impacto da proposta do PRGP-EML

5.2. Avaliação Comparativa dos Cenários por FCD

A comparação dos três cenários é **conduzida por FCD**, com base nos critérios de avaliação e respetivos indicadores. Antes desta análise comparativa, foi realizada a **apreciação da situação de referência**, correspondente ao cenário base, no qual não há qualquer intervenção do PRGP-EML.

5.2.1. FCD1: Resiliência ao fogo e Alterações Climáticas

A **Resiliência ao Fogo** e outros Riscos constitui um dos principais fatores críticos para a decisão (FCD1) no PRGP-EML. Este fator aborda a necessidade de reduzir a suscetibilidade do território aos incêndios rurais e outros riscos associados à degradação ambiental, alterações climáticas e gestão inadequada dos recursos.

Situação de referência - Cenário atual

O quadro seguinte resume as principais características da situação de referência, definida como cenário base, procurando evitar uma repetição exaustiva de dados já detalhados no diagnóstico.

Critérios de avaliação	Cenário atual
Incêndios rurais (Secção 4. do diagnóstico)	▪ A área de intervenção do PRGP-EML apresenta elevada suscetibilidade a incêndios, especialmente de grandes dimensões, devido à perigosidade significativa do fogo rural neste território. ▪ A ausência de mosaicos de gestão de combustíveis e de zonas estratégicas de descontinuidade favorece a propagação de incêndios em áreas contínuas de vegetação densa. ▪ A vasta extensão rural acentua a vulnerabilidade de aglomerados rurais isolados, localizados em zonas de elevado risco. ▪ Este cenário é agravado devido à insuficiência de infraestruturas adequadas para garantir uma prevenção e um combate eficazes, como acessos aos teatros de operações e a disponibilidade de pontos de água em áreas críticas.
Uso e ocupação do solo (Secção 2.4, 2.5 e 2.6 do diagnóstico)	▪ A fragmentação fundiária e o desordenamento territorial, caracterizados pela presença de pequenas parcelas mal geridas, dificultam a implementação de soluções integradas. ▪ A predominância de monoculturas pirófitas, como eucaliptos e pinheiros, aliada ao abandono de práticas tradicionais de gestão do solo, compromete a produtividade e as potencialidades do território, resultando numa baixa biodiversidade local. ▪ A proliferação descontrolada de espécies exóticas e invasoras tem contribuído para alterações significativas na paisagem.
Gestão dos Espaços rurais (Secção 2.4, e 2.5 do diagnóstico)	▪ O abandono e a degradação do património rural têm-se acentuado na paisagem, em grande parte devido a uma gestão inadequada do ordenamento do território, com impactos negativos nas atividades agrossilvopastoris. ▪ A falta de incentivos para uma exploração sustentável, aliada ao predomínio de minifúndios, tem dificultado a prática agrícola na região, destacando-se a necessidade de medidas futuras, como o emparcelamento, para promover soluções mais eficazes.
Alterações climáticas - outros riscos naturais (Secção 2.3 do diagnóstico)	▪ As alterações climáticas têm vindo a causar efeitos significativos na área de intervenção, sobretudo no que diz respeito à degradação dos solos, manifestada pela perda de fertilidade, erosão e desertificação. ▪ Perante o previsível agravamento dos problemas associados ao stress hídrico, decorrente da redução na disponibilidade e qualidade dos mesmos, torna-se urgente a implementação de medidas eficazes de mitigação e adaptação que assegurem a resiliência do território e das comunidades.

Quadro 12 | FCD1: Síntese dos principais aspetos do cenário atual do PRGP-EML

Efeitos e Impactos ambientais das Ações do PRGP-EML

Com base na visão territorial, na proposta de um novo desenho da paisagem e nas ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações do PRGP direcionadas à problemática analisada, destacando-as como oportunidades de desenvolvimento para o **FCD1**.

A **gestão integrada da paisagem** é fundamental para estruturar o território de forma a **reduzir a suscetibilidade e vulnerabilidade a incêndios** e aumentar a **funcionalidade e resiliência** do espaço rural.

Gestão integrada da paisagem	Ações propostas • Implementação de mosaicos estratégicos que combinam usos agrícolas, florestais e áreas abertas, criando descontinuidades na vegetação e promovendo a resiliência ao fogo. • Fomentar as atividades agrícolas, agrossilvopastoris e o uso de pastagens naturais, recuperando práticas tradicionais, como o pastoreio extensivo, e integrando-as com abordagens modernas de gestão sustentável. • Recuperação de áreas degradadas para usos multifuncionais, contribuindo para uma melhoria da fertilidade do solo e da proteção contra a erosão.
	Impactos positivos • Redução da continuidade de combustíveis vegetais, mitigando a propagação de incêndios. • Crescimento da funcionalidade ecológica e económica das paisagens rurais. • Proteção do solo contra a erosão, especialmente em áreas críticas.

A **reconversão florestal** visa **substituir os povoamentos existentes**, predominantemente constituídos por monoculturas pirófitas, por **sistemas florestais mais biodiversos e resilientes**.

Reconversão Florestal	Ações propostas • Substituição de monoculturas pirófitas (eucaliptos e pinheiros) por espécies autóctones, como sobreiros, carvalhos e medronheiros, que são menos inflamáveis e oferecem um maior potencial relativamente aos serviços ecossistémicos. • Criação de florestas multifuncionais, capazes de conciliar produção económica (lenha, frutos secos, cortiça) com proteção e preservação ambiental.
	Impactos positivos • Aumento do sequestro de carbono, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas. • Melhoria da biodiversidade, com recuperação de habitats para flora e fauna nativa. • Redução do potencial de inflamabilidade das áreas florestais, contribuindo para a diminuição da severidade e dimensão dos incêndios.

As **ações de adaptação climática** são essenciais para **mitigar** os impactos das alterações climáticas e promover a **resiliência do território**.

Adaptação climática	Ações propostas • Melhorar a gestão hídrica, através da criação de zonas húmidas e de infraestruturas para retenção e infiltração da água. • Adotar um sistema de planeamento territorial, que permita, através de modelação climática, prever impactos climáticos, permitindo ajustar e adequar as estratégias preventivas. • Promover ações de reforestação com espécies resilientes às alterações climáticas, como sobreiros e carvalhos, uma vez que estas, toleram períodos mais longos de seca, além de contribuírem para a estabilidade ecológica.
	Impactos positivos • Aumento da resiliência do território a eventos climáticos extremos. • Estabilização dos serviços ecossistémicos relacionados com a água e o solo. • Redução do stress hídrico em ecossistemas locais.

As **infraestruturas de prevenção** e de resiliência propostas pelo PRGP-EML assumem particular destaque na **proteção do território** e na resposta eficaz aos incêndios.

Infraestruturas de prevenção	Ações propostas
	- Criação de faixas de gestão de combustíveis em áreas críticas, especialmente nas zonas de interface urbano-florestal. - Instalação de pontos de água estratégicos e sistemas de monitorização e deteção precoce, como câmaras térmicas e sensores remotos. - Requalificação da rede viária florestal, garantindo acessos rápidos e seguros para operações de combate a incêndios.
	Impactos positivos - Melhoria da capacidade de resposta a incêndios, reduzindo a área ardida. - Maior monitorização e salvaguarda de áreas sensíveis e de comunidades próximas a zonas de risco. Impactos negativos - Existe a possibilidade de uma maior compactação do solo e desmatamento localizado durante a construção e/ou a manutenção das infraestruturas.

A promoção de **práticas sustentáveis**, neste contexto, tem como objetivo **reduzir a carga de biomassa** combustível enquanto valoriza e potencia os **recursos naturais** do território.

Promoção de práticas sustentáveis	Ações propostas
	- Apoio ao pastoreio extensivo, utilizando herbívoros para controlar matos e reduzir a acumulação de biomassa. - Integração de agricultura biológica e regenerativa, que melhora a qualidade do solo enquanto reduz o potencial de inflamabilidade das áreas agrícolas. - Silvicultura preventiva com práticas adaptadas à aptidão local, como desbastes, podas e remoção de material lenhoso acumulado.
	Impactos positivos - Diminuição da biomassa combustível em áreas florestais. - Melhoria da estrutura e fertilidade do solo e da qualidade da água. - Valorização de serviços ecossistémicos, como polinização, controlo biológico de pragas, regulação do ciclo da água e sequestro de carbono.

Avaliação dos cenários estabelecidos

Partindo da situação inicial, referida no quadro-problema (secção 2.3) e no diagnóstico prospetivo, apresenta-se uma simulação teórica baseada nos critérios de avaliação definidos, que projeta a possível evolução conforme os cenários considerados.

Critérios de avaliação	Cenários		
	Atual	Transição positiva	Ideal
Incêndios rurais	E	A	B
Uso e ocupação do solo	D	A	B
Gestão dos Espaços rurais	D	A	B
Alterações climáticas – outros riscos naturais	D	B	C
Avaliação Final	E	A	B

A – Contributo positivo forte; B – Contributo positivo; C – Impacto neutro; D – Contributo negativo; E – Contributo negativo forte

Quadro 13 | FCD1: Avaliação dos cenários considerados

Modelo de governança

O sucesso das ações propostas requer um modelo de governança inclusivo e eficiente através de uma:

✓ **Coordenação Interinstitucional:**

» Envolvimento de entidades locais, regionais e nacionais na implementação e monitorização das ações.

✓ **Gestão Partilhada:**

» Estabelecimento de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) para promover a gestão colaborativa entre proprietários, municípios e associações.

✓ **Monitorização e Avaliação:**

» Adoção de sistemas de monitorização contínua para avaliar a eficácia das ações e ajustá-las conforme necessário.

Os resultados esperados visam fortalecer a articulação entre os diversos atores envolvidos, promovendo a sustentabilidade das ações a longo prazo.

5.2.2. FCD2: Desenvolvimento socioeconómico e Valorização do território

A **valorização do território** é essencial para impulsionar o **desenvolvimento local**, dinamizar a economia e garantir a **sustentabilidade dos recursos**. Este FCD analisa a capacidade do território para **potenciar** o seu valor económico, ambiental e social, enfrentando os desafios da estagnação e do despovoamento.

Situação de referência – Cenário atual

O quadro seguinte resume as principais características da situação de referência, definida como cenário base, procurando evitar uma repetição exaustiva de dados já detalhados no diagnóstico.

Critérios de avaliação	Cenário atual
Dinâmica populacional (Secção 2.7 do diagnóstico)	- A região tem assinalado uma diminuição progressiva da população residente, impulsionada por elevadas taxas de emigração, especialmente entre os jovens, em busca de melhores oportunidades económicas e sociais nos grandes centros urbanos. - O acentuado envelhecimento demográfico, combinado com o aumento da proporção de idosos face à população ativa, compromete a capacidade de renovação e inovação a nível local. - O declínio demográfico intensifica o fenómeno relacionado ao abandono de terras agrícolas e florestais, agravando a fragmentação fundiária e resultando na expansão de áreas subutilizadas ou degradadas, o que dificulta a implementação de práticas sustentáveis de gestão integrada do território.
Atividades económicas no espaço rural (Secção 2.5, 2.6 e 2.7 do diagnóstico)	- A agricultura tradicional encontra-se em declínio, marcada por uma baixa mecanização, dificuldades de acesso a mercados e falta de práticas de gestão sustentável. - O território apresenta uma economia predominantemente baseada em monoculturas florestais, como o pinheiro e o eucalipto, com um aproveitamento limitado das cadeias de valor locais e do potencial sustentável dos recursos. - Os recursos endógenos, incluindo sistemas agroflorestais, biodiversidade e património natural, permanecem subaproveitados, limitando o potencial de diversificação económica e a valorização sustentável do território.
Turismo (Secção 2.7 e 3. do diagnóstico)	- Apesar do significativo potencial natural e cultural, o setor turístico permanece subexplorado, devido à escassez de infraestruturas, e ao limitado investimento que condiciona a diversificação de serviços e experiências. - Elementos da paisagem, como os rios, as formas de relevo, o património natural e cultural, continuam subvalorizados, representando oportunidades inexploradas para promover o desenvolvimento económico do território.
Emprego e empreendedorismo (Secção 2.7 e 4.4 do diagnóstico)	- A falta de diversificação económica resulta em baixas taxas de empregabilidade, especialmente para jovens e mulheres, o que consequentemente incentiva o êxodo populacional. - A ausência de condições atrativas para a fixação de jovens qualificados intensifica a vulnerabilidade das comunidades rurais, limitando a renovação do tecido económico. - O empreendedorismo encontra-se condicionado pela ausência de incentivos financeiros e técnicos e pela falta de infraestruturas adequadas.

Quadro 14 | FCD2: Síntese dos principais aspetos do cenário base do PRGP-EML

Efeitos e Impactos ambientais das Ações do PRGP-EML

Com base na visão territorial, na proposta de um novo desenho da paisagem e nas ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações do PRGP direcionadas à problemática analisada, destacando-as como oportunidades de desenvolvimento para o **FCD2**.

O **apoio a sistemas produtivos sustentáveis** é essencial para promover práticas agrícolas e florestais que equilibrem a **produtividade** com a **conservação ambiental**.

Apoio a Sistemas Produtivos Sustentáveis	Ações propostas
	- Desenvolvimento de sistemas agroflorestais baseados em práticas regenerativas, com o objetivo de aumentar a produtividade do solo, minimizar a erosão e garantir a preservação dos recursos hídricos. - Fomento de técnicas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto ambiental, como a rotação de culturas e a adoção de práticas agroecológicas.
	Impactos positivos - Aumento da fertilidade do solo e melhoria da capacidade de retenção de água. - Conservação da biodiversidade em paisagens agrícolas e florestais. - Redução da pressão sobre recursos naturais e diminuição do impacto ambiental da produção agrícola.

Valorizar a **identidade territorial** através do incentivo à **diversificação de atividades económicas** na região, é essencial para promover a **sustentabilidade** dos recursos naturais e culturais.

Incentivo à Diversificação Económica	Ações propostas
	- Desenvolvimento de atividades complementares, como o turismo de natureza, cultural e gastronómico, associado à biodiversidade e ao património local. - Valorização e divulgação de produtos e experiências enraizadas na identidade territorial local, por meio da celebração de costumes e tradições, ecoturismo, festivais culturais e rotas temáticas.
	Impactos positivos - Aumento da atratividade do território através do uso sustentável dos recursos naturais e culturais. - Melhoria da conservação e preservação de paisagens e habitats locais, impulsionada pela valorização económica relacionada ao turismo.

A **requalificação de infraestruturas essenciais** desempenha um papel fundamental na promoção, valorização e **atratividade territorial** da região.

Requalificação de Infraestruturas	Ações propostas
	- Construção e requalificação de infraestruturas essenciais de apoio logístico, que facilitem o transporte e comercialização de produtos locais. - Criar condições favoráveis para a fixação da população, por meio da captação de investimentos que possibilitem desenvolver melhorias em infraestruturas básicas como abastecimento de água, energia, telecomunicações ou rede viária.
	Impactos positivos - Aumento da eficiência no uso de recursos, minimizando desperdícios e diminuindo as emissões associadas ao transporte. - Melhoria da acessibilidade e das condições de vida nas áreas rurais. - Redução das barreiras logísticas existentes.
	Impactos negativos - Necessidade de adoção de medidas de mitigação para minimizar os impactos ambientais decorrentes das obras a realizar. - Possível compactação do solo e alterações localizadas da paisagem.

A **atratividade do território** está diretamente ligada à valorização dos seus produtos locais que promovem a sustentabilidade e contribuem para a fixação da população.

Valorização de Produtos Locais	Ações propostas
	Estímulo à certificação e comercialização de produtos agrícolas e florestais, com ênfase em denominações de origem protegida (DOP), indicações geográficas protegidas (IGP) e certificações biológicas (BIO).

	- Fomentar o escoamento de produtos através da disponibilização de estruturas de apoio, como mercados locais e centros de logística, facilitando a comercialização e dinamização das economias locais. - Fortalecer as cadeias de valor locais incentivando a aquisição de produtos nos mercados regionais, reduzindo a dependência de mercados externos. Impactos positivos - Aproveitamento sustentável de terras agrícolas, mitigando o abandono e otimizando a utilização dos recursos naturais disponíveis. - Incentivo a práticas agrícolas e produtivas de baixo impacto ambiental, destacando a qualidade e o valor dos produtos locais. - Preservação e valorização das tradições produtivas locais, fortalecendo a identidade cultural e promovendo o seu reconhecimento como património económico e social.
--	---

Avaliação dos cenários estabelecidos

Partindo da situação inicial, referida no quadro-problema (secção 2.3) e no diagnóstico prospetivo, apresenta-se uma simulação teórica baseada nos critérios de avaliação definidos, que projeta a possível evolução conforme os cenários considerados.

Critérios de avaliação	Cenários		
	Atual	Transição positiva	Ideal
Dinâmica populacional	E	B	C
Atividades económicas no espaço rural	D	A	B
Turismo	D	A	B
Emprego e empreendedorismo	D	A	B
Avaliação Final	E	A	B

A – Contributo positivo forte; B – Contributo positivo; C – Impacto neutro; D – Contributo negativo; E – Contributo negativo forte

Quadro 15 | FCD2: Avaliação dos cenários considerados

Modelo de governança

O sucesso das ações propostas requer um modelo de governança inclusivo e eficiente através de uma:

✓ **Coordenação Interinstitucional:**

» Envolvimento de entidades locais, regionais e nacionais, assegurando alinhamento estratégico e operacional.

✓ **Gestão Partilhada:**

» Implementação de uma plataforma de gestão partilhada, que facilite as parcerias público-privadas e envolva as comunidades locais.

✓ **Monitorização e Avaliação:**

» Monitorizar os indicadores de desempenho de forma regular, assegurando um ajustamento das ações ou estratégias sempre que se verifique necessário.

✓ **Participação da comunidade:**

» Inclusão das populações locais nos processos de decisão, garantindo maior adesão e legitimidade das ações.

5.2.3. FCD3: Recursos Naturais e Serviços dos ecossistemas

A conservação dos valores naturais e dos **serviços dos ecossistemas** é fundamental para a tomada de decisão, dado o papel crucial de **preservar os recursos naturais** e assegurar a **sustentabilidade ecológica** e ambiental do território. Este FCD aborda as oportunidades e os desafios relacionados com a pressão sobre os recursos florestais, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas locais.

Situação de referência - Cenário atual

O quadro seguinte resume as principais características da situação de referência, definida como cenário base, procurando evitar uma repetição exaustiva de dados já detalhados no diagnóstico.

Critérios de avaliação	Cenário atual
Valores naturais (Secção 2.9 e 3. do diagnóstico)	▪ A fragmentação de habitats, devido à expansão desordenada de monoculturas e ao abandono de terras, reduz a conectividade ecológica e ameaça espécies sensíveis. ▪ A proliferação de espécies invasoras, como as acácias, compromete a regeneração natural das florestas autóctones e a funcionalidade dos ecossistemas. ▪ Áreas prioritárias, como galerias ripícolas e zonas húmidas, estão sob pressão de práticas inadequadas de uso do solo, resultando na degradação do solo e da qualidade da água. ▪ As áreas agrícolas integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) desempenham um papel crucial na preservação de paisagens culturais e no suporte a serviços ecossistémicos, como a produção de alimentos e a conservação do solo. ▪ Há instabilidade na valorização das áreas em RAN e REN, com intenções de flexibilizar a edificação em RAN e falta de reconhecimento do seu valor natural e paisagístico.
Serviços de ecossistemas (Secção 3. do diagnóstico)	▪ Áreas cruciais, como corredores ecológicos, galerias ripícolas e ecossistemas ribeirinhos, são fundamentais para a preservação destes serviços e requerem ações específicas de recuperação.

	- Historicamente, os serviços dos ecossistemas foram tidos como garantidos, mas há uma crescente consciência de que o equilíbrio económico depende do capital natural. - Os serviços prioritários, como o sequestro de carbono, a regulação hídrica e a polinização, dependem de uma cobertura florestal diversificada e de zonas agrícolas de elevado valor.
Recursos florestais (Secção 2.6 e 3. do diagnóstico)	- A economia florestal é caracterizada pela predominância de pinheiro-bravo e eucalipto, espécies com baixa diversificação e elevada suscetibilidade ao fogo. - Os recursos florestais têm sido significativamente afetados pela ocorrência de incêndios rurais, consequência do abandono agrícola, despovoamento rural e avanço de matos e espécies altamente combustíveis. - A perda de cobertura florestal e a má gestão do território afetam serviços essenciais como o sequestro de carbono, a regulação hidrológica e o controlo da erosão. - Espécies autóctones como sobreiros e carvalhos, mais resilientes ao fogo e com maior valor ecológico, têm sido negligenciadas em favor de espécies de rápido crescimento, comprometendo a biodiversidade e a sustentabilidade florestal.

Quadro 16 | FCD3: Síntese dos principais aspetos do cenário atual do PRGP-EML

Efeitos e Impactos ambientais das Ações do PRGP-EML

Com base na visão territorial, na proposta de um novo desenho da paisagem e nas ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações do PRGP direcionadas à problemática analisada, destacando-as como oportunidades de desenvolvimento para o **FCD3**.

Preservar e **valorizar os ecossistemas** locais promove uma paisagem ambientalmente responsável, capaz de atrair e fixar recursos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Valorização de ecossistemas	Ações propostas - Desenvolver ferramentas que promovam o turismo sustentável e a educação ambiental como formas de reconhecer o valor económico dos serviços ecossistémicos. - Preservar, recuperar e conservar habitats naturais e espécies da flora e fauna selvagens em risco. - Valorizar o património natural e cultural existente, promovendo o turismo como uma forma de usufruir e preservar os ecossistemas. Impactos positivos - Integração entre conservação ambiental e produção, reforçando a sustentabilidade dos sistemas produtivos. - As ações propostas, como o desenvolvimento de ferramentas de educação ambiental e a valorização do turismo sustentável, promovem uma maior sensibilização da população para a importância da conservação dos ecossistemas, contribuindo para mudanças de comportamento a longo prazo. Impactos negativos - Necessidade de regular a pressão turística para prevenir impactos ambientais, sociais e económicos indesejáveis.
------------------------------------	---

A **transição florestal equilibrada**, promove um **ecossistema diverso** e valorizado, com novas oportunidades económicas, fundamentais para as populações locais.

Gestão florestal sustentável	Ações propostas
	- Promoção de gestão ativa nos povoamentos das monoculturas de Pinheiro Bravo e Eucalipto, através de medidas de silvicultura preventiva. - Reconversão de espécies de crescimento rápido nas zonas de áreas protegidas. - Valorização dos recursos lenhosos e não lenhosos em áreas de maior aptidão das espécies. - Identificação, controlo e erradicação de espécies invasoras (ICEEI) através de planos de ação que visem a priorização e a calendarização das ações. - Incentivar a Certificação Florestal Sustentável.
	Impactos positivos - Aumento da biodiversidade e redução da suscetibilidade dos ecossistemas a incêndios florestais. - Aumento da capacidade de sequestro de carbono, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas. - Conservação e preservação de habitats florestais essenciais e promoção da conectividade ecológica.
	Impactos negativos - Potenciais impactos ambientais (remoção de vegetação ou alterações no solo) durante as ações de reconversão florestal. - Desafios na gestão de espécies invasoras, que podem implicar intervenções extensivas e dispendiosas.

A conservação e **proteção dos habitats** reforça a **biodiversidade** local e contribui para uma gestão sustentável do território.

Proteção de Habitats Sensíveis	Ações propostas
	- Criação de corredores ecológicos que conectem áreas naturais fragmentadas, promovendo a circulação de espécies e a regeneração de habitats. - Introdução de vegetação ripícola autóctone, em áreas ocupadas por espécies não ripícolas, de forma a restabelecer a conectividade ecológica entre as galerias ripícolas; - Identificar e reforçar a proteção de áreas estratégicas na REN, assegurando a sua contribuição para a manutenção dos serviços ecossistémicos e a gestão sustentável do território.
	Impactos positivos - A valorização de áreas da REN e a recuperação de zonas húmidas podem mitigar os impactos de fenómenos climáticos extremos. - A recuperação de zonas húmidas e galerias ripícolas contribui para a qualidade da água e reforça a biodiversidade. - Promove a recuperação de espécies ameaçadas e aumenta a conectividade ecológica.
	Impactos negativos A proteção e integração de novas áreas podem gerar conflitos de uso do solo e exigir recursos técnicos e financeiros significativos.

Avaliação dos cenários estabelecidos

Partindo da situação inicial, referida no quadro-problema (secção 2.3) e no diagnóstico prospetivo, apresenta-se uma simulação teórica baseada nos critérios de avaliação definidos, que projeta a possível evolução conforme os cenários considerados.

Critérios de avaliação	Cenários		
	Atual	Transição positiva	Ideal
Valores naturais	E	A	B
Serviços de ecossistemas	D	B	C
Recursos florestais	D	A	B
Avaliação Final	E	A	B

A – Contributo positivo forte; B – Contributo positivo; C – Impacto neutro; D – Contributo negativo; E – Contributo negativo forte

Quadro 17 | FCD3: Avaliação dos cenários considerados

Modelo de governança

O sucesso das ações propostas requer um modelo de governança inclusivo e eficiente através de uma:

- ✓ **Coordenação Interinstitucional:**
 - » Pugnar pelo envolvimento ativo das entidades públicas, privadas e científicas na implementação e avaliação das ações.
- ✓ **Gestão Partilhada:**
 - » Promover uma gestão colaborativa através das AIGP.
- ✓ **Participação da comunidade:**
 - » Incentivar a participação ativa das comunidades locais na monitorização e conservação dos valores naturais.
- ✓ **Financiamento Sustentável:**
 - » Garantir recursos financeiros que permitam executar as ações previstas no PRGP-EML, através de fundos públicos e privados.

5.2.4. FCD4: Governança territorial

A governança é essencial para fortalecer as competências e as relações entre atores públicos e privados, promovendo o envolvimento e a coresponsabilização de produtores agrícolas, florestais e outros agentes do território em modelos de gestão coletiva e integrada. Além disso, permite uma avaliação eficaz da articulação do PRGP-EML com os instrumentos de ordenamento territorial em vigor.

Situação de referência – Cenário atual

O quadro seguinte resume as principais características da situação de referência, definida como cenário base, procurando evitar uma repetição exaustiva de dados já detalhados no diagnóstico.

Critérios de avaliação	Cenário atual
Cooperação territorial (Secção 1.2 do diagnóstico)	▪ A coexistência de múltiplos instrumentos de gestão territorial (IGT), como o PNPOT, PTP e PROF EDM, com orientações específicas para o reordenamento dos espaços florestais e valorização dos recursos naturais, contribui para promover a resiliência do território, mas requer uma articulação eficaz para evitar redundâncias e conflitos. ▪ A ausência de mecanismos eficazes de cooperação entre municípios, entidades regionais e setores privados resulta em sobreposição de competências e falta de coordenação na execução de políticas públicas. ▪ A elevada fragmentação das propriedades dificulta a implementação de projetos conjuntos, como as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), limitando o alcance das intervenções no território. ▪ A inexistência de um modelo estruturado de governança partilhada compromete a eficácia das estratégias de gestão sustentável, dificultando a implementação de abordagens integradas. ▪ As populações locais têm pouca influência nos processos de decisão, o que alimenta desconfiança e reduz a adesão às iniciativas territoriais, limitando o seu impacto e sustentabilidade.

Quadro 18 | Características da situação de referência (cenário base)

Efeitos e Impactos ambientais das Ações do PRGP-EML

Com base na visão territorial, na proposta de um novo desenho da paisagem e nas ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações do PRGP direcionadas à problemática analisada, destacando-as como oportunidades de desenvolvimento para o FCD4.

Fortalecimento da Cooperação Territorial	• No âmbito da governança, a implementação das ações previstas na proposta do PRGP-EML representará o cenário ideal para alcançar uma gestão ativa e eficaz. • Uma coordenação forte entre os diversos atores, tanto na dimensão política como no acompanhamento é fundamental para a execução do programa. • A participação ativa de múltiplos intervenientes na execução de planos, estudos e projetos é essencial, refletindo-se de forma transversal nos efeitos positivos que estas ações geram no fortalecimento do modelo de governança pretendido.
	Impactos positivos • Maior eficácia na gestão territorial, promovendo uma abordagem integrada e sustentável. • Aumento da participação ativa de entidades com responsabilidade na gestão florestal, agrícola e no desenvolvimento municipal e rural
	Impactos negativos (potenciais)

- Os custos e a implementação de um modelo de gestão integrado podem gerar tensões entre proprietários e entidades, dificultando o consenso e a concretização de ações conjuntas.

Avaliação dos cenários estabelecidos

Partindo da situação inicial, referida no quadro-problema (secção 2.3) e no diagnóstico prospetivo, apresenta-se uma simulação teórica baseada nos critérios de avaliação definidos, que projeta a possível evolução conforme os cenários considerados.

Critérios de avaliação	Cenários		
	Atual	Transição positiva	Ideal
Cooperação territorial	D	A	B
Avaliação Final	D	A	B

A – Contributo positivo forte; B – Contributo positivo; C – Impacto neutro; D – Contributo negativo; E – Contributo negativo forte

Quadro 19 | FCD4: Avaliação dos cenários considerados

Modelo de governança

O sucesso das ações propostas requer um modelo de governança inclusivo e eficiente através de uma:

✓ **Coordenação Interinstitucional:**

» Criação de grupos de trabalho para coordenar e monitorizar a implementação das ações do PRGP-EML.

✓ **Gestão Partilhada:**

» Incentivo à gestão conjunta entre proprietários, e entidades gestoras, com alocação clara de competências.

✓ **Comunicação eficiente:**

» A criação de um Observatório da Paisagem seria uma iniciativa importante para analisar, interpretar e divulgar os resultados da transformação da paisagem.

Participação Comunitária:

» Inclusão das populações locais como parceiros ativos na gestão do território.

✓ **Financiamento Sustentável:**

» Garantia de recursos financeiros para implementar e monitorizar as ações.

6. Sumário da avaliação ambiental

O quadro seguinte apresenta uma sistematização da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da proposta do PRGP-EML, destacando a importância de um cenário proativo sustentado por um modelo de governança colaborativa como a abordagem mais eficaz para concretizar a visão, a missão e os objetivos estratégicos do Programa. Este modelo requer a articulação de políticas e interesses entre entidades públicas e privadas, associações empresariais, organizações locais e proprietários, promovendo uma plataforma contínua de diálogo e entendimento para a execução eficiente das ações prioritárias definidas.

Conclui-se que, caso o PRGP-EML se mantenha dependente de um modelo atual baseado em investimentos pontuais e privados, sem uma reformulação das políticas relacionadas com o ordenamento do território, o desenvolvimento rural e o fortalecimento da governança territorial, os benefícios esperados serão limitados. Tal abordagem não permitirá atingir os objetivos de transformação sustentável da paisagem, redução da vulnerabilidade aos incêndios rurais e valorização do território e das comunidades na região do Entre Minho e Lima, comprometendo a concretização das metas ambicionadas pelo Programa.

FCD	Critério de avaliação	Atual	Transição positiva	Ideal
Resiliência ao fogo e Alterações Climáticas	Incêndios rurais	E	A	B
	Uso e ocupação do solo	D	A	B
	Gestão dos Espaços rurais	D	A	B
	Alterações climáticas – outros riscos naturais	D	B	C
Desenvolvimento socioeconómico e Valorização do território	Dinâmica populacional	E	B	C
	Atividades económicas no espaço rural	D	A	B
	Turismo	D	A	B
	Emprego e empreendedorismo	D	A	B
Recursos Naturais e Serviços dos ecossistemas	Valores naturais	E	A	B
	Serviços de ecossistemas	D	B	C
	Recursos florestais	D	A	B
Governança territorial	Cooperação territorial	D	A	B
Avaliação Final global		E	A	B

Quadro 20 | Sistematização da AAE da proposta do PRGP-EML

6.1. Resumo dos aspetos positivos e negativos

Da avaliação das orientações estratégicas do PRGP-EML, bem como das ações prioritárias, complementares e das diretrizes de planeamento e gestão da proposta do Programa, identificam-se os principais efeitos positivos e negativos da sua implementação (**Quadro 21**), organizados por **FCD**.

FCD	Aspetos positivos	Aspetos negativos
Resiliência ao fogo e Alterações Climáticas	↻ Promoção de práticas de gestão sustentável, como o pastoreio extensivo e a silvicultura preventiva. ↻ Redução da área ardida através da criação de mosaicos estratégicos de gestão de combustíveis e da reconversão florestal. ↻ Reforço da segurança de comunidades e infraestruturas em áreas de interface urbano-rural.	↘ Alterações temporárias na paisagem devido à criação de infraestruturas de prevenção, como faixas de gestão de combustíveis e acessos. ↘ Desafios iniciais na implementação, resultantes da necessidade de coordenação entre múltiplos atores e proprietários.
Desenvolvimento socioeconómico e Valorização do território	↻ Aumento da atratividade territorial, impulsionando a criação de emprego e favorecendo a fixação de jovens. ↻ Diversificação económica com o incentivo a atividades complementares, como o turismo sustentável e a valorização de produtos locais (DOP, BIO, IGP). ↻ Melhoria das infraestruturas rurais, aumentando a conectividade e eliminando barreiras logísticas.	↘ Dificuldades em promover uma transformação económica integrada em territórios mais fragmentados. ↘ Impactos localizados decorrentes da construção de infraestruturas e da intensificação de algumas atividades económicas.
Recursos Naturais e Serviços dos ecossistemas	↻ Aumento da biodiversidade, com recuperação de habitats sensíveis (galerias ripícolas e zonas húmidas) e controlo de espécies invasoras. ↻ Integração de práticas sustentáveis, como agricultura biológica e sistemas agroflorestais, reforçando a ligação entre produção e conservação. ↻ Melhoria dos serviços de regulação, do sequestro de carbono à proteção do solo e gestão hídrica.	↘ Impactos temporários na paisagem durante a implementação de ações de recuperação e reconversão florestal. ↘ Potenciais desafios na substituição de monoculturas pirófitas, devido a custos iniciais elevados e à resistência de alguns proprietários.
Governança territorial	↻ Maior eficácia na gestão territorial e reforço da capacitação técnica e administrativa. ↻ Desenvolvimento de um modelo de governança colaborativa, com plataformas que articulem entidades públicas, privadas e comunitárias. ↻ Promoção da participação comunitária, incentivando o envolvimento ativo das populações locais nas decisões.	↘ Eventuais atrasos na execução das ações do PRGP, devido à necessidade de alinhamento de interesses entre diferentes atores. ↘ Limitações iniciais na capacidade técnica e financeira de algumas entidades locais para executar ações propostas.

Quadro 21 | Sistematização dos aspetos positivos e negativos da proposta do PRGP-EML

7. Programa de Seguimento e Monitorização

A Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho, realça a necessidade de monitorizar os impactos ambientais associados à execução de Planos e Programas. Nesse contexto, as entidades responsáveis devem avaliar os efeitos significativos no ambiente, garantir a implementação e o acompanhamento das medidas definidas e divulgar os resultados do processo de controlo.

O modelo de monitorização, organizado em indicadores sectoriais e territoriais, permite acompanhar a evolução das incidências associadas a cada fator. Este modelo está alinhado com os indicadores propostos para a monitorização do PRGP-EML, assegurando a eficiência e eficácia necessárias para alcançar os objetivos definidos.

Eixo	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES	UNIDADES	META	FONTES
RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Incêndios rurais	Ocorrência de incêndios	Varição do n.º de ocorrências	Ha/ %		CM, ICNF
		Área Ardida	Área ardida em povoamentos florestais	Ha/ %		CM, ICNF
		Grandes incêndios	Área afetada por incêndios superiores a 100ha	%	 75%	CM, ICNF
		Perigosidade	Área florestal classificada com perigosidade elevada e muito elevada	Ha/ %		CM, ICNF
			Tipologia de povoamentos florestais (PF) ardidos face à área total de floresta	Ha/ %		CM, ICNF
			Povoamentos florestais autóctones decorrentes de ações de restauro ecológico	Ha/ %		CM, ICNF
			Área ardida em áreas protegidas e de interesse de conservação	Ha/ %		CM, ICNF
			Sistemas de vigilância e alerta de incêndio implementados e/ou melhorados	N.º		CM, ICNF, AGIF
	Uso e ocupação do solo	Floresta reconvertida	Área florestal reconvertida, por tipo de uso do solo	Ha		CM, ICNF, DGT (COS)
		Áreas de valorização	Área valorizada, por tipo de uso do solo	Ha		CM, ICNF, DGT (COS)
		Áreas de gestão	Área sob gestão, por tipo	Ha		CM
	Gestão dos Espaços rurais	Cadastro Rústico	Área de cadastro rústico atualizado	Ha/ %		CM
		Infraestruturas públicas	Infraestruturas rurais, por ex. regadios	N.º		CM
	Alterações climáticas – outros riscos naturais	Adaptação	Área com elevado risco de erosão dos solos	Ha/ %		CM, SMPC
			Medidas do Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas implementadas na área do programa	N.º		PMAC, Portal do Clima
			Ações e programas implementados no cumprimento dos Planos Distritais e Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios	N.º		CM, ICNF
			Projetos aprovados que contemplem medidas para reforço da resiliência	N.º		CM

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Mitigação		local aos fenómenos climáticos extremos			
			Emissões de GEE do setor do uso do solo, alterações de uso do solo e florestas	tCO ₂ eq		DGEG, APA
			Eficiência energética das atividades do setor florestal	consumo de energia/VAB		DGEG
			Peso da biomassa florestal na produção de energia a partir de fontes renováveis	%		ICNF
			Incorporação de fontes de energia renováveis no consumo energético das atividades do setor florestal	%		DGEG
			Investimento previsto em tecnologias que contribua para uma maior eficiência energética e descarbonização do setor florestal	€		FA
	Dinâmica populacional	População residente	Variação da população residente (data dos dois últimos recenseamentos)	N.º / %		INE
		Envelhecimento	Índice de envelhecimento	N.º		INE
	Atividades económicas no espaço rural	Diversificação	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE	N.º	 Setor primário e secundário	INE
		Valor	VAB por atividade económica	€		INE
		Explorações agrícolas	Total de explorações agrícolas instaladas	N.º / ha		INE
		Produção biológica	Explorações agrícolas instaladas com práticas de produção biológica	N.º / ha		INE
		Pecuária autóctone	Evolução do efetivo pecuário	N.º		INE
		Ocupação do solo	Área ocupada por agricultura, florestas e pastagens naturais	Ha / %		DGT (COS)
		Mitigação	Incorporação de fontes de energia renováveis nos consumos energéticos associados à atividade agrícola	%		DGEG
		Emissões de CO ₂	Balanço de emissões de GEE (tCO ₂ eq) inerente à atividade agrícola e pecuária na área abrangida pelo programa	tCO ₂ eq		DGEG, APA
	Turismo	Eventos turísticos	Eventos associados, como ecoturismo, feiras, festivais, entre outros	N.º		CM
		Estabelecimentos de alojamento turístico	Tipologia e capacidade dos alojamentos locais	N.º		INE
	Emprego e empreendedorismo	Criação de emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário (setor primário e secundário)	N.º		INE
		Apoios financiados	Volume dos apoios financiados ao empreendedorismo rural, por tipologia	€		INE
		Formação Profissional	Cursos de atividades profissionais ligados à agricultura, floresta e indústria	N.º		ICNF (COTF), Escolas Profissionais
RECURSOS NATURAIS E	Valores Naturais	Áreas protegidas	Áreas com valor natural e paisagístico	Ha / %		CM
		Reprodutores do Lobo	Manutenção do grupo de reprodutores do Lobo dentro da área afeta apo PRGP EML	N.º de reprodutores		ICNF, CM

		Conservação dos <i>cervunais</i>	Área e estado de conservação dos <i>cervunais</i> (áreas de pastagens naturais e seminaturais) e turfeiras	Ha e estado de conservação	Bom estado	ICNF
	Serviços de Ecossistemas	Povoamentos florestais	Área de povoamentos florestais por tipologia	Ha/ %	 Pov. De espécies autóctones	CM, ICNF, DGT (COS)
		Sequestro do carbono	Capacidade de sequestro de CO ₂	CO ₂ /ha.ano)		APA, ICNF
		Projetos de recuperação	Área abrangida por projetos de recuperação/reconversão de áreas degradadas	Ha		CM, PRGP EML
		Conservação	Ações de conservação e valorização dos sistemas ecológicos	N.º		ICNF, CM
		Reintrodução de galerias ripícolas	Área de galerias ripícolas reabilitadas/criadas	Ha		CM
		Reintrodução de árvores autóctones	Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones	Ha		CM, ICNF
	Recursos florestais	Regime Florestal	Áreas afetas ao Regime Florestal - PGF e ZIF	Ha		CM, ICNF, DGT
		Espécies exóticas/ invasoras	Medidas de controlo das espécies	N.º		CM, ICNF
		Espécies Florestais Autóctones	Medidas de proteção destas espécies	N.º		CM, ICNF
GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Agentes locais/ <i>Stakeholders</i> envolvidos	Atores e organizações envolvidas	N.º		PRGP EML, CM/CIM
		Gestão conjunta em regime florestal	Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta	%		PRGP EML, CM/CIM
		Participações em encontros e em consulta pública	N.º de participações registadas em folhas de presença dos encontros e nos processos de consulta pública	N.º		PRGP EML, CM/CIM
		Redes de cooperação	Redes de cooperação estabelecidas	N.º		PRGP EML, CM/CIM
		Ações de divulgação	Ações de divulgação de informação, consulta e participação pública	N.º		PRGP EML, CM/CIM
		Capacitação e sensibilização no âmbito do PRGP	Ações de capacitação e de sensibilização para a população em geral	N.º		PRGP EML, CM/CIM
			Participantes, por ação	N.º		PRGP EML, CM/CIM
		Compatibilização do PRGP com os IGT	Avaliação qualitativa da articulação/ compatibilização do PRGP com IGT aplicáveis	%	100%	PRGP EML, CM/CIM

 Diminuição
 Aumento

Quadro 22 | Indicadores de monitorização ambiental para a área de intervenção do PRGP-EML

8. Conclusões

A AAE da proposta do PRGP-EML destaca a importância em adotar um cenário proativo, sustentado por uma estrutura de governança territorial dinâmica, para atingir os objetivos estratégicos definidos. Para tal, é essencial promover a convergência de políticas e interesses entre entidades públicas e privadas, organizações empresariais, associações e proprietários locais, assegurando uma plataforma de entendimento e diálogo contínuo sobre a continuidade das medidas e ações a implementar.

Neste contexto, apresentam-se as medidas específicas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os impactos adversos significativos identificados nesta avaliação:

- Erradicação de espécies invasoras através da sua reconversão em florestas de outras folhosas; realização de planos de ação que contemplem uma fase de controlo inicial, uma fase de continuidade e uma fase de manutenção dos trabalhos desenvolvidos;
- Recuperação de galerias ripícolas;
- Valorização e manutenção de galerias ripícolas existentes;
- Gestão de florestas de produção, como forma de promover a biodiversidade, a multifuncionalidade e os serviços de ecossistemas, e de valorizar e promover os recursos hão lenhosos. Por outro lado, promover ações de monitorização fitossanitária para a identificação atempada de pragas e doenças, permitindo uma minimização da propagação destas e dos impactos negativos da sua produtividade.
- Gestão da floresta autóctone, devendo ser aplicado e dado cumprimento aos modelos de silvicultura do PROF, adaptados às funções de proteção e conservação.

Algumas destas medidas e recomendações encontram-se descritas, de forma mais detalhada, na proposta de programa, sendo integradas no programa de execução e alvo de monitorização, de acordo com o modelo de acompanhamento e de medição dos resultados.

A AAE reforça a necessidade de uma intervenção planeada, sustentável e ajustável ao longo do tempo, permitindo que o PRGP EML contribua de forma efetiva para a resiliência ao fogo, para o desenvolvimento sustentável e para a proteção dos recursos naturais, assegurando assim uma paisagem mais equilibrada, resiliente e multifuncional.

Bibliografia

Páginas da *Internet*

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – <<https://apambiente.pt/>>
- Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – <<https://ods.pt/>>.
- BALADI – Federação Nacional dos Baldios <<https://www.baladi.pt/>>
- Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho) – <<https://www.cim-altominho.pt/pt/>>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) – <<https://www.ccdr-n.pt/>>
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) – <<https://www.dgadr.gov.pt/>>.
- Direção Geral do Território (DGT) – <<https://www.dgterritorio.gov.pt/>>.
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) – <<https://www.icnf.pt/>>.
- Município de Arcos de Valdevez – <<https://www.cmav.pt/>>
- Município de Caminha – <<https://www.cm-caminha.pt/>>
- Município de Paredes de Coura – <<https://www.paredesdecoura.pt/>>
- Município de Ponte de Lima – <<https://www.cm-pontedelima.pt/>>
- Município de Viana do Castelo – <<https://www.cm-viana-castelo.pt/>>
- Município de Vila Nova da Cerveira – <<https://www.cm-vncerveira.pt/>>

Estratégias, Programas e Planos

- PDR2020 (2023) – *Plano de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2022)*. Aprovado pela Decisão C(2014) 9896 final, de 12 de dezembro de 2014 (12.ª versão: Decisão C(2023) 192, de 3 de janeiro), 488 p. Disponível em <<http://www.pdr-2020.pt/O-PDR2020>>.
- PGRH-RH1 (2022) – *Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1) – 3.º Ciclo (2022-2027)*. Associação Portuguesa do Ambiente (APA). Disponível em <https://apambiente.pt/sites/default/files/_SNIAMB_Agua/DRH/PlaneamentoOrdenamento/PGRH/2022-2027/PTRH1/PGRH_3_RH1_Parte2_VolumeB_Anexol.pdf>.
- PROF-EDM– *Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho*. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Disponível em <<https://www.icnf.pt/florestas/prof/profemvigor>>.
- PROT-N (2009) – *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Disponível em <<https://www.ccdr-n.pt/pagina/servicos/ordenamento-de-territorio/documentos>>.

Guias, Documentos Técnicos e Estudos

- Botelho, M. J.; Cunha, A. (coord.) (2008) – *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), 152 p. Disponível em <<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/guias-e-modelos>>.
- GT CCAAS (Grupo de Trabalho, Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços) s/d – *Objetivos, Indicadores e Metas*. Especificação Técnica. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. 33 p. Disponível em <https://www.gpp.pt/images/GPP/Orientacoes_tecnicas/SIADAP1/5_ET_Obj_Ind_Metas.pdf>

- Meneses, B.M., Pereira, S., Reis, E., Reis, R., & Vale, M.J. (2017) - *Identificação das forças motrizes das alterações do uso e ocupação do solo em Portugal*. XI Congresso da Geografia Portuguesa: as dimensões e a responsabilidade social da Geografia, Porto, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 239-243. ISBN: 978-989-54030-2-8. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/40249/1/Cap%c3%adtulo_Meneses%20et%20al_2017.pdf>
- Partidário, M.R. (2007) - *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Orientações metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente. 59 p. Disponível em <<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/guias-e-modelos>>.
- Partidário, M.R. (2012) - *Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica. Orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente/Redes Energéticas Nacionais, 75 p. Disponível em <<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/guias-e-modelos>>.
- Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, publicado em janeiro 2020 pela Direção geral do Território (DGT), disponível no sítio eletrónico da DGT.
- Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0", DGT, março 2021.
- Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, APA, 2020 - disponível no sítio eletrónico da APA.
- Nota Técnica - A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, APA, 2020 - disponível no sítio eletrónico da APA.

Legislação (por ordem cronológica)

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio [Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios]. *Diário da República*, Série I-B, n.º

102, pp. 3511-3559. Disponível em
<<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/65/2006/05/26/p/dre/pt/html>>.

- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho [Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio]. *Diário da República*, Série I, n.º 114, pp. 3866-3871. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/232/2007/06/15/p/dre/pt/html>>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho [Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental]. *Diário da República*, Série I, n.º 139 (1.º suplemento), pp. 2-451. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/115-a/2008/07/21/p/dre/pt/html>>.
- Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio [Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental]. *Diário da República*, Série I, n.º 86, p. 2533. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/58/2011/05/04/p/dre/pt/html>>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro [Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)]. *Diário da República*, Série I, n.º 248, pp. 6242-6259. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/78/2014/12/24/p/dre/pt/html>>.
- Resolução do Conselho de Ministros 6-B/2015, de 4 de fevereiro [Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas, que constitui a primeira atualização da Estratégia aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro]. *Diário da República*, Série I, n.º 24 (1.º Suplemento), pp. 692-(2-92). <<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2015/02/02401/0000200092.pdf>>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho [Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza]. *Diário da República*, Série I, n.º 140, pp. 4922-4925. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/51/2015/07/21/p/dre/pt/html>>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho [Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações

Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas]. *Diário da República*, Série I, n.º 147, pp. 5114-5168. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/56/2015/07/30/p/dre/pt/html>.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro [Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve]. *Diário da República*, Série I, n.º 181, pp. 3241-3273. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/52/2016/09/20/p/dre/pt/html>.
- Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro [Aprova o Plano Nacional da Água]. *Diário da República*, Série I, n.º 215, pp. 3951-4007. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/76/2016/11/09/p/dre/pt/html>.
- Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro [Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, que aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve]. *Diário da República*, Série I, n.º 222 (1.º suplemento), pp. 25-57. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/declretif/22-b/2016/11/18/p/dre/pt/html>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio [Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030]. *Diário da República*, Série I, n.º 87, pp. 1835-1880. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/55/2018/05/07/p/dre/pt/html>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro [Aprova o Programa Nacional de Regadios]. *Diário da República*, Série I, n.º 197, pp. 4948-4957 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/133-2018-116649879>
- Portaria n.º 38/2019, de 29 de janeiro [Regula o regime de apoio a conceder aos projetos previstos no Programa Nacional de Regadios]. *Diário da República*, Série I, n.º 20, pp. 586-594. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/port/38/2019/01/29/p/dre/pt/html>.

- Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro [Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)]. *Diário da República*, Série I, n.º 29, pp. 1141-1170. Disponível em <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/2019/02/02900.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho [Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050]. *Diário da República*, Série I, n.º 123, pp. 3208-3299. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/107/2019/07/01/p/dre/pt/html>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto [Aprova o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas]. *Diário da República*, Série I, n.º 147, pp. 10-45. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/130/2019/08/02/p/dre/pt/html>.
- Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro [Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território]. *Diário da República*, Série I, n.º 170, pp. 3-267. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/99/2019/09/05/p/dre/pt/html>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho [Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais]. *Diário da República*, Série I, n.º 115 (1.º suplemento), pp. 2-145. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/45-a/2020/06/16/p/dre/pt/html>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho [Cria o Programa de Transformação da Paisagem]. *Diário da República*, Série I, n.º 121, pp. 6-18. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/49/2020/06/24/p/dre/pt/html>.
- Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho [Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem]. *Diário da República*, Série I, n.º 123 (1.º suplemento), pp. 2-12. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/28-a/2020/06/26/p/dre/pt/html>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho [Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)]. *Diário da República*, Série I, n.º 133, pp. 2-158. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/53/2020/07/10/p/dre/pt/html>.

- Despacho n.º 11891/2021 [Determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Entre Minho e Lima, de Alva e Mondego, de Montes Ocidentais e Beira Alta, das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal e da Serra do Caldeirão]. *Diário da República*, Série I, n.º 233, pp. 28-34. Disponível em <<https://files.diariodarepublica.pt/2s/2021/12/233000000/0002800034.pdf>>
- COM/2021/345 final, de 30 de junho de 2021 [“Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040”]. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. 27 p. + Anexos. Disponível em <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021DC0345>>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto [Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030]. *Diário da República*, Série I, n.º 155, pp. 133-156. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/112/2021/08/11/p/dre/pt/html>>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro [Determina a elaboração dos programas regionais de ordenamento do território]. *Diário da República*, Série I, n.º 243, pp. 46-54. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/177/2021/12/17/p/dre/pt/html>>.
- Aviso n.º 16940/2023, de 5 de setembro [Torna pública a aprovação do Programa Regional de Ação Norte de Gestão Integrada de Fogos Rurais]. *Diário da República*, Série II, n.º 172, pp. 97-234. Disponível em <<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/16940-2023-221277725>>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril [Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas]. *Diário da República*, Série I, n.º 66, pp. 20-88. Disponível em <<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/62-2024-858631718>>

Anexos

Quadro de Referência Estratégico e articulação com PRGP-EML

1. PLANOS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Internacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Não aplicável
	Enquadramento / Visão	Em 2016, entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “ Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável ”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.
	Objetivos	2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho digno; 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; 11. Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; 12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis; 13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos; 15. Proteger, restaurar e promover o usos sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Esta Agenda foi aprovada pelos estados-membros, incluindo Portugal. Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

ESTRATÉGIA DA UE PARA A BIODIVERSIDADE (EUBS 2030)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Internacional
	Sector(es)	Ambiente; Conservação da Natureza; Biodiversidade
	Legislação	Não aplicável
	Enquadramento / Visão	A Estratégia de Biodiversidade para 2030, publicada em maio de 2020, tem como objetivo colocar a biodiversidade da Europa numa trajetória de recuperação até 2030, em benefício das pessoas, do planeta, do clima e da economia, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os objetivos do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Visão: Garantir até 2050, que todos os ecossistemas do mundo sejam restaurados, resilientes e adequadamente protegidos.

	Objetivos estratégicos	- Restaurar áreas significativas de ecossistemas degradados e ricas em carbono por via da sustentabilidade; - Proteger e revitalizar os espaços florestais europeus, particularmente as florestas primárias e antigas, promovendo a plantação de três mil milhões de árvores, em pleno respeito pelos princípios ecológicos; - Proteger e melhorar o estado de conservação dos habitats e das espécies protegidas da UE, com pelo menos 30% a apresentar níveis de conservação favoráveis ou tendências de melhoria; - Garantir que pelo menos 10% da superfície agrícola possua características paisagísticas de alta biodiversidade; - Reduzir o uso de pesticidas em 50% na agricultura e colocar pelo menos 25% das terras agrícolas sob gestão de agricultura biológica promovendo, simultaneamente, a utilização de práticas agroecológicas.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	A Estratégia da UE para a Biodiversidade foi aprovada pelos estados-membros, incluindo Portugal. Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM (CEP)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Internacional
	Sector(es)	Paisagem
	Legislação	Conselho da Europa em 20 de outubro de 2000, ETS No. 176
	Enquadramento / Visão	É um instrumento de natureza conceptual e orientadora que procura clarificar os conceitos relativos à paisagem europeia e criar condições para a facilitar a cooperação entre os países signatários, cabendo ao Estado Membro que ratifica a CEP, assumir a responsabilidade de adequar os seus objetivos e pressupostos ao contexto nacional e de proceder à sua implementação, à escala nacional, regional e local. A CEP aplica-se a todo o território, incluindo as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas, abrangendo as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas, tanto a paisagens que possam ser consideradas excecionais como a paisagens da vida quotidiana e paisagens degradadas.
	Objetivos	- Definir medidas orientadoras para a gestão da paisagem; - Proteger a paisagem com vista a preservar o seu carácter, qualidades e valores; - Gerir a paisagem no sentido de harmonizar as alterações a que a mesma vai sendo sujeita em resultado de processos sociais, económicos e ambientais; - Ordenar a paisagem de modo prospetivo, com vista à sua valorização, recuperação ou à construção de novas paisagens; - Integrar a paisagem em todas as políticas relevantes, tais como as de ordenamento do território, agricultura, recursos hídricos, conservação da natureza e biodiversidade, turismo, etc;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Portugal foi um dos países europeus signatários da CEP. Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

ESTRATÉGIA TEMÁTICA DE PROTEÇÃO DO SOLO (ETPS)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Internacional
	Sector(es)	Solos
	Legislação	C. Europeia, de 22 de setembro de 2006 – COM (2006) 231

	Enquadramento / Visão	Enquadrando-se na estratégia da UE em matéria de biodiversidade para 2030, esta iniciativa tem por base um quadro e objetivos comuns para prevenir a degradação do solo, preservar as respetivas funções e reabilitar os solos degradados. A estratégia e a proposta que a complementa preveem, designadamente, a identificação das zonas de risco e dos locais contaminados, bem como a reabilitação dos solos degradados.
	Objetivo geral / Princípios orientadores	Objetivo geral: Proteção e utilização sustentável do solo: (1) Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções através de modelos de utilização e gestão sustentáveis; (2) Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	A ETPS foi aprovada pelos estados-membros, incluindo Portugal. Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

ESTRATÉGIA DA UE PARA A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS (ETUSRN)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Internacional
	Sector(es)	Ambiente; Recursos Naturais
	Legislação	C. Europeia, de 21 de dezembro de 2005 – COM (2005) 670
	Enquadramento	Fixa as orientações para a ação da União Europeia nos próximos 25 anos e tem em vista a utilização mais eficaz e sustentável dos recursos naturais ao longo de todo o seu ciclo de vida. Além disso, cria um quadro de ação que visa diminuir as pressões sobre o ambiente resultantes da produção e do consumo dos recursos naturais, sem penalizar o desenvolvimento económico. As preocupações com os recursos serão integradas em todas as políticas e serão postas em prática medidas específicas, nomeadamente a criação de um centro de dados e de indicadores, o desenvolvimento de um fórum europeu e a criação de um grupo internacional de peritos.
	Objetivo geral	O objetivo da estratégia é reduzir os impactos ambientais negativos provocados pela utilização dos recursos naturais (esgotamento dos recursos e poluição), respeitando simultaneamente os objetivos fixados no Conselho Europeu de Lisboa em matéria de crescimento económico e de emprego. A estratégia abrange todos os sectores consumidores de recursos e implica melhorar o rendimento dos recursos, reduzir a sua incidência no ambiente e substituir os recursos demasiado poluentes por outras soluções inferiores ao limiar de sobreexploração.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	A ETUSRN foi aprovada pelos estados-membros, incluindo Portugal. Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

2. PLANOS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE REFERÊNCIA NACIONAL

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

	Enquadramento / Visão	O PNPOT é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.
	Desafios e opções estratégicas de base territorial	D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável 1.1. Valorizar o capital natural; 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano; 1.3. Aumentar a resiliência socio ecológica; D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral; 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização; D4. Reforçar a conectividade interna e externa 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica; 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade; D5. Promover a governança territorial 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível; 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PNPOT aplica-se a todo o território nacional. Todos os Desafios Territoriais, Opções Estratégicas e Medidas envolvem os Municípios, individual ou coletivamente (Comunidades Intermunicipais). Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

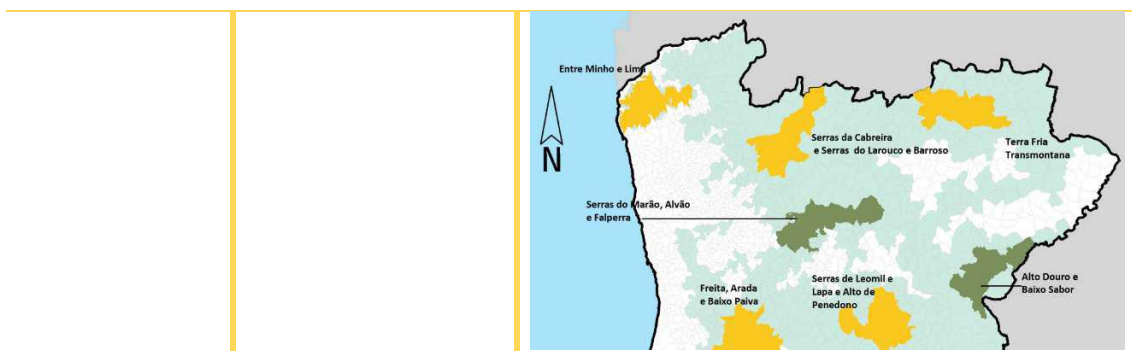
QUADRO ESTRATÉGICO PARA A POLÍTICA CLIMÁTICA (QEPIIC)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho 2020.
	Enquadramento / Visão	Estabelece a visão e os objetivos da política climática nacional no horizonte 2030, reforçando a aposta no desenvolvimento de uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, contribuindo para um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal. Visão: O desenvolvimento de uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, estabelecendo um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal num contexto de Crescimento Verde. O QEPIIC contempla não só o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030) como a segunda fase da Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC 2020), que concretizam as orientações nacionais em matéria de políticas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas. – O PNAC 2020/2030 foi revogado pelo Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), em 1 de janeiro de 2021; – A ENAC 2020 foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025, data a partir da qual é substituído pelo PNEC 2030.

	Objetivos	a) Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde; b) Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE; c) Reforçar a resiliência e as capacidades nacionais de adaptação; f) Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva; g) Aumentar a eficácia dos sistemas de informação, reporte e monitorização; h) Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento; i) Garantir condições eficazes de governação e assegurar a integração dos objetivos climáticos nos domínios setoriais.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

PROGRAMA PARA A AÇÃO CLIMÁTICA E SUSTENTABILIDADE - SUSTENTÁVEL 2030 (PACS)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Ambiente, Mobilidade e Transportes
	Legislação	Decisão de Execução da Comissão Europeia de 14.12.2022. PT SFC2021 Programa apoiado pelo FEDER, de 1 de jan. de 2021.
	Enquadramento / Visão	O Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (doravante, PACS) de âmbito nacional e temático, financiado pelo Fundo de Coesão, é um instrumento fundamental para Portugal enfrentar os desafios da transição energética e climática, e atingir a neutralidade carbónica em 2050. O PACS abrange muitas das vertentes daqueles exigentes desafios, como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, a transição para uma economia circular e a mobilidade urbana sustentável, enquadrando-se nos seguintes objetivos estratégicos e de política da União Europeia: OP2 - Uma Europa mais «verde», que aplica o Acordo de Paris e investe na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas e OP3 - Uma Europa mais conectada, que integra os principais investimentos destinados ao desenvolvimento de uma Rede Transeuropeia de Transportes sustentável.
	Objetivos específicos	A concretização de uma estratégia que promova a resposta aos diferentes desafios que Portugal enfrenta implica a mobilização simultânea de diversos objetivos específicos, enquadrados nos OP2 e OP3, designadamente: OE 2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos de catástrofes, a resiliência, levando em consideração abordagens baseadas no ecossistema; OE 2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente no uso de recursos;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional

PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM (PTP)	Sector(es)	Floresta; Paisagem; Ordenamento do Território; Desenvolvimento Rural.
	Legislação	Programa de Transformação da Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho); Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho); Delimitação dos territórios vulneráveis (Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro).
	Enquadramento / Visão	O Programa de Transformação da Paisagem (PTP) configura uma estratégia para os territórios vulneráveis da floresta com elevada perigosidade de incêndio. Visão: - Os territórios da floresta como referencial de uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade; - Valorização do capital natural e a aptidão dos solos; - Promoção da resiliência do território; - Assegurar maiores rendimentos e sustentabilidade económica, através de processos participados e colaborativos de base local e da capacitação de atores e instituições; - Incentivar os produtores a melhorar a gestão das suas explorações e desenhar a paisagem desejável para dar resposta aos desafios das alterações climáticas.
	Medidas programáticas / Objetivos estratégicos	Medidas programáticas de intervenção: - Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP); - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem; «Condomínio de Aldeia», Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios de floresta; - Programa «Emparcelar para Ordenar». Em cada uma das referidas medidas programáticas, devem ser prosseguidos os seguintes objetivos específicos: - Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais; - Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas; - Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis; - Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais; - Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais; - Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Como referido, a implementação dos PRGP é uma das Medidas Programáticas do PTP, destinando-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios florestais vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, e a criação de novas atividades económicas e a remuneração dos ecossistemas. O Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro, veio determinar a elaboração, entre outros, do PRGP do Entre Minho e Lima.



ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (ENF 2030)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho 2020 (prorrogação até dezembro de 2025, altura em que entrará em vigor o Plano Nacional Energia e Clima 2030 – PNEC 2030).
	Enquadramento / Visão	ENF 2030 tem como grande objetivo a gestão sustentável das florestas, em linha com a nova Estratégia da União Europeia para as Florestas e o Setor Florestal e a Visão para as Florestas Europeias 2020. Tem subjacente a necessidade de desenvolvimento de um modelo para os territórios florestais nacionais, abordando as suas funções e vocações, tendo em vista o crescimento sustentável e a competitividade económica, metas sociais como a inclusão e o emprego, assim como o aumento da sua contribuição para as metas ambientais. Visão para as Florestas Europeias em 2020 Um futuro onde todas as florestas europeias sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico na Europa e em todo o mundo. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.
	Objetivos estratégicos e específicos	A. Minimização de riscos de incêndio e de agentes bióticos nocivos A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais; A2. Reduzir a incidência dos incêndios; A5. Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas A6. Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos; A8. Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas; A9. Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados. B. Especialização do território B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação; B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade; B5. Conservar o regime hídrico;

		B7. Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; B8. Promover a resiliência da floresta; B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde. C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos; C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais; C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional; D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos D1. Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados; D4. Modernizar e capacitar as empresas florestais; D5. Desenvolver e promover novos produtos e mercados. E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor E3. Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor; E4. Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (ENAAAC 2020)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho 2020 (prorrogação até dezembro de 2025, altura em que entrará em vigor o Plano Nacional Energia e Clima 2030 – PNEC 2030).
	Enquadramento / Visão	A ENAAAC 2020, prorrogada até 31 de dezembro de 2025, estabelece objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes sectores aos efeitos das alterações climáticas: agricultura, biodiversidade, economia, energia e segurança energética, florestas, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes, comunicações e zonas costeiras. Integra seis áreas temáticas transversais a todos os sectores: - Investigação e inovação; - Financiamento e implementação; - Cooperação internacional; - Comunicação e divulgação; - Adaptação no ordenamento do território; - Adaptação na gestão dos recursos hídricos. Visão: Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.
	Objetivos	I. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas II. Implementar medidas de adaptação; III. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.

	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.
PROGRAMA DE AÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (P-3AC)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto
	Enquadramento e Objetivo Geral	O P-3AC complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar as medidas de adaptação . Neste contexto, as ações identificadas são as de concretização prioritária, à luz do conhecimento atual e do estado dos diversos exercícios setoriais, com vista à redução das vulnerabilidades principais do território nacional, aumentando a sua resiliência e contribuindo para o bem-estar da população, em particular dos grupos mais vulneráveis.
	Linhas de Ação	1. Prevenção de incêndios rurais – intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais; 2. Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo; 3. Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez; 4. Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas; 5. Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima; 6. Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais; 7. Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações; 8. Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundações; 9. Desenvolvimento de ferramentas
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.
PLANO NACIONAL DE ENERGIA E CLIMA (PNEC 2030)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho (revogou o PNAC 2020/2030 em 01/01/2021). Revisão apresentada a 30 de Junho de 2023 (de acordo com o definido no artigo 14º do Regulamento (UE) 2018/1999, de 11 de dezembro).
	Enquadramento / Visão	O PNEC 2030 constitui o primeiro de um novo ciclo de políticas integradas de energia e clima . Constitui, por isso, um instrumento pioneiro e inovador que traduz uma abordagem convergente e articulada para concretizar a visão que aqui se estabelece para Portugal: promover a descarbonização da economia e a transição energética, visando a neutralidade carbónica em 2050 (alinhando-se com o RNC 2050), enquanto oportunidade para o País, assente num modelo que potencie a geração de riqueza e o uso eficiente de recursos.

	Objetivos	1. Descarbonizar a economia nacional - Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas sectoriais (mainstreaming). 6. Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono - Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA (RNC 2050)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho.
	Enquadramento / Visão	O RNC 2050 estabelece a visão e as trajetórias, e identifica linhas de orientação para as políticas e medidas para a concretização do objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050 , mediante uma transição socialmente justa e eficiente em termos de custos, reforçando a competitividade da economia nacional, promovendo a criação de postos de trabalho e potenciando cobenefícios associados em particular à qualidade do ar e saúde humana. Esta transição deve ser também um fator de valorização do território e um contributo para a coesão nacional.
	Premissas	I) Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar; II) Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas; III) Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA 2015)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Ambiente
	Legislação	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro.

	Enquadramento / Visão	O PNA 2015 pretende ser um plano abrangente, mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional. A gestão das águas prossegue três objetivos fundamentais: (i) a proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água; (ii) a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; (iii) a mitigação dos efeitos das inundações e das secas. As águas a que se refere o PNA são as águas superficiais, naturais, fortemente modificadas e artificiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e as águas subterrâneas. Subsidiariamente, o PNA visa ainda proteger as águas marinhas.
	Objetivos estratégicos	1) Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional; 2) Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas; 3) Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água; 4) Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes; 5) Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PNA faz referência à região hidrográfica do Minho e Lima (RH1), que compreende as bacias hidrográficas dos rios Minho e Lima e das ribeiras da costa entre os respetivos estuários e outras pequenas ribeiras adjacentes. Aplica-se a todo o território nacional.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Conservação da Natureza e Biodiversidade
	Legislação	Resolução Conselho de Ministros nº 55/2018, 7 de maio.

BIODIVERSIDADE 2030 (ENCNB 2030)	Enquadramento / Visão	A ENCNB 2030 é um instrumento fundamental da prossecução da política de ambiente e de resposta às responsabilidades nacionais e internacionais de reduzir a perda de biodiversidade. O contexto em que a ENCNB 2030 é desenvolvida é marcado por três apostas que moldam a política de ambiente: a) Descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global; b) Economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo; c) Valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível. Visão: Alcançar o bom estado de conservação do património natural até 2050, assente na progressiva apropriação do designio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território.
	Eixos estratégicos	Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património Natural; Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural; Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (PNGIFR)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Floresta, Proteção Civil
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.
	Enquadramento / Visão	Visão: Portugal protegido de incêndios rurais graves. Com o foco na prevenção, educando e sensibilizando as comunidades para alterarem comportamentos, e com um programa ambicioso de gestão da vegetação, os incêndios rurais graves que possam ocorrer serão em menor número, destruirão muito menos valor e representarão uma menor ameaça para a segurança e vida das pessoas. Missão: Proteger as pessoas e bens dos incêndios rurais e valorizar os espaços silvestres, mantendo os ecossistemas em bom estado de conservação.

Orientações e objetivos estratégicos	OE1. Valorizar os espaços rurais OB1.1. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal; OB1.2. Reformar o modelo de gestão florestal; OE2. Cuidar dos espaços rurais OB2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada; OB2.2. Diminuir a carga combustível à escala da paisagem; OB2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado. OE3. Modificar comportamentos OB3.1. Reduzir as ignições de maior risco; OB3.2. Especializar a comunicação de risco; OE4. Gerir o risco eficientemente OB4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima

Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Floresta; Proteção Civil
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, 26 de maio.
	Enquadramento e Objetivos gerais	O PNDFCI define os objetivos gerais de prevenção, pré-supressão, supressão e recuperação num enquadramento sistémico e transversal da defesa da floresta contra incêndios. Neste documento, são preconizadas a política e as medidas para a defesa da floresta contra incêndios, englobando planos de prevenção, sensibilização, vigilância, deteção, combate, supressão, recuperação de áreas ardidas, investigação e desenvolvimento, coordenação e formação dos meios e agentes envolvidos, bem como uma definição clara de objetivos e metas a atingir, calendarização das medidas e ações, orçamento, plano financeiro e indicadores de execução.
	Eixos de atuação	- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; - Redução da incidência dos incêndios; - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios - Recuperação e reabilitação dos ecossistemas - Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA UMA PROTEÇÃO CIVIL PREVENTIVA (ENPCP 2030)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Proteção Civil; Riscos
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto
	Enquadramento	A ENPCP2030 insere-se num contexto internacional enquadrado em três estratégias globais relevantes para a gestão de riscos, todas elas adotadas em 2015: - Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes;

	- Acordo de Paris, referente à adaptação às alterações climáticas; - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030. A ENPCP constitui a materialização do compromisso nacional com o cumprimento das metas traçadas pelo Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes, que considerou como meta principal até 2030: “prevenir novos riscos e reduzir os riscos de catástrofes existentes, através da implementação de medidas integradas e inclusivas [...], para prevenir e reduzir a exposição a perigos e vulnerabilidades a catástrofes, aumentar o grau de preparação para resposta e recuperação e assim reforçar a resiliência”.
Objetivos estratégicos e áreas prioritárias	a) Fortalecer a governança na gestão de riscos i. Articulação e cooperação; ii. Capacitação para a gestão do risco. b) Melhorar o conhecimento sobre os riscos i. Avaliação de riscos; ii. Avaliação de danos. c) Implementar estratégias par a redução dos riscos i. Prevenção imaterial; ii. Prevenção estrutural. d) Melhorar a preparação face à ocorrência do risco i. Monitorização, alerta e aviso; ii. Planeamento de emergência. e) Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos i. Educação para o risco; ii. Sensibilização da comunidade.
Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (PANCD 2014-2020)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Ambiente
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro
	Visão Estratégica	Criação de uma parceria nacional para prevenir e reverter a desertificação/ degradação das terras , refletindo de forma integrada e coerente, o conjunto das políticas e estratégias nacionais dos setores com que se relaciona: ordenamento do território, água, solos, agricultura, florestas, conservação da natureza e economia; para um período temporal de 10 anos.
	Objetivos estratégicos	1. Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis; 2. Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas; 3. Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis; 4. Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e ou Desertificação) e o PANCD.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000	Natureza	Estratégica
------------------------------------	----------	-------------

Âmbito	Nacional
Sector(es)	Conservação da Natureza e Biodiversidade
Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 e julho.
Enquadramento	Instrumento de gestão territorial, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Define as orientações estratégicas para a gestão do território abrangido por aquelas áreas, considerando os valores naturais que nelas ocorrem. Vincula as Entidades Públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da Administração Central e Local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT).
Objetivos	▪ Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios; ▪ Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; ▪ Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação; ▪ Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; ▪ Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores; ▪ Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais.
Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional. A área de intervenção abrange as seguintes áreas integradas em RN2000 : ZPE Estuário dos Rios Minho e Coura (PTZPE001); e SIC Serra D'Arga (PTCON0039), Rio Lima (PTCON0020), Rio Minho (PTCON0019) e Corno do Bico (PTCON0040).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE 2014-2020 (PDR 2020)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Agricultura; Desenvolvimento Rural; Floresta; Ambiente
	Legislação	Aprovação do PDR2020 pela Comissão Europeia: Decisão C (2014) 9896 final, de 12 de dezembro de 2014 12.ª versão: decisão C820239 192, de 3 de janeiro
	Visão	A concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais,

		assente numa gestão eficiente dos recursos. Desta forma, o PDR2020 pretende o crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional.
	Objetivos estratégicos e transversais	Objetivos estratégicos: ▪ Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura; ▪ Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos; ▪ Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural. Objetivos transversais: ▪ Aumento da capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal; ▪ Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PDR2020 aplica-se a todo o território de Portugal Continental. O Programa descreve algumas operações/ações que se aplicam, entre outros, às freguesias dos municípios abrangidos pelo PRGP, nomeadamente: ▪ <u>Operação 7.6.1 Culturas permanentes tradicionais</u>: castanheiro extensivo de sequeiro (todas as freguesias de Arcos de Valdevez e Ponte de Lima). ▪ <u>Operação 7.7.1 Pastoreio extensivo</u> – Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural (todas as freguesias de Arcos de Valdevez, de Paredes de Coura; as freguesias de Cabração e Moreira do Lima, em Ponte de Lima; e Afife, Amonde, Areosa, Carreço e Freixieiro de Soutelo, em Viana do Castelo). ▪ <u>Operação 7.7.3 Pastoreio Extensivo</u> – Apoio à proteção do lobo Ibérico (todas as freguesias de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira; as freguesias de Arcozelo e Bárrio e Cepões, em Ponte de Lima; e as freguesias de Afife, Amonde, Areosa, Carreço e Freixieiro de Soutelo, em Viana do Castelo). ▪ <u>Operação 7.9.1 Mosaico agroflorestal</u> (freguesias de Miranda, Rio Frio e Senharei, em Arcos de Valdevez; Argela, Dem, Riba de Áncora, UF de Gondar e Orbacém e Vilar de Mouros, em Caminha; Coura, Parada, Romarigães, e UF de Bico e Cristelo, em Paredes de Coura; Bárrio e Cepões, Cabração e Moreira do Lima, Calheiros, Estorãos, Labruja, Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte e São Pedro d'Arcos, em Ponte de Lima; Amonde, Freixieiro de Soutelo e UF de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, em Viana do Castelo; e Covas, Sopo e UF de Candemil e Gondar, em Vila Nova da Cerveira). ▪ <u>Operação 9.0.1 Zonas de Montanha</u> (todas as freguesias de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira).

PLANO NACIONAL DE REGADIOS (PNREGADIOS)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Especial
	Sector(es)	Agricultura; Desenvolvimento Rural; Ambiente
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 20 de setembro; Portaria n.º 38/2019, de 29 de janeiro

Enquadramento e objetivo geral	Este Plano visa desenvolver o regadio sustentável em Portugal no quadro de uma estratégia de médio/longo prazo, duplicando as verbas alocadas ao financiamento do regadio do Continente 2014-2020 no PDR 2020. Com este plano, planeia-se a expansão, reabilitação e modernização dos regadios existentes, bem como a criação de novas áreas regadas, com potencial ligação às existentes. Também visa promover o regadio de outras infraestruturas coletivas, numa ótica de sustentabilidade. Este plano constitui uma importante medida no âmbito da prevenção e mitigação das alterações climáticas, no combate à desertificação e na utilização mais eficiente dos recursos, contribuindo para o aumento da resiliência e robustez dos sistemas agrícolas, mas também para a fixação das populações.
Objetivos estratégicos	▪ A sustentabilidade dos recursos solo e água; ▪ A eficiência energética; ▪ A rentabilização dos investimentos; ▪ O respeito pelos valores ambientais; ▪ O envolvimento e participação dos interessados; ▪ O enquadramento nos princípios genéricos da Programação do PDR 2020.
Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	A área de intervenção do PRGP enquadra-se na zona homogênea 3 – litoral norte e centro (trechos finais dos rios Lima e Minho) deste Plano.

PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO DA NATUREZA (PNTN)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Nacional
	Sector(es)	Turismo; Conservação da Natureza e Biodiversidade
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho
	Enquadramento	O mais recente PNTN veio substituir o anterior, de 1998. Surgiu na sequência da evolução do enquadramento legal aplicável e do sistema nacional de áreas classificadas, que refere que “o turismo deve ser sustentável a longo prazo”. Considera-se “turismo de natureza” a atividade turística que decorra em áreas classificadas ou outras com valores naturais, que seja como tal reconhecida pelo ICNF.
	Objetivo principal	Promoção e afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas, e de outras áreas com valores naturais e culturais, propiciando a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis nos municípios abrangidos por aquelas áreas e promovendo a integração e sustentabilidade dos seguintes domínios: a) Conservação da natureza; b) Desenvolvimento local; c) Qualificação da oferta turística; d) Diversificação da atividade turística; e) Divulgação e valorização do património cultural.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Não existe qualquer referência direta ou indireta à Região de Entre Minho e Lima. Aplica-se a todo o território nacional.

3. PLANOS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE REFERÊNCIA REGIONAL

Natureza	Estratégica
-----------------	-------------

PROGRAMA REGIONAL DE AÇÃO DO NORTE DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (PRA-N)	Âmbito	Regional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Aviso n.º 16940/2023, de 5 de setembro - Torna pública a aprovação do Programa Regional de Ação Norte de Gestão Integrada de Fogos Rurais
	Enquadramento / Visão	O PRA-N é um instrumento de programação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelece a articulação entre o instrumento de nível superior, o Programa Nacional de Ação (PNA) e os instrumentos subsidiários, os Programas Sub-Regionais de Ação (PSA), aplicáveis aos territórios das 8 comunidades intermunicipais do Norte. Foi aprovado em reunião da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Norte, realizada em 15 de dezembro de 2022, em Vila Real. Constituído por 52 projetos declinados a nível regional, 12 dos quais classificados como projetos-chave, entendidos com prioritários na região, o programa apresenta as seguintes Orientações Estratégicas : 1. Valorizar os Espaços Rurais, 2. Cuidar os Espaços Rurais, 3. Modificar Comportamentos e 4. Gerir o Risco Eficientemente.
	Objetivos estratégicos	1. Valorizar os Espaços Rurais: a. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal; b. Reformar o modelo da gestão florestal; 2. Cuidar os Espaços Rurais: 2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada; 2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem; 2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado; 3. Modificar Comportamentos: 3.1. Reduzir as ignições de maior risco; 3.2. Especializar a comunicação de risco: melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas; 4. Gerir o Risco Eficientemente: 4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação do risco;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PRA-N tem incidência direta nos territórios englobados na região NUT III do Alto Minho, designadamente os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira .
PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E MINHO (PROF-EDM)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Regional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Portaria n.º 58/2019 - DR n. 29/2019, Série I de 11 de fevereiro. Declaração de Retificação n. 14/2019 - DR n.º 73/2019, Série I de 12 de abril - Retifica a Port. n.º 58/2019, de 11 de fevereiro, que aprova o PROF EDM.

	Enquadramento / Visão	Os PROF definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. O PROF de Entre Douro e Minho concretiza, no seu âmbito e natureza o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e compatibiliza -se com os demais programas setoriais e com os programas especiais, assegurando a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão territorial. O PROF EDM está alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos.
	Objetivos estratégicos	A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; B. Especialização do território; C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos; E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PROF-EDM tem incidência direta nos territórios englobados na região NUT III do Alto Minho, designadamente os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.
PROGRAMA REGIONAL DO NORTE (2021-2027)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Regional
	Sector(es)	Transversal
	Legislação	Aprovado pelo Conselho Regional, nos termos da alínea h) do ponto 7 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro; Aprovado pela Comissão Europeia em 16 de dezembro de 2022; Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro (cria a autoridade de gestão do Norte 2030)
	Enquadramento / Visão	O NORTE 2030 constitui um dos instrumentos financeiros de apoio à execução das estratégias de desenvolvimento regional e sub-regionais do Norte, em conjunto com os programas temáticos da Estratégia Portugal 2030, assim como do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) e dos programas de cooperação territorial europeia, entre outros instrumentos públicos nacionais e comunitários.
	Linhas estratégicas	Linhas estratégicas que derivam das agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030: ▪ Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, e menos desigualdade; ▪ Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; ▪ Transição climática e sustentabilidade dos recursos; ▪ Um território competitivo externamente e coeso internamente.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	As Linhas Estratégicas e respetivos objetivos que foram identificados para a região do Alto Minho.
ESTRATÉGIA ALTO MINHO 2030	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Regional

	Sector(es)	Ambiente, Desenvolvimento Rural, Ordenamento do Território
	Legislação	Não aplicável
	Enquadramento / Visão	É uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho que visa concertar um diagnóstico, uma visão, uma estratégia e um plano de ação para o próximo período de programação dos fundos estruturais (2021-2027) - o Portugal 2030. Visão: • Uma região que valoriza os seus recursos para se tornar mais competitiva; • Uma região que organiza os produtos do seu território para se tornar mais atrativa; • Uma região que garante conectividade e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento; • Uma região assumidamente resiliente, que formaliza a capacidade de responder à mudança.
	Objetivos estratégicos	1. Uma região competitiva - que cria empregos e gera riqueza. 2. Uma região conectada - ligada à Europa e ao Mundo. 3. Uma região atrativa - onde as pessoas querem viver, que os turistas querem visitar e onde as empresas querem investir. 4. Uma região resiliente - capaz de se adaptar à mudança e de defender o seu património natural.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	A Estratégia Alto Minho 2030 tem incidência direta nos territórios englobados na região NUT III do Alto Minho, designadamente os municípios de Arcos de Valdevez , Caminha , Melgaço , Monção , Paredes de Coura , Ponte da Barca , Ponte de Lima , Valença , Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira .
PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE (PROT NORTE)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Regional
	Sector(es)	Ambiente, Desenvolvimento Rural, Ordenamento do Território
	Legislação	Não aplicável
	Enquadramento	No desenvolvimento das suas propostas de ordenamento, o PROT Norte acolhe as macro-opções constantes no PNPT, com especial atenção às suas declinações para cada um dos subespaços considerados para a região, constantes do próprio PNPT. A visão proposta para o ordenamento territorial da Região do Norte assenta, por um lado, no papel central do sistema urbano como estrutura de suporte à apropriação humana do território e, por outro, na exigência de sustentabilidade na utilização do território.
	Objetivos estratégicos	2.1. Melhorar a resiliência hídrica do território; 2.2. Reforçar as disponibilidades e as reservas de água em função dos usos; 2.3. Promover a melhoria da eficiência do uso da água; 4.1. Mitigar emissões nos territórios de emissões elevadas de GEE com stocks baixos de carbono; 4.2. Preservar os stocks de carbono nos territórios com emissões baixas de GEE e stocks de carbono elevados; 4.3. Aumentar o sequestro e os stocks de carbono dos territórios com emissões baixas de GEE e stocks de carbono baixos; 5.2. Promover uma natureza sustentável valorizada por todos;

		5.3. Assegurar a conservação do solo e uma gestão sustentável dos recursos hídricos e geológicos; 5.5. Conhecer as vulnerabilidades, diminuir os riscos e aumentar a resiliência.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PROT Norte tem incidência direta nos territórios englobados na região NUT III do Alto Minho, designadamente os municípios de Arcos de Valdevez , Caminha , Melgaço , Monção , Paredes de Coura , Ponte da Barca , Ponte de Lima , Valença , Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira .
PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DO ALTO MINHO (PIAAC ALTO MINHO)	Natureza	Estratégica
	Âmbito	Intermunicipal
	Sector(es)	Floresta, Ambiente, Clima
	Legislação	Não aplicável
	Enquadramento / Visão	O PIAAC do Alto Minho visa reforçar as capacidades de adaptação dos municípios do Alto Minho às alterações climáticas, através da definição de opções e medidas de ação climática. Visão: I. melhorar o nível de conhecimento sobre as causas, processos e impactes regionais e locais das alterações climáticas; II. definir eixos, opções e implementar medidas de adaptação; III. promover a integração da adaptação em políticas sectoriais e territoriais; IV. seguida de um plano de monitorização, relato e revisão do plano.
	Medidas estratégicas	Medida II.1.3 - Valorizar o território através da paisagem, programas e iniciativas de promoção e manutenção das unidades e dos mosaicos de paisagem na relação com a conservação e valorização do património cultural e natural; Medida II.2.1 - Promoção do papel da agricultura e da floresta na regulação dos ciclos biogeoquímicos locais, em particular na conservação da quantidade e da qualidade do solo e da água. Medida II.2.3 - Promoção de sistemas de produção agroalimentares sustentáveis associadas à implementação de modos de produção integrada, de agricultura biológica e agricultura de precisão; Medida II.2.6 - Definição e criação de circuitos curtos alimentares, modos de comercialização sustentáveis e promoção da certificação de produtos agroalimentares regionais e locais; Medida II.3.1 Promoção do planeamento florestal que inclua uma aposta num plano de arborização regional (até 2030), das zonas de aptidão florestal, articulado com o PROF e os PMDFCI, em particular dos espaços comunitários, e promoção de uma gestão florestal sustentável promotora de uso múltiplo do espaço florestal; Medida II.3.3 - Desenvolvimento e aplicação de um Plano Regional de Fogo Controlado (PRFC) no quadro de um uso de queimas prescritas para gestão de combustíveis e diminuição estrutural e funcional do risco de incêndio; Medida II.3.4 - Promoção do sequestro de carbono e de outros serviços de ecossistemas relevantes, associados aos espaços florestais, a novos economias e modelos de gestão dos espaços protegidos regionais e locais.

	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	O PIAAC Alto Minho tem incidência direta nos territórios englobados na região NUT III do Alto Minho, designadamente os municípios de Arcos de Valdevez , Caminha , Melgaço , Monção , Paredes de Coura , Ponte da Barca , Ponte de Lima , Valença , Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira .
PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MINHO E LIMA (PGRH-RH1)	Natureza	Regulamentar
	Âmbito	Especial
	Sector(es)	Ambiente
	Legislação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril, aprovou os Planos de Gestão de Região Hidrográfica de Portugal Continental para o período 2022-2027 (3.º ciclo de planeamento).
	Enquadramento	O PGRH vai ao encontro do disposto na Diretiva Quadro da Água (DQA), na Lei da Água, e em outra legislação nacional, designadamente o regime jurídico de utilização de recursos hídricos e o regime jurídico económico e financeiro dos recursos hídricos. O PGRH, enquanto instrumento de planeamento das águas, visa fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos.
	Objetivos estratégicos	▪ Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos; ▪ Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras; ▪ Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade; ▪ Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água; Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.
	Referência(s) à região do Entre Minho e Lima	Uma parte dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e de Vila Nova de Cerveira insere-se na área das bacias hidrográficas do Rio Lima e/ou do Rio Minho.

